

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

RODRIGO DE OLIVEIRA FARIA

O OBJETIVO E A ESTRATÉGIA DE KANT
NA DEDUÇÃO TRANSCENDENTAL DOS
CONCEITOS PUROS DO ENTENDIMENTO

Uberlândia
2025

RODRIGO DE OLIVEIRA FARIA

O OBJETIVO E A ESTRATÉGIA DE KANT NA DEDUÇÃO TRANSCENDENTAL DOS CONCEITOS PUROS DO ENTENDIMENTO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Filosofia da Universidade de Uberlândia, como
exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em
Filosofia.

Área de concentração: Metafísica e Epistemologia

Orientador: Dr. Olavo Calábria

Uberlândia
2025

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

F224 2025	Faria, Rodrigo de Oliveira. - O objetivo e a estratégia de Kant na dedução transcendental dos conceitos puros do entendimento [recurso eletrônico] / Rodrigo de Oliveira Faria. - 2025. Orientador: Olavo Calábria . Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-graduação em Filosofia. Modo de acesso: Internet. Disponível em: http://doi.org/10.14393/ufu.di.2025.166 Inclui bibliografia. 1. Filosofia. I. , Olavo Calábria (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Filosofia. III. Título. CDU: 1
--------------	--

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2: Gizele Cristine

Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Filosofia
Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1U, Sala 1U117 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-
MG, CEP 38400-902
Telefone: 3239-4558 - www.posfil.ifilo.ufu.br - ppgfil@ifilo.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Filosofia				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, 011/25, PPGFIL				
Data:	Onze de julho de dois mil e vinte e cinco	Hora de início:	14:00	Hora de encerramento:	17:00
Matrícula do Discente:	12312FIL012				
Nome do Discente:	Rodrigo de Oliveira Faria				
Título do Trabalho:	O objetivo e a estratégia de Kant na dedução transcendental dos conceitos puros do entendimento				
Área de concentração:	Filosofia				
Linha de pesquisa:	Metafísica e Epistemologia				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	-----				

Reuniu-se na sala web conferência RNP do PPGFIL, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Filosofia, assim composta: Professores Doutores: Orlando Bruno Linhares (MACKENZIE); Marcos César Seneda (UFU); Olavo Calábria Pimenta orientador(a) do(a) candidato(a). Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Olavo Calábria Pimenta, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado(a).

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Olavo Calabria Pimenta, Professor(a) do Magistério Superior**, em 14/07/2025, às 14:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Cesar Seneda, Professor(a) do Magistério Superior**, em 15/07/2025, às 08:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Orlando Bruno Linhares, Usuário Externo**, em 18/07/2025, às 16:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6491842** e o código CRC **B4A08C88**.

Referência: Processo nº 23117.046657/2025-78

SEI nº 6491842

À Elenice e Georgina.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família e amigos pelo suporte e apoio.

Agradeço à CAPES pelo aporte financeiro, sem o qual não seria possível a elaboração e conclusão desta pesquisa.

Agradeço à coordenação do PPGFIL-UFU.

Agradeço à secretaria do PPGFIL-UFU, em particular, a Andréa.

Agradeço aos professores do Instituto de Filosofia da UFU (IFILO-UFU), em especial, ao professor Fábio Coelho da Silva pelas indicações de leitura e dicas acadêmicas.

Agradeço ao professor e orientador Olavo Calábria pela paciência e orientação.

Agradeço ao professor Marcos César Seneda pelas sugestões na qualificação.

Agradeço aos membros da banca, os professores Marcos César Seneda e Orlando Bruno Linhares por terem aceitado o convite de participar da arguição.

Os antigos filósofos gregos, como Epicuro, Zenão, Sócrates etc., [...] permanecem muito mais fiéis à verdadeira Ideia do filósofo do que a que se fez nos tempos modernos [...]. Quando hás de, enfim, começar a viver virtuosamente, disse Platão a um ancião que lhe pedia escutasse algumas lições sobre a virtude. Não se deve apenas especular, mas é necessário também, de uma vez por todas, pensar em praticar. Mas hoje se toma por sonhador aquele que vive de acordo com o que ensina.

*Immanuel Kant*¹

¹ KANT, Immanuel. (1980) AA (29): Vorlesungen über die philosophische Encyclopädie, in Kants gesammelte Schriften. Berlin, Akademie, p. 9, 12. No original: Nehmen wir die alten griechischen Philosophen wie Epicur, Zeno, Socrates etc., [...] der wahren Idee des Philosophen weit getreuer geblieben, als in den neueren Zeiten geschehen ist [...]. Wann willst du anfangen Tugendhaft zu leben, sagte Plato zu einem alten Mann, der ihm erzählte, daß er die Vorlesungen über die Tugend anhörte. — Man muß doch nicht immer speculiren, sondern auch einmal an die Ausübung denken. Allein heut zu Tage hält man den für einen Schwärmer, der so lebt wie er lehrt.

RESUMO: Este estudo se dedica a investigar o objetivo central de Kant na intrincada dedução transcendental das categorias, tal como apresentada na *Crítica da Razão Pura*, e a estratégia argumentativa que ele emprega para atingir esse fim. Em essência, buscamos examinar os argumentos que, na visão de Kant, justificam a aplicação dos conceitos puros do entendimento aos objetos da nossa experiência. A questão fundamental que permeia essa investigação é: como é possível que nossos conceitos puros, que possuem uma origem *a priori*, se conectem de forma legítima com a realidade empírica, evitando assim as armadilhas do ceticismo?

Para responder a essa questão importante e provar a validade objetiva das categorias, Kant desenvolve uma estratégia complexa na dedução. Ele argumenta que a própria possibilidade da experiência pressupõe uma unidade fundamental da consciência, ou seja, uma síntese *a priori* que unifica as diversas percepções sensoriais em um objeto determinado. Desse modo, as categorias, enquanto formas *a priori* inerentes à faculdade do entendimento, são aplicadas aos dados fornecidos pelos sentidos, conferindo-lhes a unidade e a objetividade necessárias para que possamos conhecê-los.

Assim, neste estudo, nos empenhamos em analisar minuciosamente os argumentos elaborados por Kant ao longo do texto da dedução. Nosso objetivo é compreender como ele responde ao problema da validade objetiva das categorias, um problema que, em última instância, concerne à própria fundamentação do conhecimento humano. Buscamos explicitar como os conceitos puros do entendimento, que não derivam da experiência, podem ser legitimamente aplicados aos objetos que nos são dados na experiência, estabelecendo as condições para o nosso conhecimento.

Palavras-chave: Representação; Ânimo; Conhecimento; Síntese; Categorias; Validade objetiva.

ABSTRACT: This study is dedicated to investigating Kant's central objective in the intricate transcendental deduction of the categories, as presented in the *Critique of Pure Reason*, and the argumentative strategy he employs to achieve this end. In essence, we seek to examine the arguments that, in Kant's view, justify the application of the pure concepts of the understanding to the objects of our experience. The fundamental question that permeates this investigation is: how is it possible for our pure concepts, which have an *a priori* origin, to legitimately connect with empirical reality, thus avoiding the pitfalls of skepticism?

To answer this important question and prove the objective validity of the categories, Kant develops a complex strategy in deduction. He argues that the very possibility of experience presupposes a fundamental unity of consciousness, that is, an *a priori* synthesis that unifies the various sensory perceptions into a determined object. In this way, the categories, as *a priori* forms inherent to the faculty of understanding, are applied to the data provided by the senses, giving them the unity and objectivity necessary for us to know them.

Therefore, in this study, we have set out to thoroughly analyze the arguments Kant makes throughout the text of the deduction. Our aim is to understand how he responds to the problem of the objective validity of the categories, a problem that ultimately concerns the very foundation of human knowledge. We seek to explain how the pure concepts of the understanding, which are not derived from experience, can be legitimately applied to the objects given to us in experience, establishing the conditions for our knowledge.

Keywords: Representation; Mind; Knowledge; Synthesis; Categories; Objective validity.

ÍNDICE DE SIGLAS

KPM – Kant und das Problem der Metaphysik (Kant e o problema da metafísica).

KrV – Kritik Der Reinen Vernunft (Crítica da razão pura).

Log – Logik ein Handbuch zu Vorlesungen (AA 09) (Manual dos cursos de Lógica Geral).

MAN - Metaphysische Anfangsgründe der Naturwissenschaften (AA 04) (Primeiros Princípios Metafísicos da Ciência da Natureza).

Prol - Prolegomena zu einer jeden künftigen Metaphysik (AA 04) (Prolegômenos a qualquer metafísica futura que possa apresentar-se como ciência).

Observações:

(i) Todos os termos e expressões entre colchetes acrescentados nas citações dos textos de Kant, são de minha inteira e exclusiva responsabilidade.

SUMÁRIO

Introdução

CAPÍTULO 1: O OBJETIVO DE KANT

1.1 Validade objetiva e o conceito de “representação” na carta a Marcus Herz (21 de fevereiro de 1772).....	22
1.2 Teorias empiristas e racionalistas sobre as categorias.....	30
1.3 A teoria das categorias de Kant.....	37
1.4 Teoria sobre o conceito de “representação” em Kant.....	43
1.5 Conclusão do capítulo.....	49

CAPÍTULO 2: A ESTRATÉGIA DE KANT

2.1 O princípio da Dedução das Categorias de Kant.....	54
2.2 Conhecimento empírico e o ato de julgar.....	65
2.3 Teoria sobre o conceito de conhecimento empírico em Kant.....	71
2.4 Teorias sobre o conceito de “conhecimento empírico” e a fundamentação epistemológica do conhecimento empírico de Kant.....	75
2.5 A unidade da apercepção e o ato de julgar.....	81
2.6 Conclusão do capítulo.....	94

Conclusão.....	96
----------------	----

Bibliografia.....	98
-------------------	----

Introdução

No cerne da *Crítica da Razão Pura* de Immanuel Kant, está o famoso argumento que ele chama de “Dedução dos Conceitos Puros do Entendimento” (*KrV* A 84 / B 116), ou “Dedução Transcendental dos Conceitos Puros do Entendimento” (*KrV* A 95 / B 129). Este argumento tem intrigado e sido debatido entre os intérpretes da obra de Kant mais do que qualquer outra parte da *Crítica*. Por um lado, é um argumento que precisamos compreender claramente, se quisermos entender a teoria do conhecimento de Kant. Como um comentador observou, é na dedução que Kant “[...] formulou os seus pensamentos mais profundos e apresentou os fundamentos decisivos da sua teoria do conhecimento. Quem compreender estas páginas possui a chave para a compreensão e avaliação de toda a obra” (HENRICH, 1969, p.640 – tradução nossa)². Sobre isso, escreve Kant:

Não conheço investigações mais importantes para estabelecer os fundamentos da faculdade que designamos por entendimento e, ao mesmo tempo, para a determinação das regras e limites do seu uso do que aquelas que apresentei no segundo capítulo da *Analítica transcendental*, intitulado *Dedução dos conceitos puros do entendimento*; também foram as que me custaram mais esforço, mas espero que não tenha sido o trabalho perdido. (*KrV* A xvi).

Por outro lado, o argumento é complexo. Sua natureza densa e abstrata, aliada ao uso abundante de termos técnicos, torna árdua a tarefa de acompanhar o raciocínio. A organização do texto dificulta a identificação de novas ideias em contraste com a reformulação de conceitos já apresentados, bem como a percepção da conexão entre as diversas linhas de argumentação. Por certo, o argumento é apresentado como um desafio intelectual significativo, exigindo grande esforço do leitor para desvendar sua intrincada estrutura e suas complexas relações conceituais. A dificuldade é tamanha que vários comentadores a compararam a uma *jungle* (cf. Bennett, 1966, p. 100; Strawson, 1966, p. 93; Van Cleve, 1999, p. 79), e um deles chegou ao ponto de afirmar que tentar dominar “as idas e vindas da dedução transcendental seria tão exaustivo quanto atravessar o Grande Deserto da Arábia”. (cf. PATON, 1936, p. 547 – tradução nossa)³.

² No original: “has formulated his most profound thoughts and presented the decisive foundation for his theory of knowledge. Whoever understands these pages possesses a key to the understanding and evaluation of the entire work”.

³ No original: “The crossing of the Great Arabian Desert can scarcely be a more exhausting task than is the attempt to master the windings and twistings of the Transcendental Deduction”.

De fato, já antes de lançar a segunda versão da *Crítica* em 1787, o próprio Kant estava ciente da dificuldade inerente ao seu texto. Ele próprio reconhecia o desafio que a obra representava para seus leitores. No prefácio aos *Primeiros Princípios Metafísicos da Ciência da Natureza*, publicados em 1786, Kant comenta que a dedução “seria sobretudo obscura na parte da *Crítica*, que deveria precisamente ser mais clara, e giraria mesmo em círculo, etc.” (MAN: 04, 20). Assim sendo, na segunda edição da *Crítica*, publicada no ano seguinte, Kant reescreveu completamente a dedução transcendental. Ele alegou que essa revisão concernia somente à maneira de “demonstração” e não havia nada para mudar nas “próprias proposições e suas provas” (KrV B xxxvii-xxxix). Sobre isso, diz Kant:

No que se refere a esta segunda edição não quis, como é natural, deixar passar o ensejo de obviar quanto possível às dificuldades e obscuridades que podem ter dado origem a interpretações errôneas em que caíram homens argutos ao julgar este livro, talvez em parte por minha culpa. Nas próprias proposições e suas provas nada julguei dever alterar, nem tão-pouco na forma e no conjunto do seu plano; (KrV B xxxviii)

Mas, a despeito dos esforços de Kant para esclarecer, os últimos dois séculos trouxeram pouca concordância na interpretação da dedução. Somente as últimas décadas trouxeram dúzias de interpretações conflitantes ou reconstruções da dedução transcendental de Kant, cada uma buscando desvendar a verdadeira natureza e o alcance deste argumento fundamental. Problemas de interpretação começam com a questão de exatamente qual “tese”⁴ se supõe que a dedução transcendental prova. Certamente, a importância deste debate reside na centralidade da dedução transcendental para a “justificação do conhecimento objetivo”⁵.

⁴ Há muito debate aqui, uma discussão importante que podemos mencionar entre os comentadores é sobre uma questão fundamental de se as duas edições da *Crítica*, em 1781 e 1787, tentam responder à mesma questão por meio do mesmo argumento. Por um lado, alguns comentadores se posicionaram a favor da primeira versão, enquanto outros a favor da segunda versão da dedução (cf. Henrich, 1969; Hatfield, 2003; Höffe 2005). Esses intérpretes defendem que uma distinção entre as duas versões da dedução pode ser mantida, alguns sustentam que só a primeira edição expressa plenamente a filosofia de Kant. Enquanto outros sustentam que Kant reformulou seu argumento na segunda edição e que, portanto, há uma mudança fundamental nos pressupostos, na estrutura e na conclusão dos seus argumentos encarregados de demonstrar que as categorias são as condições de possibilidade dos objetos da experiência. Por outro lado, há outros comentadores (cf. Dekens, 2012; Longuenesse, 2019), que sustentam não haver uma ruptura entre os dois textos, pelo contrário, podemos seguir duas linhas de argumentação sobre a dedução transcendental das categorias. Assim, a dissertação de 1781 privilegia o modelo da síntese em detrimento do modelo lógico-discursivo, em contrapartida, a dedução de 1787, atribuiu o papel decisivo à forma lógica do juízo, em relação à qual se ordena a síntese *a priori* do sensível. Certamente, não há aqui espaço para uma revisão sistemática da literatura sobre todas as interpretações disponíveis sobre essa questão. Com relação a esta discussão sobre as duas versões do texto da dedução, para a nossa pesquisa, consideramos as duas versões para a elaboração do trabalho. Neste momento, não nos posicionamos a favor de nenhuma interpretação.

⁵ Antes de Kant, filósofos como David Hume haviam levantado sérias dúvidas sobre a possibilidade do conhecimento objetivo. Isso levou a um ceticismo profundo, minando a base para qualquer ciência que pretendesse formular leis universais. Kant reconheceu a força do argumento de Hume, mas recusou-se a aceitar suas conclusões céticas. Ele propôs uma “revolução copernicana” na filosofia. Em vez de supor que nosso conhecimento deve se conformar aos objetos, ele sugeriu que os objetos devem se conformar ao nosso modo de

Nesse contexto de múltiplas interpretações e da reconhecida dificuldade do texto kantiano, a presente pesquisa se propõe a investigar de forma específica o que consideramos ser o “objetivo” (a tarefa fundamental) e a “estratégia” de Kant na dedução transcendental. Em outras palavras, nosso foco será em identificar o propósito primordial que guia a argumentação de Kant ao longo da dedução e a estratégia que ele emprega para alcançar esse objetivo, isto é, a justificação ou prova da validade objetiva das categorias. Para tanto, analisaremos detidamente as passagens fundamentais das duas edições da *Crítica*, buscando identificar os argumentos centrais que sustentam a necessidade das categorias como condições de possibilidade de toda experiência e conhecimento objetivo. Acreditamos que, ao concentrar a análise na articulação entre o objetivo declarado por Kant e a estratégia argumentativa por ele utilizada, poderemos oferecer uma leitura mais focada e potencialmente esclarecedora da dedução transcendental, contribuindo para o debate em curso sobre sua complexa estrutura e suas implicações para a filosofia do conhecimento. Almejamos, assim, esclarecer como Kant busca superar o ceticismo “humeano”⁶ e fundamentar a possibilidade de “juízos sintéticos *a priori*”⁷, demonstrando a inevitável participação das categorias do entendimento na constituição da nossa experiência.

conhecer. É aqui que entram as categorias. As categorias são conceitos puros do entendimento que não derivam da experiência, mas a tornam possível. Para Kant, o mundo que experimentamos não é uma coleção de dados brutos que nossos sentidos simplesmente absorvem. Em vez disso, ele é ativamente moldado e organizado pelo nosso ânimo através das categorias. A dedução transcendental das categorias é o argumento de Kant que visa provar a legitimidade e a necessidade dessas categorias para a possibilidade de qualquer experiência e conhecimento objetivo. Em outras palavras, Kant não está apenas afirmando que temos categorias; ele está demonstrando que sem elas, não poderíamos ter conhecimento e uma experiência coerente e unificada do mundo.

⁶ Para Kant, foi a leitura das obras do filósofo empirista David Hume que o despertou do seu “sono dogmático”. O ceticismo radical de Hume em relação à causalidade e à possibilidade de conhecimento metafísico abalou a confiança de Kant na capacidade da razão pura de construir sistemas filosóficos dogmáticos sem levar em conta as limitações da experiência e a necessidade de uma crítica da própria razão. Kant buscou superar o ceticismo humeano demonstrando que certas estruturas cognitivas são *a priori* e constitutivas da nossa experiência do mundo. Ele argumentou que a causalidade e outras categorias não são meras ilusões ou hábitos mentais, mas sim condições de possibilidade para que possamos ter qualquer conhecimento objetivo do mundo. Ao fazer isso, Kant procurou restabelecer as bases para a metafísica (dentro de certos limites) e para a validade do conhecimento científico.

⁷ Os juízos sintéticos *a priori* são um conceito central na filosofia de Kant, particularmente na *Crítica da Razão Pura*. Eles representam um tipo de proposição que Kant acreditava ser fundamental para o conhecimento científico e metafísico. Para Kant, a existência e a possibilidade dos juízos sintéticos *a priori* eram importantes para explicar a validade e a objetividade de áreas como a matemática pura e os princípios fundamentais da física. Ele questionava como podemos ter conhecimento que é ao mesmo tempo informativo sobre o mundo (sintético) e necessariamente verdadeiro, independente da experiência (*a priori*). A dedução transcendental das categorias é a tentativa de Kant de explicar como esses juízos sintéticos *a priori* são possíveis no domínio do entendimento. Ele argumenta que as categorias (conceitos puros do entendimento) são as condições necessárias para a própria possibilidade da experiência objetiva. O ânimo não é um recipiente passivo de impressões sensoriais, mas sim ativo, organizando e sintetizando essas impressões de acordo com as categorias. É essa atividade sintética do ânimo, guiado pelas categorias *a priori*, que torna possível formular juízos sobre objetos com validade objetiva e, portanto, realizar juízos sintéticos *a priori* sobre o mundo da experiência. Em resumo, os juízos sintéticos *a priori* são o elemento essencial da epistemologia kantiana, representando o conhecimento que é ao mesmo tempo

Com razão, a dedução é considerada parte imprescindível e necessária para compreensão da exposição crítica da razão pura na *Crítica*, que demonstra e legitima a interpretação epistemológica inaugurada por Kant pela via “transcendental”⁸ no século XVIII, que consiste em tratar das “regras e limites” (*KrV* A xvi) pelas quais o ser racional finito elabora cognoscitivamente o conhecimento da experiência. A tarefa fundamental da dedução consiste na explicação do modo pelo qual os conceitos puros do entendimento podem fazer referência *a priori* a objetos da experiência, “não por predicados da intuição e da sensibilidade, mas pelo pensamento *a priori*” (*KrV* A 88), ou seja, a finalidade da dedução transcendental na *Crítica* não se resume a mera decomposição dos conceitos que residem *a priori* na razão, mas a sua função é demonstrar como alcançamos estes conceitos *a priori*, “para depois determinar a sua aplicação válida em relação aos objectos de todo o conhecimento em geral” (*KrV* B 23-24).

Certamente, aqui reside a “pedra de toque” (*KrV* B 26) da filosofia transcendental de Kant, ou seja, a dedução transcendental dos conceitos puros do entendimento determina os limites seguros do uso da razão pura, sem a qual todas as tentativas para dar respostas às nossas interrogações sempre se “depararam com contradições inevitáveis” (*KrV* B 22), afirmações sem fundamento ou que extrapolam as fronteiras da experiência. Neste sentido, mesmo o “problema geral da razão pura” (*KrV* B 19), que Kant evidencia na pergunta: “como são possíveis os juízos sintéticos *a priori*?” (*KrV* B 19), requer pelo menos uma investigação sobre as condições necessárias para julgarmos inteligivelmente sobre o mundo da nossa experiência. Isto significa que o pensamento de Kant, ao tocar na inteligibilidade da razão, tensiona a elaboração de uma epistemologia cuja tarefa consiste em investigar as condições de possibilidade do conhecimento humano, de modo a demonstrar também os limites e a estrutura desse conhecimento. Portanto, a crítica da razão apresentada na *Crítica* não se ocupa com os objetos que a experiência pode-lhe apresentar, mas tão somente com a própria razão, determinando a extensão e os limites do seu uso.

Decerto, a crítica da razão elaborada por Kant fundamenta não apenas o conhecimento humano, mas também a ação, com base em um exame exaustivo do “ânimo” (*Gemüt*)⁹ e das suas faculdades, que nos permitem explicar a nossa vida intelectual e ativa.

informativo e necessariamente verdadeiro, independente da experiência. A investigação de sua possibilidade é o principal objetivo da *Crítica*.

⁸ Kant chama transcendental todo conhecimento que tem a ver não com objetos, mas com nosso modo de conhecer os objetos (*KrV* B 25), ou seja, as condições e os limites que justificam a construção do conhecimento pelo ser racional finito. Por outro lado, o conceito de transcendente na filosofia kantiana, refere-se àquilo que extrapola os limites da experiência possível (*KrV* A 636 / B 664), isto é, aquilo que não podemos observar, experienciar.

⁹ “A palavra alemã *Gemüt* é um termo essencial na filosofia de Kant e tem sido variadamente traduzido como “ânimo”, “mente”, “estado mental” e “alma” [...] Não quer dizer “mente” ou “alma” no sentido cartesiano de uma substância pensante, mas denota, em vez disso, uma consciência corpórea de sensação e auto-afecção. [...] *Gemüt*

Desta forma, essa teoria da estrutura e das capacidades cognitivas do intelecto humano legitima a própria crítica da razão, ou nova metafísica, isto é, a própria epistemologia concebida como um empreendimento de conhecer as capacidades do próprio intelecto e as restrições implicadas por tal autoconhecimento. Para compreender epistemologicamente as capacidades cognitivas do ser racional finito, Kant busca solucionar os problemas insolúveis da metafísica tradicional. Para ele, a razão tende a transcender os limites da experiência possível e não se restringir à regulação do uso das categorias do entendimento no âmbito dessa experiência. Isto significa que a razão tende a aplicar os conceitos puros do entendimento às “coisas-em-si”, e não aos “fenômenos” ou “objetos para nós” (cf. *KrV* A 582 / B 610), que são aquilo a que se aplicam corretamente os conceitos puros do entendimento. Kant diz que essa tendência natural da razão precisa ser contida, porque pode nos levar a ilusões ou falsas cognições, que são alguns dos produtos da metafísica tradicional. Portanto, é preciso que um exame das capacidades cognitivas humanas tenha efeito sobre a própria razão, pois é a partir daí que se torna exequível fazer um exame da estrutura e das capacidades cognitivas do intelecto.

Diante do exposto, consideramos que há boas razões para nos preocuparmos em melhorar a compreensão do valor do argumento de Kant na dedução, mesmo para além da mera curiosidade histórica. A dedução kantiana é uma tentativa original e ambiciosa de fazer progressos em questões filosóficas que permanecem tão presentes hoje como eram no final do século XVIII. Portanto, ao se apresentar as respostas de Kant a estas questões, é razoável esperar que se esteja em uma melhor posição para respondê-las por si próprio.

Este estudo está dividido em dois capítulos. O primeiro capítulo trata do objetivo da dedução. No prefácio à primeira edição da *Crítica*, Kant escreve que este argumento (a dedução) ou, para ser mais preciso, a parte do argumento que “pertence essencialmente aos [seus] fins” (*KrV* A xvii), tem como objetivo “demonstrar e tornar compreensível a validade objetiva [dos] conceitos *a priori* [do entendimento puro]” (*KrV* A xvi).

No item 1.1, abordamos a questão do que significa exatamente demonstrar e tornar compreensível a validade objetiva das categorias. Argumentamos que não é suficiente demonstrar a validade objetiva destes conceitos para mostrar que existem de fato objetos que se enquadram nestes conceitos. Argumentamos que, em vez disso, a questão da validade objetiva das categorias é a questão de saber se, e de que forma, estes conceitos no nosso ânimo

não designa uma substância (material ou ideal) mas a posição ou lugar das *Gemütskräfte* (as forças ou faculdades do *Gemüt*) de sensibilidade, imaginação, entendimento e razão.” (CAYGILL, 2000, pág. 64). Optamos por usar a palavra “ânimo” e também em algumas passagens “estados do ânimo”, em referência ao termo *Gemüt*. Nossa escolha segue a tradução do professor Valério Rohden em: *O sentido do termo “Gemüt” em Kant*. (cf. Bibliografia).

são capazes de servir como representações de objetos. Naturalmente, isto levanta a questão do que significa exatamente dizer que um conceito serve como representação de um objeto. Argumentamos que Kant pensa que um estado do nosso ânimo serve como uma representação de um objeto na medida em que mantém uma relação com um objeto, ou seja, uma relação de concordância necessária. Apresentamos que o objetivo de Kant na dedução é mostrar que as categorias estão nesta relação de concordância necessária com os objetos.

No item 1.2, consideramos algumas das formas possíveis de explicar a concordância das categorias com seus objetos. Nosso objetivo aqui é lançar mais luz sobre a ideia de uma relação de concordância necessária e fundamentar a nossa apresentação de que é uma relação de concordância entre as categorias e os seus objetos o foco da dedução. Examinamos uma série de teorias sobre a validade objetiva das categorias às quais Kant se refere na sua famosa carta de 21 de fevereiro de 1772 a Marcus Herz. Estas incluem a teoria da influência hiperfísica, que ele atribui a Platão e Malebranche e a teoria da harmonia intelectual pré-estabelecida, que ele atribui a Crusius.

No item 1.3, abordamos a questão importante de como o próprio Kant pretende explicar a relação de concordância necessária entre as categorias e os objetos. Argumentamos que a explicação de Kant se baseia na afirmação de que é necessário que um objeto se conforme às categorias para poder ser considerado como um objeto da experiência. Isto equivale à afirmação de que existe uma relação de concordância entre as categorias e os objetos da experiência e, portanto, à afirmação de que as categorias servem como representações dos objetos da experiência. No item 1.4, discutimos uma interpretação do conceito de representação de Kant defendido por Dickerson (2004).

No capítulo segundo desta dissertação, nos concentramos na estratégia geral da dedução de Kant. Ele pensa que, para que um objeto possa ser considerado um objeto da experiência, isto é, um objeto de conhecimento empírico, ele deve ser tanto um objeto de intuição, especificamente, um objeto de intuição empírica, como também um objeto de pensamento ou juízo. No item 2.1, apresentamos que o que Kant considera que precisamos fazer, para mostrar que as categorias servem como representações de objetos, é mostrar que um objeto deve estar em concordância com as categorias se quiser ser um objeto de pensamento, isto é, se for um objeto da nossa faculdade do entendimento. Kant pensa que as categorias servem como condições da possibilidade de conhecimento empírico precisamente, porque considera que elas servem como condições do pensamento de um objeto. E assim a estratégia da sua dedução é investigar as condições que devem ser satisfeitas se quisermos pensar um objeto.

No item 2.2, voltamos para a questão do que Kant considera exatamente o que significa pensar um objeto, isto é, o que ele pensa que significa fazer uso da faculdade do entendimento. Argumentamos que, de acordo com Kant, uma pessoa faz uso da faculdade do entendimento, ou pensa em um objeto, na medida em que faz um juízo sobre um objeto, por exemplo, o juízo de que a xícara na mesa à minha frente é redonda, ou o juízo de que há nuvens sobre a cidade de Uberlândia.

No item 2.3, apresentamos uma interpretação muito diferente do conceito de conhecimento empírico de Kant defendido por Kitcher (2011). Kitcher argumenta que alguém alcançou um estado de conhecimento empírico no sentido que Kant expõe na dedução, na medida em que ela fez um juízo sobre um objeto que é racional, ou seja, no sentido de que ela está ciente de suas razões para fazer este juízo. E Kitcher argumenta que a estratégia de Kant na dedução é investigar as condições que devem ser satisfeitas se alguém quiser fazer um juízo sobre um objeto que seja racional neste sentido. Apresentamos que o argumento de Kitcher se baseia numa interpretação questionável das afirmações de Kant, sobre o papel dos conceitos como fundamentos para o conhecimento.

No item 2.4, consideramos algumas interpretações e o argumento do que Kant entende por estado de conhecimento empírico. Examinamos duas objeções a este argumento. A primeira gira em torno da distinção de Kant entre as diferentes maneiras de considerar algo verdadeiro na “Doutrina Transcendental do Método” (cf. *KrV* A 704 / B 732). A segunda, devida à Van Cleve (1999), trata das implicações do argumento para a definição de verdade de Kant no início da “Lógica Transcendental” (cf. *KrV* A 50 / B 74).

Finalmente, no item 2.5, nos concentramos na afirmação central da dedução de Kant. Esta é a afirmação que Kant chama de “princípio da unidade sintética da apercepção” (cf. *KrV* A 98 / B 136). Argumentamos que este princípio é uma afirmação sobre as condições que devem ser satisfeitas se quisermos fazer um juízo sobre um objeto. Mais especificamente, Kant postula que, para que possamos ter alguma experiência coerente do mundo e formular juízos objetivos, é necessário que todas as nossas representações possam ser unificadas em uma única consciência, uma “apercepção” que as sintetiza. Sem essa unidade, nossas percepções seriam meras sucessões desconexas, e o conhecimento de objetos seria impossível.

CAPÍTULO 1

O OBETIVO DE KANT

Fica claro no texto da *Crítica da Razão Pura* que o objetivo de Kant na “dedução”¹⁰ é explicar como é que as categorias ou conceitos puros do entendimento podem ter “validade objetiva”¹¹ (*objektive Gültigkeit*). Nosso objetivo neste primeiro capítulo é explicar tão claramente quanto possível o que Kant entende por validade objetiva. No decurso da nossa apresentação consideramos uma série de teorias diferentes sobre a validade objetiva, incluindo aquela que Kant defende na própria dedução.

Neste primeiro capítulo do trabalho, apresentamos dois pontos importantes para a compreensão do conceito de validade objetiva. O primeiro é que um conceito é objetivamente válido no sentido que Kant expõe na dedução, na medida em que serve como “representação de um objecto” (cf. *KrV* A 69 / B 94 e A 130). Entretanto, esta é uma afirmação controversa. Comentaristas tendem a interpretar o conceito de validade objetiva de Kant em termos de *instanciação*. Alguns assumiram que um conceito é justificado como objetivamente válido, na medida em que há pelo menos um objeto da experiência que se enquadra neste conceito (por exemplo, Van Cleve 1999), enquanto outros assumiram que um conceito é objetivamente válido na medida em que todos os objetos da experiência se enquadram neste conceito (por exemplo, Guyer 1992). Se olharmos cuidadosamente para o que Kant considera ser necessário para explicarmos como as categorias podem ser consideradas objetivamente válidas, veremos que a validade objetiva de um conceito deve ser mais do que a mera instanciação. Se a nossa primeira afirmação estiver correta, então podemos tirar uma conclusão adicional: se quisermos compreender o conceito de validade objetiva de Kant, precisamos compreender o seu conceito de representação. Precisamos saber o que Kant pensa ser necessário para que um conceito sirva como representação de um objeto.

O segundo ponto importante que apresentamos neste primeiro capítulo é que um conceito serve como representação de um objeto, na medida em que duas condições são satisfeitas. A primeira condição é que exista uma relação de “concordância”

¹⁰ O que é uma dedução neste contexto? O modelo considerado por Kant, isto é, que serve de referência para a redação do texto, é o dos juristas, que requerem a produção de uma prova que faz aparecer o direito ou a legitimidade de uma pretensão (cf. *KrV* A 84 / B 116). Em relação ao conhecimento, fazer uma dedução consiste em avaliar a legitimidade do uso de certos conceitos, fundando-se não nos fatos, mas atendo-se somente ao direito. Neste sentido, a dedução das categorias não é caracterizada como uma demonstração silogística, mas sim como uma prova que legitima a posse e o uso das categorias. A dedução é de extrema importância, porque é mediante essa dedução que Kant consolida o seu projeto de estabelecer condições *a priori* de possibilidade do conhecimento. Em outras palavras, uma prova ou justificativa que possa legitimar a posse e o uso das categorias aos objetos deve tomar uma forma tal, que mostre que os objetos não podem ser conhecidos senão por meio das categorias sintetizadoras do entendimento.

¹¹ “Na *Dedução transcendental das categorias*, Kant se propõe a responder à questão: Como conceitos *a priori* podem se referir a objetos dados?” (LONGUENESSE, 2019, p. 49), ou nas palavras de Kant: “como poderão ter validade objectiva as condições subjectivas do pensamento [...]” (*KrV* A 89-90 / B 122).

(*Übereinstimmung*), entre o conceito e o objeto, e a segunda condição é que não seja acidental que exista esta relação de concordância. Uma vez que isto é o que Kant considera ser necessário para que um conceito sirva como representação de um objeto, o seu objetivo na dedução é mostrar não apenas que existem objetos que estão numa relação de concordância com as categorias, isto é, objetos que se enquadram nos conceitos puros do entendimento, mas também que esta relação de concordância não é acidental. Kant quer explicar por que é “necessário” (*notwendig*), que certos objetos mantenham uma relação de concordância com as categorias, isto é, uma relação de “concordância necessária”¹² (*notwendige Übereinstimmung*) com as categorias.

Com efeito, tendo em vista estes dois pontos importantes para a compreensão do conceito de validade objetiva, no início do item 1.1, nos concentramos nas próprias categorias. Estes são os conceitos de Unidade, Pluralidade e Totalidade; Realidade, Negação e Limitação; Inerência, Causalidade e Comunidade; Possibilidade, Existência e Necessidade (cf. *KrV* A 80 / B 106). Apresentamos brevemente como cada um desses conceitos devem ser entendidos e explicamos como Kant pensa que esses conceitos diferem de outros conceitos menos abstratos. No restante do item, nos concentramos no conceito de validade objetiva. Utilizamos a famosa carta que Kant escreveu ao seu amigo Marcus Herz em “21 de fevereiro de 1772”¹³, para mostrar primeiro, que um conceito é objetivamente válido na medida em que serve como representação de um objeto e, segundo que um conceito serve como representação de um objeto na medida em que ele está em uma relação de concordância necessária com o objeto.

¹² A concordância necessária das categorias na dedução transcendental de Kant refere-se à demonstração de que os conceitos puros do entendimento (as categorias) são condições *a priori* para a possibilidade de qualquer experiência e de qualquer objeto que possa ser conhecido. Muitos intérpretes e estudiosos se debruçaram sobre essa questão da concordância das categorias buscando esclarecer como Kant estabelece que essas formas do entendimento não apenas se aplicam aos objetos da experiência, mas são indispensáveis para a própria constituição desses objetos, garantindo assim a objetividade e a universalidade do nosso conhecimento. Essa questão da concordância, portanto, é um ponto muito importante para entender como a mente humana organiza e compreende o mundo, tornando a experiência inteligível. Não haverá, aqui, espaço para uma revisão sistemática da literatura sobre este tema da concordância das categorias no texto da Dedução. Qualquer tentativa nesse sentido, todavia, teria de considerar ao menos as seguintes obras: Henrich (1988), “*Kant's Notion of a Deduction and the Methodological Background of the First Critique*”; Allison (2004), “*Kant's Transcendental Idealism: An Interpretation and Defense*”; Longuenesse (2019), “*Kant e o poder de julgar*”; Loparic (2023), “*A Semântica Transcendental de Kant*”. Nessa obra, Loparic explora de forma aprofundada a questão da validade objetiva das categorias, argumentando que a solução kantiana para o problema da metafísica repousa na demonstração de que as categorias são condições de possibilidade da experiência e do conhecimento dos objetos; Perin (2008), “*Sobre o argumento da dedução transcendental na segunda edição da Crítica da razão pura*”. Nela, Perin aborda o argumento da Dedução na segunda edição da *Crítica*, buscando esclarecer a estrutura da prova e a forma como Kant demonstra que as categorias são condições necessárias para o conhecimento dos objetos.

¹³ É numa famosa carta a seu antes aluno Marcus Herz, escrita no início de seu trabalho na *Crítica da Razão Pura* em 21 de fevereiro de 1772, “que Kant formula pela primeira vez o problema que, na *Crítica*, se tornará a questão da dedução transcendental das categorias” (LONGUENESSE, 2019, p. 49).

Por conseguinte, no item 1.2, nosso interesse é explorar algumas das maneiras pelas quais Kant considera que um conceito pode manter-se numa relação de concordância necessária com o objeto. Para este fim, consideramos três explicações sobre a validade objetiva das categorias, que Kant rejeita na sua carta a Herz. Uma dessas explicações é uma teoria empirista. As outras duas teorias são o que Kant chama de teoria da “influência hiperfísica” (*influxum hyperphysicum*) (KANT, 1999, p. 134) e teoria da “harmonia intelectual pré-estabelecida” (*harmoniam praestabilitam intellectualem*) (KANT, 1999, p. 134). Em sequência, no item 1.3, apresentamos a teoria kantiana da validade objetiva das categorias, que Kant defende na própria *Crítica da Razão Pura*. Por fim, apresentamos no item 1.4, uma interpretação alternativa do conceito de representação de Kant, defendido por Dickerson (2004).

1.1 Validade objetiva e o conceito de “representação” na carta a Marcus Herz (21 de fevereiro de 1772)

Quando Kant se refere às categorias ou conceitos puros do entendimento, ele está pensando em conceitos universais e necessários, que não podemos evitar de usar se quisermos “conhecer” (*erkennen*) os objetos do mundo. Comenta Kant:

[...] esses conceitos têm de ser reconhecidos como condições *a priori* da possibilidade da experiência (quer seja da intuição que nela se encontra, quer dos pensamentos [*Denkens*]). São, por isso, necessários os conceitos que concedem o fundamento objectivo da possibilidade da experiência (*KrV* B 126 / A94).

Por outro lado, há também conceitos menos abstratos que não são necessários para conhecermos sobre os objetos em geral, por exemplo, para pensar que existem nuvens sobre a cidade de Uberlândia, devo recorrer a pelo menos dois conceitos. Devo utilizar o meu conceito de nuvem e devo utilizar o meu conceito de Uberlândia. Mas não há necessidade de recorrer a estes conceitos se quisermos, por exemplo, pensarmos que a maçã que tenho na mão é redonda ou que o sol nascerá amanhã. Podemos facilmente conhecermos objetos no mundo sem fazermos uso do meu conceito de Uberlândia ou do meu conceito de nuvem.

No entanto, Kant pensa que existem alguns outros conceitos aos quais devemos recorrer se quisermos ter alguma ideia sobre os objetos que encontro no mundo (por exemplo,

cf. *KrV* A 80 / B 106). Esses conceitos são as “condições subjectivas do pensamento” (*KrV* A 89 / B 122), isto é, os “conceitos de um objecto em geral” (*KrV* B 128). E são os conceitos que Kant chama de categorias ou conceitos puros do entendimento.

Kant afirma que as categorias são conceitos fundamentais de todo o nosso conhecimento, tendo sua “origem”¹⁴ nas “funções lógicas do juízo” (*KrV* B 128-143)¹⁵. Ele alega, com efeito, que as categorias são as “funções do juízo, na medida em que o diverso de uma intuição dada é determinado em relação a elas” (*KrV* B 143). Ou seja, há tantas categorias, quanto há funções do pensamento correspondente. Kant pensa que existem exatamente “doze”¹⁶ dessas categorias e as divide em categorias de Quantidade, Qualidade, Relação e Modalidade. As categorias de Quantidade são os conceitos de Unidade, Pluralidade e Totalidade; as categorias de Qualidade são os conceitos de Realidade, Negação e Limitação; as categorias de Relação são os conceitos de Inerência, Causalidade e Comunidade; por fim, as categorias de Modalidade são os conceitos de Possibilidade, Existência e Necessidade.

Quando Kant afirma que não podemos evitar o uso destes conceitos se quisermos pensar sobre os objetos no mundo (cf. *KrV* A 80 / B 106), ele não quer dizer que todo pensamento sobre os objetos no mundo requer o uso de todos os doze conceitos. A sua afirmação é que todo pensamento sobre objetos no mundo requer o uso de pelo menos uma categoria de Qualidade, pelo menos uma categoria de Quantidade, pelo menos uma categoria de Relação e pelo menos uma categoria de Modalidade.

¹⁴ Sobre a origem das categorias, o primeiro livro da *Análítica Transcendental* é intitulado “Do fio condutor para a descoberta de todos os conceitos puros do entendimento” (*KrV* A 66 / B 91), ou como ficou conhecido pelo nome que Kant dá a esta parte da *Crítica* como “dedução metafísica” (cf. *KrV* B 159). Nesta parte, Kant está interessado em identificar as categorias e mostrar que elas são conceitos puros e, com efeito, que são simplesmente intelectuais e têm sua origem exclusivamente no entendimento.

¹⁵ Na dedução metafísica, Kant enfatiza que as mesmas funções do pensamento (*Denken*) que caracterizam as formas do juízo também caracterizam os conceitos puros do entendimento. Neste sentido, a “passagem” das funções lógicas do juízo (como articuladas na lógica geral, cf. *KrV* A 50 / B 74) para os modos do conhecimento (como articulados na lógica transcendental, cf. *KrV* A 55 / B 79) é explicada pelo fato de que tanto a lógica geral quanto a lógica transcendental operam na mesma faculdade, a saber, o entendimento, e com a mesma função, a saber, a “unidade”. O seguinte trecho parece sintetizar a dedução metafísica das categorias e indica que as funções lógicas do juízo são os conceitos puros considerados em relação a um múltiplo da intuição, escreve Kant: “A mesma função, que confere unidade às diversas representações *num juízo*, dá também unidade à mera síntese de representações diversas *numa intuição*, tal unidade, expressa de modo geral, designa-se por conceito puro do entendimento. O mesmo entendimento, pois, e isto através dos mesmos actos pelos quais realizou nos conceitos, mediante a unidade analítica, a forma lógica de um juízo, introduz também, mediante a unidade sintética do diverso na intuição em geral, um conteúdo transcendental nas suas representações do diverso; por esse motivo se dá a estas representações o nome de conceitos puros do entendimento, que se referem *a priori* aos objectos, o que não é do alcance da lógica geral” (*KrV* B 105).

¹⁶ Segundo Kant, as categorias têm sua origem nas funções lógicas do juízo. Kant afirma que é tarefa da lógica geral dar uma interpretação sistemática dos vários momentos dessas funções, abstraindo de todo conteúdo que um juízo possa ter e considerando somente sua forma, neste sentido, a lógica estabelece que a “função do pensamento pode reduzir-se a quatro rubricas, cada uma das quais contém três momentos” (*KrV*, A 70 / B 95). Esses momentos, aos quais os comentadores em geral se referem como formas do juízo são representados na conhecida tábua (cf. *KrV*, A 70 / B 95), cuja estrutura fundamenta a tábua das categorias.

I Categorias da quantidade Unidade Pluralidade Totalidade	II Da Qualidade Realidade Negação Limitação
III Da Relação Inerência e subsistência Causalidade e dependência Comunidade	IV Modalidade Possibilidade - impossibilidade Existência - não-ser Necessidade - contingência

Tábua das categorias (KrV A80/B106)

Será útil neste ponto considerar brevemente como cada uma das doze categorias devem ser compreendidas. A categoria da Realidade e a categoria da Negação são respectivamente o conceito de presença e o conceito de falta ou ausência (cf. *KrV* A 291 / B 347). Por exemplo, a escuridão (*Finsternis*) e o frio (*Kälte*) contam como negações, uma vez que o conceito de escuridão é o conceito de uma mera ausência de luz, e o conceito de frio é o conceito de uma mera ausência de calor (cf. *KrV* A 291 / B 347 e A 575 / B 603). Calor e luz contam como realidades, pois o conceito de calor não é o conceito de falta de frio, nem o conceito de luz é o conceito de falta de escuridão, mas sim da sua presença. A categoria de Limitação é o conceito de uma presença que é limitada de alguma forma por uma ausência ou de uma ausência que é limitada de alguma forma por uma presença.

A categoria da Unidade é o conceito de indivíduo, por exemplo, Sócrates é uma unidade, pois faz parte do conceito de Sócrates que ele é um objeto e não muitos objetos. A categoria de Pluralidade é o conceito de alguns, mas não de todos os objetos de um tipo particular. Se penso em alguns dos objetos que são como maçãs ou em três objetos que são como bolas de futebol, então utilizo a categoria da Pluralidade. Quanto à categoria da Totalidade, este é o conceito de todos os objetos de um tipo particular. Um dos objetos que Kant considera que serve como uma totalidade é a “natureza”. Ele define a natureza nos *Prolegômenos* (1783) e em seus *Primeiros Princípios Metafísicos da Ciência da Natureza* (1786)¹⁷ como a soma total de todos os objetos da experiência.

¹⁷ “Toma-se [...] a natureza [...] como o complexo de todas as coisas enquanto podem ser objetos dos nossos sentidos e, por conseguinte, também objetos da experiência; entende-se, pois, por essa palavra a totalidade de todos os fenômenos, ou seja, o mundo dos sentidos [...]” (*MAN: 04, 11*).

A categoria da Inerência é o conceito da relação entre uma substância e um de seus acidentes, onde uma substância é um objeto que possui propriedades, mas que não é em si propriedade de nenhum objeto. – “Pela categoria de substância [...] determina-se que a sua intuição empírica na experiência deverá sempre ser considerada como sujeito, nunca como simples predicado” (*KrV* B 129), – e um acidente é uma propriedade de uma substância. – “Dá-se o nome de *acidentes* às determinações da substância, que são apenas modos particulares da sua existência” (*KrV* A 186 / B 229). – Por exemplo, o calor é inerente a uma pedra que foi deixada ao sol, uma vez que o calor é uma propriedade da pedra, mas a pedra em si não é uma propriedade de qualquer outro objeto. A categoria da Causalidade é o conceito da relação entre uma causa e seu efeito, onde um objeto é causa de outro objeto na medida em que a existência do segundo objeto é consequência da existência do primeiro objeto. A luz solar é a causa do calor na pedra, pois o fato de haver calor na pedra é uma consequência do fato de haver luz solar. Quanto à categoria de Comunidade, este é o conceito de um conjunto de substâncias onde o estado de cada substância, isto é, a soma total das propriedades de cada substância é uma consequência dos estados de todas as outras substâncias (cf. *KrV* A 221 / B 269 e B 257-258).

A categoria da Possibilidade é o conceito do que poderia existir. Por exemplo, pensemos num conceito acerca da vitória da seleção brasileira de futebol na próxima copa do mundo (2026), esse é um conceito de uma possibilidade. A categoria da Existência é o conceito do que de fato existe (cf. *KrV* A 225 / B 272). Por fim, a categoria da Necessidade é o conceito do que deve obrigatoriamente existir (cf. *KrV* A 226-227 / B 279). Se penso que a pedra foi deixada ao sol e que é uma consequência disso que a pedra em breve ficara quente, o meu conceito da pedra que ganhou calor é o conceito de uma necessidade (cf. *KrV* A 227 / B 279-280).

Pois bem, tendo apresentado brevemente cada uma das doze categorias, vamos à dedução das próprias categorias. Parece que o objetivo da dedução de Kant é apenas provar que as categorias têm uma propriedade particular, isto é, validade objetiva. Kant afirma que a dedução das categorias é uma “justificação da sua validade objectiva” (*KrV* A 97), ou seja, o seu objetivo é “demonstrar” (*zeigen*) (cf. *KrV* A 90 / B 122), que as categorias são objetivamente válidas. Kant alega que o objetivo da dedução ou, em outras palavras, o objetivo do aspecto mais importante da dedução é: “tornar compreensível [...] a validade objectiva dos seus conceitos puros *a priori* e estabelecer assim a sua origem e a sua verdade” (*KrV* A 128). Kant define uma dedução transcendental em geral como “à explicação [*Erklärung*] do modo pelo qual esses conceitos se podem referir *a priori* [a objetos]” (*KrV* A 85 / B 117).

A razão pela qual Kant define a dedução tanto em termos de “demonstrar” (*zeigen*) como de “explicação” (*Erklärung*), é que o seu objetivo é abordar os problemas levantados acerca das categorias como conceitos objetivamente válidos. Os céticos quanto à validade objetiva das categorias consideram duas suposições. Primeiro, assumem que um conceito só pode ser considerado objetivamente válido se for um conceito de um tipo particular, ou seja, aquele que é empírico, em oposição ao puro *a priori* (cf. *KrV* B 168). Em segundo lugar, assumem que as categorias são conceitos puros *a priori*. E concluem neste raciocínio, que as categorias não são objetivamente válidas. O objetivo de Kant na dedução é minar a primeira das duas suposições com base nas quais os céticos chegam à sua conclusão. Kant quer explicar como as categorias podem ser consideradas objetivamente válidas apesar de serem conceitos puros *a priori* e, desta forma, refutar a conclusão cética de que as categorias não são de fato objetivamente válidas.

Chegamos agora à questão principal: Segundo Kant, o que significa exatamente dizer que um conceito é objetivamente válido? Como mencionamos na introdução do capítulo, o conceito de validade objetiva de Kant é frequentemente interpretado em termos de “instanciação”. Van Cleve pensa que um conceito é objetivamente válido na medida em que se aplica a objetos da experiência, isto é, na medida em que há pelo menos um objeto da experiência que se enquadra neste conceito (cf. 1999, pág.89). Ele escreve que um conceito é objetivamente válido na medida em que é “instanciado” (*instantiated*) ou “representado no mundo que experienciamos”¹⁸ (1999, p.73 – tradução nossa).

Outro comentarista que interpreta o conceito de validade objetiva de Kant em termos de instanciação é Guyer (1992, p.125). Enquanto Van Cleve pensa que um conceito é objetivamente válido na medida em que se aplica a pelo menos um objeto da experiência, Guyer pensa que um conceito é objetivamente válido na medida em que se aplica a todos os objetos da experiência, isto é, na medida em que cada objeto da experiência se enquadra neste conceito. Ele escreve isso: “um conceito tem realidade objetiva se tiver pelo menos alguma instanciação na experiência, mas validade objetiva apenas se, aplicar a todos os objetos possíveis da experiência” (1992, p.125 – tradução nossa)¹⁹

Para Guyer, as categorias são objetivamente válidas na medida em que todo o objeto da experiência é, por exemplo, uma unidade, uma pluralidade ou uma totalidade etc. Nos parece que há um problema com a interpretação de Guyer do conceito de validade objetiva,

¹⁸ No original: “exemplified in the world we experience”.

¹⁹ No original: “a concept has objective reality if it has at least some instantiation in experience but objective validity only if it applies to all possible objects of experience”.

é que não parece plausível afirmar que cada objeto da experiência se enquadra em cada uma das doze categorias. Tomemos como exemplo um caso particular de calor, digamos, o calor numa pedra que foi deixada ao sol. Este é certamente um objeto da experiência. E Kant pensa claramente que isso se enquadra na categoria da realidade. É uma presença em oposição a uma mera falta ou ausência. Mas, nesse caso, não pode também cair na categoria de Negação. Da mesma forma, Sócrates é um objeto da experiência. E ele se enquadra na categoria da Unidade. No entanto, ele não se enquadra na categoria da pluralidade.

Então, como deveríamos entender o conceito de Kant sobre a validade objetiva das categorias? A resposta a esta questão torna-se clara se considerarmos a famosa carta que ele escreveu ao seu amigo Marcus Herz em 21 de fevereiro de 1772. Esta é a carta onde Kant anuncia a sua descoberta de “a chave de todo o segredo da metafísica” (KANT, 1999, p. 133 – tradução nossa)²⁰. Ele escreve:

Perguntei-me esta questão: Qual é o fundamento da relação daquilo que nós chamamos de “representação” com o objeto? Se uma representação compreende apenas a maneira pela qual o sujeito é afetado pelo objeto, então é fácil ver como ela está em conformidade com esse objeto, ou seja, como um efeito está de acordo com a sua causa, e é fácil ver como essa modificação da nossa mente pode representar algo, ou seja, ter um objeto. Assim, as representações passivas ou sensoriais têm uma relação compreensível com os objetos. (KANT, 1999, p. 133 – tradução nossa)²¹

Kant parte da observação de que existem estados do nosso ânimo que servem como representações de objetos. A questão que ele levanta pode ser descrita assim: como é que estes estados do nosso ânimo podem ser considerados representações de objetos? Kant pensa que esta questão é fácil de responder no caso de representações que são efeitos de objetos sobre o ânimo, mas difícil de responder no caso de representações que não estão relacionadas com objetos desta forma. Ele continua:

Na minha dissertação contentei-me em explicar a natureza das representações intelectuais de uma forma meramente negativa, nomeadamente, em afirmar que não eram modificações da alma provocadas pelo objeto. No entanto, ignorei silenciosamente a questão adicional de como pode ser possível uma representação que se refere a um objeto sem ser de forma alguma afetada por ele. [...] [Se] as representações intelectuais dependem de nossa atividade interna, de onde vem a

²⁰ No original: “the key to the whole secret of metaphysics”.

²¹ No original: “I asked myself this question: What is the ground of the relation of that in us which we call ‘representation’ to the object? If a representation comprises only the manner in which the subject is affected by the object then it is easy to see how it is in conformity with this object, namely, as an effect accords with its cause, and it is easy to see how this modification of our mind can represent something, that is, have an object. Thus the passive or sensuous representations have an understandable relation to objects”.

concordância que elas deveriam ter com os objetos [...]. (KANT, 1999, p. 133 – tradução nossa)²²

Esta última questão é o que Kant considera quando se refere à chave de todo o segredo da metafísica. Ele também a expressa da seguinte forma:

[Quanto a] como meu entendimento pode, completamente *a priori*, formar para si conceitos de coisas com os quais os fatos deveriam necessariamente concordar [...] esta questão, de como a faculdade do entendimento alcança esta conformidade com as próprias coisas, é ainda deixado em um estado de obscuridade. (KANT, 1999, p. 134 – tradução nossa)²³

Essa é claramente a questão sobre a qual Kant nomeia na *Crítica* de conceitos puros do entendimento ou de categorias. É a questão de saber como as categorias podem servir como representações de objetos.

Com efeito, há outra conclusão importante que podemos tirar da carta de Kant a Herz. Observe as duas suposições que Kant faz nas linhas que citamos desta carta, sobre as condições que devem ser satisfeitas para que um estado do ânimo possa ser considerado uma representação de um objeto. Em primeiro lugar, Kant considera que deve haver algum tipo de relação de concordância entre o ânimo e o objeto. Por um lado, ele nos diz que é fácil ver como as “representações sensoriais” (*sensuous representations*) (KANT, 1999, p. 133 – tradução nossa), servem como representações de objetos, porque é fácil ver como elas estão em concordância com o entendimento. Por outro lado, Kant afirma que é difícil ver como eles podem ser utilizados como representações de objetos, porque é difícil ver de onde vem “a concordância que eles supostamente devem ter com os objetos” (KANT, 1999, p. 133 – tradução nossa)²⁴.

Em segundo lugar, Kant pensa que a concordância do ânimo com o objeto deve ser necessária. Ele pensa que a relação entre o ânimo e o objeto deve estar fundamentada em algo. Não pode ser acidental que o ânimo e o objeto mantêm uma relação de concordância um com o outro. Deve haver alguma conexão que garanta que eles concordam um com o outro.

²² No original: “In my dissertation I was content to explain the nature of intellectual representations in a merely negative way, namely, to state that they were not modifications of the soul brought about by the object. However, I silently passed over the further question of how a representation that refers to an object without being in any way affected by it can be possible. [...] [If] intellectual representations depend on our inner activity, whence comes the agreement that they are supposed to have with objects [...]”

²³ No original: “to how my understanding may, completely *a priori*, form for itself concepts of things with which concepts the facts should necessarily agree [...] this question, of how the faculty of understanding achieves this conformity with the things themselves, is still left in a state of obscurity.”

²⁴ No original: “the agreement that they are supposed to have with objects”.

Estas duas suposições sobre o que é necessário para que um estado do ânimo sirva como representação de um objeto também estão claramente presentes quando Kant discute a validade objetiva das categorias na própria *Crítica*. Por exemplo, Kant expressa a afirmação de que existem duas maneiras pelas quais os conceitos podem ser relacionados aos objetos da experiência da seguinte forma:

Mas há só duas vias pelas quais pode ser pensada a *necessária* concordância [*notwendige Übereinstimmung*] da experiência com os conceitos dos seus objectos: ou é a experiência que possibilita esses conceitos ou são esses conceitos que possibilitam a experiência. (*KrV* B 166-167).

Isto torna razoável concluir, como mencionamos, que um estado do ânimo é uma representação de um objeto no sentido que Kant expõe na dedução, caso duas condições forem satisfeitas. Primeiro, o ânimo e o objeto devem manter uma relação de concordância um com o outro. Em segundo lugar, não deve ser acidental que se mantêm esta relação de concordância um com o outro.

Com razão, se o que apresentamos até agora estiver correto, então podemos dizer um pouco mais sobre o que Van Cleve comenta na sua interpretação do conceito de validade objetiva de Kant. Van Cleve assume que é suficiente para um dos conceitos puros do entendimento contar como objetivamente válido, caso exista algum objeto no mundo da experiência que se enquadre em alguma categoria. Por exemplo, se algum objeto da experiência é uma unidade, segue-se que a categoria da Unidade é objetivamente válida.

Mas, não parece ser isso o que Kant entende por validade objetiva. Ele pensa que a categoria da Unidade, por exemplo, só é objetivamente válida se servir como representação de um objeto no mundo. E não é suficiente que a categoria da Unidade sirva como representação de um objeto no mundo que algum objeto no mundo se enquadre no conceito de unidade, assim como não é suficiente que, digamos, a imagem de um círculo represente uma bola de futebol. Se for totalmente acidental que exista esta relação de semelhança entre o círculo na imagem e a bola de futebol, a imagem não é uma representação da bola de futebol. Da mesma forma, se for totalmente acidental que existam objetos no mundo que se enquadrem na categoria da Unidade, este conceito no meu ânimo não é uma representação desses objetos.

1.2 Teorias empiristas e racionalistas sobre as categorias

Até agora, neste capítulo, apresentamos algumas interpretações do conceito de validade objetiva e apresentamos algumas interpretações do conceito de representação. Afirmamos que um conceito é objetivamente válido no sentido que Kant expõe na dedução, na medida em que serve como representação de um objeto. Assim, um conceito é uma representação de um objeto, na medida em que, primeiro, ele se mantém numa relação de concordância (*Übereinstimmung*) com o objeto e, segundo, não é por acidente que se mantém nesta relação de concordância com o objeto. A partir disso, concluímos que o objetivo de Kant na dedução é demonstrar (*zeigen*) ou dar uma explicação (*Erklärung*) de como é que as categorias, isto é, as categorias de Unidade, Pluralidade e Totalidade, Inerência, Causalidade e Comunidade, etc., são capazes de manter uma relação de concordância necessária com os objetos.

No decorrer da sua carta de 21 de fevereiro de 1772 a Marcus Herz, Kant não apenas indica a questão que ele considera constituir a chave para todo o segredo da metafísica, ou seja, a questão de como é que os conceitos puros do entendimento podem ser considerados objetivamente válidos, mas também critica três respostas a esta questão. Nosso objetivo neste item é considerar cada uma dessas respostas separadamente. Consideramos com isto esclarecer e dar mais apoio a apresentação do conceito de validade objetiva de Kant mostrado no item 1.1. Se olharmos cuidadosamente para as explicações da validade objetiva dos conceitos puros do entendimento que Kant rejeita na carta a Herz, descobriremos que todas elas consistem em uma afirmação sobre o que torna necessário (*notwendig*) que esses conceitos estejam em uma relação de concordância com os objetos.

Uma explicação da validade objetiva das categorias que Kant rejeita claramente na sua carta a Herz é que as categorias representam objetos da mesma forma que, por exemplo, uma fotografia de uma bola de futebol representa a própria bola. Kant não considera que é porque existam relações de unidade e pluralidade, inerência e causalidade, etc., no mundo, que temos as categorias de Unidade e Pluralidade, Inerência e Causalidade, etc., ou seja, que ter essas categorias é uma consequência do fato de que existe unidade, pluralidade, inerência, causalidade, etc. Se as categorias servissem como representações de objetos dessa maneira,

então seriam o que Kant chama de conceitos empíricos (cf. *KrV* A 84)²⁵. Mas, Kant está convencido de que as categorias não são conceitos empíricos. É por isso que ele os chama de conceitos puros do entendimento.

Por que Kant está tão certo de que esta não é a explicação correta da validade objetiva das categorias? A razão tem a ver com a famosa discussão de Hume sobre a causalidade. A premissa fundamental do argumento é que o conceito de causalidade contém a representação de uma ligação necessária entre dois objetos. Em termos mais claros, pensar em uma relação de causa e efeito implica conceber uma conexão indispensável entre os elementos envolvidos. Como diz Kant, “este conceito [isto é, o conceito de causa] exige absolutamente que algo A seja de tal espécie, que algo B seja a sua consequência *necessária* e segundo *uma regra absolutamente universal*” (*KrV* A 91 / B 124).

Portanto, se o conceito de causalidade for considerado um conceito empírico, por exemplo, deve haver ligações necessárias entre os objetos no mundo, e deve ser uma consequência do fato de que existem ligações necessárias entre os objetos no mundo que temos um conceito que inclui a representação de uma ligação necessária. Ora, nossos sentidos são as capacidades por meio das quais os objetos no mundo nos fazem ter representações. Assim, vagamente, se é uma consequência do fato de existirem ligações necessárias entre objetos no mundo que temos um conceito que inclui a representação de ligações necessárias, as ligações necessárias entre objetos no mundo devem imprimir-se nos nossos sentidos. Devemos ver ou sentir, ou de alguma outra forma perceber tais conexões. O problema é que nunca vemos, sentimos ou de qualquer forma percebemos as ligações necessárias entre os objetos do mundo. Kant conclui neste sentido que o conceito de causalidade não é, afinal, um conceito empírico.

É certo que os aparecimentos [*Erscheinungen*] nos proporcionam casos em que é possível estabelecer uma regra, segundo a qual algo acontece habitualmente, mas nunca que a consequência seja *necessária*; por conseguinte, a síntese da causa e do efeito [...] não pode ter expressão empírica. (*KrV* A 91 / B 124).

Kant pensa que uma afirmação semelhante pode ser feita no caso de cada uma das doze categorias. Ele considera que cada um desses conceitos inclui a representação de uma ligação necessária. Como ele escreve nos *Prolegômenos*, “o conceito da conexão de causa e efeito está longe de ser o único pelo qual o entendimento pensa *a priori* conexões entre as

²⁵ Conceitos empíricos são conceitos derivados da experiência sensorial, observação e dados empíricos, exemplos de conceitos empíricos são: movimento e velocidade, calor e temperatura, gravidade e massa etc., são importantes porque enriquecem nossa compreensão do mundo, permitindo previsões e explicações, além de promover o pensamento crítico e a reflexão.

coisas [isto é, pensa uma conexão necessária]”. (*Prol: 04, 28*). Visto que Kant aceita a afirmação de Hume de que nunca vemos, sentimos ou de qualquer forma percebemos quaisquer ligações necessárias entre objetos no mundo, ele conclui que não pode ser o fato de que existem – unidades e pluralidades, relações de inerência e causalidade, etc., – que isso explicaria o fato de termos as categorias de Unidade e Pluralidade, Inerência e Causalidade, etc. E é por isso que ele pensa que essas categorias são conceitos puros do entendimento. Desta forma, é por isso que ele rejeita a teoria empirista que afirma que estes conceitos servem como representações de objetos da mesma forma que uma fotografia de uma bola de futebol serve como representação da própria bola de futebol.

No decorrer da carta a Herz, Kant considera e rejeita duas outras teorias sobre a validade objetiva das categorias. Numa destas outras teorias, a ligação entre as categorias e os seus objetos, que explica a concordância entre as duas é simplesmente o inverso da ligação que se supõe existir na teoria empirista, que já apresentamos. Kant escreve:

[...] se aquilo que em nós chamamos de “representação” fosse ativo em relação ao objeto, isto é, se o próprio objeto fosse criado pela representação (como quando as cognições divinas são concebidas como arquétipos das coisas), a conformidade dessas representações com seus objetos poderia ser compreendida. Assim, a possibilidade de [...] um *intellectus archetypus* (um intelecto cuja intuição é ela mesma a base das coisas) [...] é pelo menos compreensível (KANT, 1999, p. 133 – tradução nossa).²⁶

Suponha que elaboramos a planta de uma nova casa. E suponha que passamos esse projeto para um engenheiro que constrói uma casa de acordo com nosso plano. Em certo sentido, a planta que desenhamos serve como uma representação da casa que o engenheiro construiu. E o fato de a planta servir como uma representação da casa não se deve simplesmente ao fato de a casa que o engenheiro construiu ter as mesmas propriedades da casa representada na planta. Afinal, se existe uma casa qualitativamente idêntica construída por algum outro engenheiro, essa outra casa não é representada pela planta que desenhamos. O que faz com que a nossa planta represente a casa que o nosso engenheiro construiu, é o fato de que é precisamente porque indicamos na planta que a casa deveria assumir uma forma particular. Agora, suponhamos que um estado do ânimo sirva de planta para um objeto, da mesma forma que a nossa planta da casa serve de planta para a própria casa.

²⁶ No original: “[...] if that in us which we call ‘representation’ were active with regard to the object, that is, if the object itself were created by the representation (as when divine cognitions are conceived as the archetypes of things), the conformity of these representations to their objects could be understood. Thus the possibility of [...] an *intellectus archetypus* (an intellect whose intuition is itself the ground of things) [...] is at least comprehensible.”

Suponhamos que, é precisamente porque o nosso estado do ânimo assume uma forma particular, que o próprio objeto assume esta forma particular. Nesse caso, nosso estado do ânimo serve como representação do objeto da mesma forma que a planta serve como representação da casa. Presumimos que é isso que Kant quer dizer quando escreve que “se aquilo que em nós chamamos de “representação” fosse ativo em relação ao objeto [...] a conformidade dessas representações com seus objetos poderia ser compreendida” (KANT, 1999, p. 133 – tradução nossa)²⁷. Kant refere-se, nas linhas que acabamos de citar da carta de Kant a Herz, à teoria de que os “conceitos de Deus”²⁸, por exemplo, servem como representações de objetos, porque servem como modelos ou arquétipos para esses objetos.

Esta é a teoria defendida por Tomás de Aquino na *Summa Theologica*²⁹, ele afirma que os conceitos de Deus servem como representações de objetos no mundo, não em virtude do fato de serem causados por esses objetos, mas sim em virtude do fato de causarem esses objetos, ou, para ser preciso, em virtude do fato de causarem esses objetos em conjunto com a vontade de Deus. Agora, no decorrer da sua carta a Herz, Kant considera a possibilidade de que esta teoria sobre a relação dos conceitos de Deus com os objetos também nos permita compreender como é que as categorias, isto é, os conceitos puros da nossa faculdade do entendimento são capazes de servir como representações de objetos apesar de não serem conceitos empíricos. Kant escreve: “Platão assumiu uma intuição anterior da divindade como fonte primária dos conceitos puros do entendimento e dos primeiros princípios. Malebranche acreditava em uma intuição perene e ainda contínua deste ser primário”. (KANT, 1999, p. 134 – tradução nossa)³⁰.

Em cada versão desta teoria, as categorias servem como representações de objetos porque são, de fato, conceitos na ‘mente’ de Deus, e os conceitos de Deus servem como

²⁷ No original: “If what we call “representation” were active in relation to the object [...] the conformity of these representations with their objects could be understood”.

²⁸ Certamente, Kant entende que Deus não opera por conceitos, porque se criasse de modo conceitual, ele o faria de modo similar a nós. O uso do termo “conceitos de Deus” utilizado por nós no texto acima em referência a Kant, nos serve somente como um exemplo para demonstrar e compreender o modo de agir de Deus, que intui intelectualmente. Em outras palavras, Kant argumenta que Deus não cria o mundo ou age através de conceitos da mesma forma que nós, seres humanos, fazemos. Se a criação divina fosse conceitual, ela se assemelharia ao nosso próprio processo de pensamento discursivo, onde formulamos ideias e planos antes de agir. A maneira como Deus age é através de uma intuição intelectual, uma forma de conhecimento imediato e direto, sem a mediação de conceitos ou raciocínios passo a passo, como ocorre com a nossa compreensão.

²⁹ Para referências textuais na *Summa Theologica* que abordam esse tema, devemos nos concentrar principalmente na *Prima Pars*, especialmente nas questões que tratam da inteligência e do conhecimento divino. As Questões 14 e 15 da *Prima Pars* são as mais relevantes. A Questão 14 explora a natureza do conhecimento divino como causa das coisas e como abrangente de todos os seres, enquanto a Questão 15 trata especificamente das ideias divinas como modelos eternos segundo os quais o mundo é criado.

³⁰ No original: “Plato assumed a previous intuition of divinity as the primary source of the pure concepts of the understanding and of first principles. Malebranche believed in a still-continuing, perennial intuition of this primary being”

representações de objetos em virtude do fato de serem os arquétipos desses objetos. As duas versões da teoria diferem no que diz respeito à questão de como é que somos capazes de nos tornar conscientes dos conceitos de Deus. Na versão da teoria que Kant atribui a Platão, tomamos consciência desses conceitos por meio da “lembrança” (*Anamnese*)³¹. A ideia aqui é que houve um tempo, num passado distante, em que nossas mentes estavam unidas às de Deus. Neste momento, Deus criou o mundo em concordância com os conceitos em Sua mente. Desde então, as nossas mentes foram separadas da de Deus, mas ainda podemos trazer de volta à consciência os conceitos em concordância com os quais o mundo foi criado. E assim os nossos conceitos servem como representações de objetos em virtude do fato de servirem como arquétipos desses objetos. Na versão da teoria que Kant atribui a Malebranche, pelo contrário, tornamo-nos conscientes dos conceitos de Deus simplesmente porque Deus nos permite ver a Sua mente.

As objeções de Kant a esta teoria são as mesmas que as suas objeções a uma terceira teoria das categorias, que também devemos mencionar brevemente. Esta teoria gira em torno do conceito da harmonia intelectual pré-estabelecida. Kant escreve que: “Crusius acreditava em certas regras implantadas com o propósito de formar julgamentos e conceitos prontos que Deus implantou na alma humana exatamente como deveriam ser para se harmonizarem com as coisas” (KANT, 1999, p. 134 – tradução nossa)³². A ideia aqui é que as categorias servem como representações de objetos em virtude do fato de que Deus cria tanto as categorias, isto é, conceitos especiais em nosso ânimo, como também os objetos no mundo, e garante que os conceitos e os objetos se conformem entre si. Em sua carta a Herz (cf. 1999, p. 134), Kant chama esta terceira teoria de harmonia intelectual pré-estabelecida. Ele chama a segunda teoria, ou seja, aquela que ele atribui a Platão e Malebranche de teoria da influência hiperfísica.

Kant levanta duas objeções a essas teorias racionalistas das categorias em sua carta a Herz:

[...] o deus *ex machina* é o maior absurdo que alguém poderia encontrar na determinação da origem e validade de nossas cognições. Tem, além de sua circularidade viciosa ao tirar conclusões sobre nossas cognições, também tem esta desvantagem adicional: encoraja todos os tipos de noções selvagens e todo tipo de

³¹ “A anamnese explica a “raiz” ou a “possibilidade” do conhecimento, pois explica que o conhecimento é possível porque temos na alma uma intuição originária do verdadeiro [...], o conhecimento é “anamnese”, isto é, uma forma de “lembrança”, um reemergir daquilo que existe já desde sempre na interioridade de nossa alma.” (REALE, 2017, p. 144, 146).

³² No original: “Crusius believed in certain implanted rules for the purpose of forming judgments and ready-made concepts that God implanted in the human soul just as they had to be in order to harmonize with things”.

tempestade de ideias piedosas e especulativas (KANT, 1999, p. 134 – tradução nossa)³³

A primeira objeção que Kant menciona aqui pode ser reafirmada da seguinte forma: Não podemos apelar para a existência de Deus no decurso de uma prova de que as categorias são objetivamente válidas. Sobre isso, comenta Anil Gomes:

[...] só podemos apelar para a existência de Deus na passagem de tal prova se o nosso conceito de Deus for objetivamente válido. No entanto, o nosso conceito de Deus só é objetivamente válido se as Categorias forem objetivamente válidas. Talvez isto se deva ao fato de o conceito de Deus ser o conceito de uma causa particular, isto é, o conceito da causa da ordem no mundo ou o conceito da causa primeira ou última. (GOMES, 2010, p. 125 – tradução nossa)³⁴.

Com efeito, em qualquer caso, se apelarmos para a existência de Deus no decurso de uma prova de que as categorias são objetivamente válidas, então raciocinamos exatamente do mesmo modo que Descartes nas *Meditações sobre Filosofia Primeira*³⁵, quando ele apela para a existência e benevolência de Deus no decurso da prova de que tudo o que percebemos clara e distintamente é verdadeiro.

A segunda objeção de Kant às teorias da influência hiperfísica e da harmonia intelectual pré-estabelecida é expressa um pouco mais claramente numa nota de rodapé aos *Prolegômenos*. Aqui Kant atribui a Crusius a afirmação de que “um espírito que não pode nem enganar-se nem enganar a outrem implantou em nós originalmente essas leis da natureza” (*Prol: 04, 98*), e então escreve:

Mas como falsos princípios frequentemente aí se misturam, como o próprio sistema desse homem [Crusius] fornece não poucos exemplos, parece, então, muito precário usar esse princípio na ausência de critérios seguros para distinguir uma origem autêntica de uma espúria, pois nunca se pode saber ao certo o que pode ter sido colocado em nós pelo espírito da verdade ou pelo pai das mentiras (*Prol: 04,98*).

³³ No original: “[...] the *deus ex machina* is the greatest absurdity one could hit upon in the determination of the origin and validity of our cognitions. It has, besides its vicious circularity in drawing conclusions concerning our cognitions, also this additional disadvantage: it encourages all sorts of wild notions and every pious and speculative brainstorm.”

³⁴ No original: “[...] we can only appeal to the existence of God in the course of such a proof if our concept of God is objectively valid. However, our concept of God is only objectively valid if the Categories are objectively valid. Perhaps this is because the concept of God is the concept of a particular cause, i.e, the concept of the cause of the order in the world or the concept of the first or last cause”.

³⁵ Descartes aborda este tema principalmente na Terceira e Quinta Meditações, essas passagens demonstram como Descartes fundamenta a certeza do conhecimento nas percepções claras e distintas, garantidas pela existência e benevolência de Deus. A veracidade divina é essencial para Descartes superar o ceticismo e estabelecer um fundamento seguro para a ciência e a filosofia.

Suponhamos que alguém afirme ter descoberto um conceito – digamos, o conceito de alma (*Seele*) – que serve como representação de um objeto, apesar de não ser um conceito empírico. Se usarmos a teoria da influência hiperfísica ou a teoria da harmonia intelectual pré-estabelecida para explicar como é que um conceito puro pode servir como representação de um objeto, então não teremos uma maneira confiável de avaliar a afirmação de que o conceito realmente representa um objeto. Se esta pessoa tivesse afirmado que o seu conceito era empírico, poderíamos testar esta afirmação da validade objetiva por referência à fonte do conceito. Poderíamos pedir que lhe fosse mostrado o que a pessoa viu, tocou ou de alguma forma percebeu que a levou a formar esse conceito. Mas se a teoria da influência hiperfísica ou a teoria da harmonia intelectual pré-estabelecida estiver correta, então não temos tal teste à nossa disposição. Não temos como saber com certeza se o conceito de alma é ou não aquele que Deus implantou no ânimo dessa pessoa, ou se é de fato um conceito na mente de Deus.

Isso conclui nossa apresentação acerca das três teorias sobre as categorias que Kant considera e rejeita na sua carta a Herz. Cada uma dessas teorias é uma tentativa de explicar como é que as categorias podem ser consideradas objetivamente válidas. Certamente, em cada uma destas teorias existe uma relação de concordância entre as categorias e os objetos no mundo. Além disso, em cada uma destas teorias há algo que garante que exista esta relação de concordância entre as categorias e os objetos no mundo. Existe alguma ligação entre a forma como o nosso ânimo é determinado e a forma como os objetos no mundo são determinados.

As três teorias diferem no que diz respeito à natureza desta conexão. Em resumo, na primeira teoria, ou seja, a teoria empirista, a forma como o nosso ânimo é determinado, isto é, o fato de termos as categorias de Unidade e Pluralidade, Inerência e Causalidade, etc., é a maneira como os objetos no mundo são determinados. É somente porque existem unidades e pluralidades, relações de inerência e causalidade, etc., que temos as categorias, a determinação dos objetos no mundo é uma consequência da maneira como nosso ânimo é determinado. O que garante que haja uma relação de concordância entre os objetos e as categorias é o fato de as categorias fazerem parte da causa dos objetos. Nas duas últimas teorias, o que garante que haja uma relação de concordância entre os objetos e as categorias é o fato de terem uma causa em comum. É Deus quem faz com que o modo como o nosso ânimo é determinado corresponda ao modo como os objetos do mundo são determinados.

Este levantamento das teorias sobre a validade objetiva das categorias que Kant critica na sua carta a Herz é útil por duas razões. (i) Ajuda-nos a obter uma imagem mais clara do tipo de relação entre as categorias e os objetos que interessam a Kant na sua dedução. (ii) Ela lança mais luz sobre a relação de concordância necessária que é a chave do conceito de

representação de Kant. Além disso, fornece suporte adicional para a apresentação do conceito de validade objetiva de Kant que mostramos no item 1.1

1.3 A teoria das categorias de Kant

Neste ponto voltamos à questão: Qual é exatamente a teoria do próprio Kant sobre a validade objetiva das categorias? Como Kant pretende explicar o fato de que as categorias são objetivamente válidas, apesar de serem conceitos puros do entendimento? Considere estas famosas linhas do prefácio à segunda edição da *Crítica*:

Até hoje admitia-se que o nosso conhecimento se devia regular pelos objectos; porém, todas as tentativas para descobrir *a priori*, mediante conceitos, algo que ampliasse o nosso conhecimento, malogravam-se com este pressuposto. Tentemos, pois, uma vez, experimentar se não se resolverão melhor as tarefas da metafísica, admitindo que os objectos se deveriam regular pelo nosso conhecimento [...]. Trata-se aqui de uma semelhança com a primeira ideia de Copérnico; não podendo prosseguir na explicação dos movimentos celestes enquanto admitia que toda a multidão de estrelas se movia em torno do espectador, tentou se não daria melhor resultado fazer antes girar o espectador e deixar os astros imóveis (*KrV B xvi*)³⁶

Kant considera que a metafísica é uma ciência *a priori*. Ele pensa, contudo, que não pode haver ciência deste tipo se todos os estados do nosso ânimo que servem como representações de objetos o fizerem em virtude do fato de estarem em concordância com os objetos. Kant sugere, portanto, que alguns dos estados do nosso ânimo que servem como representações de objetos o fazem em virtude do fato de que os objetos estão em concordância com eles. Em particular, ele propõe que existem intuições e conceitos em nosso ânimo que representam objetos desta forma. Ele continua:

[...] terei que admitir que ou os *conceitos*, com a ajuda dos quais opero esta determinação, se regulam também pelo objecto e incorro na mesma dificuldade acerca do modo pelo qual dele poderei saber algo *a priori*; ou então os objectos, ou que é o mesmo, a *experiência* pela qual nos são conhecidos (como objectos dados) regula-se por esses conceitos e assim vejo um modo mais simples de sair do embaraço (*KrV B xvii*)

³⁶ “Kant inverteu os papéis e supôs que fosse o objeto a ter de gravitar em torno do sujeito. Copérnico fizera uma revolução análoga, visto que, mantendo firme no centro do universo a Terra e fazendo gravitar os planetas em torno dela, muitos fenômenos acabavam sem explicação; por isso ele pensou deslocar a Terra e fazê-la gravitar em torno do Sol. Metaforicamente, Kant considera que não é o sujeito que, conhecendo, descobre leis do objeto, mas, ao contrário, é o objeto que se adapta, quando é conhecido, às leis do sujeito que o recebe cognoscitivamente.” (REALE, 2017, p.771)

Podemos presumir que os conceitos que Kant considera aqui são as categorias ou conceitos puros do entendimento. Kant pensa que é precisamente porque os objetos estão em concordância com as categorias, que as categorias servem como representações de objetos. Não é porque as categorias estejam em concordância com os objetos.

Mas o que significa dizer que as categorias servem como representações de objetos em virtude do fato de os objetos concordarem com elas? À primeira vista, nos parece que o que Kant considera aqui é precisamente o tipo de teoria que ele atribui a Platão e Malebranche – (teoria da influência hiperfísica) – na sua carta a Herz. Na carta de Kant a Herz, essa teoria sugere que as categorias servem como representações de objetos da mesma maneira que os conceitos de Deus servem como representações de objetos, isto é, porque são os arquétipos desses conceitos. Pode-se dizer que, os objetos estão em concordância com os conceitos de Deus no sentido de que é somente porque Deus concebe os objetos como redondos, quadrados ou sólidos que os objetos são de fato redondos, quadrados ou sólidos. Assim, parece que a própria resposta de Kant à questão de como é que as categorias são capazes de servir como representações de objetos – e, portanto, como objetivamente válidas – é que elas servem realmente como modelos para esses objetos.

Esta impressão é reforçada quando consideramos essas passagens na própria *Crítica*, e também nos *Prolegómenos*, onde Kant contrasta a sua própria teoria sobre a validade objetiva das categorias com outras teorias (cf. *KrV B 166-167*) (cf. *Prol: 04, 96-98*). Ele tende a mencionar duas alternativas, ou seja, a teoria empirista e a teoria da harmonia intelectual pré-estabelecida. Ora, como indicamos acima, na sua carta a Herz, Kant menciona três teorias sobre a validade objetiva das categorias. Estas são a teoria empirista, a teoria da harmonia intelectual pré-estabelecida e a teoria da influência hiperfísica.

Entretanto, nos parece que há pelo menos duas razões para não aceitarmos imediatamente essa possível interpretação sobre a teoria de Kant sobre a validade objetiva das categorias. A primeira razão é que não há nenhuma evidência na *Crítica* de que Kant tenha encontrado uma maneira de lidar com as objeções à teoria da influência hiperfísica, que ele levantou na sua carta a Herz. Se Kant finalmente aceitou uma das duas versões da teoria da influência hiperfísica, isto é, se ele decidiu que as categorias são conceitos na mente de Deus dos quais temos consciência, seja por meio da lembrança ou porque Deus nos permite ver diretamente Sua mente, então deveríamos esperar que ele explicasse, por que esta teoria não cria uma circularidade viciosa em nossa demonstração da validade objetiva das categorias ou torna impossível para nós dizer com certeza se um determinado conceito é ou não objetivamente válido. Todavia, em nenhum momento da *Crítica*, Kant sequer tenta responder

a essas objeções. Não há nenhuma menção a Deus na parte da *Crítica* onde Kant discute a validade objetiva das categorias.

Uma razão adicional e conclusiva para não interpretar a teoria das categorias de Kant da maneira que sugerimos é que Kant rejeita explicitamente a teoria segundo a qual as categorias servem como arquétipos para os objetos no mundo na seção da dedução, que ele chama de “Passagem a Dedução Transcendental das Categorias” (*KrV* A 92). Ele escreve:

Há dois casos apenas em que é possível que a representação sintética e os seus objectos coincidam, se relacionem necessariamente e como que se encontrem mutuamente. Quando só o objecto possibilita a representação ou quando só esta possibilita o objecto. | No primeiro caso a relação é apenas empírica [...]. No segundo caso, porém, dado que a representação em si mesma (pois não se trata aqui da sua causalidade mediante a vontade) não produz o seu objecto *quanto à existência*, será contudo representação determinante *a priori* em relação ao objecto, quando só mediante ela seja possível conhecer algo *como objecto*. (*KrV* A 92 / B 125)

A afirmação de Kant nas duas primeiras frases desta passagem é que certos estados do nosso ânimo são capazes de servir como representações de objetos apenas se uma das duas condições for satisfeita. Ou essas representações sintéticas se conformam aos objetos, ou os objetos se conformam às representações, isto é, ou é porque os objetos assumem uma forma particular que os estados do ânimo assumem esta forma, ou é porque os estados do ânimo assumem uma forma particular. Se um estado do ânimo serve como representação de um objeto em virtude do fato de que este estado está em conformidade com o objeto, então é uma representação empírica. Mas não é assim que Kant pensa que as categorias servem como representações de objetos. Ele pensa que as categorias servem como representações de objetos em virtude do fato de que os objetos estão em concordância com os estados do ânimo.

Contudo, a afirmação de Kant na quarta frase da passagem que acabamos de citar é que o tipo de representação que lhe interessa na sua dedução, isto é, o conceito puro do entendimento, “não produz o seu objecto *quanto à existência*” (*KrV* A 92 / B 125). Kant acrescenta que “não se trata aqui da sua causalidade mediante a vontade [isto é, a causalidade da representação]” (*KrV* A 92 / B 125). Agora lembre-se da teoria dos conceitos de Deus que discutimos acima, que esses conceitos servem como representações de objetos, precisamente porque os conceitos são as causas dos objetos em conjunto com a vontade de Deus. Portanto, parece ser esta mesma teoria dos conceitos de Deus que Kant considera na quarta frase. O seu argumento é que as categorias não servem como representações de objetos da forma como os conceitos de Deus são tradicionalmente entendidos, ou seja, servindo como representações de objetos.

Como pode Kant subscrever a teoria de que as categorias servem como representações de objetos em virtude do fato de os objetos concordarem com as categorias e, ainda assim, rejeitar a afirmação de que servem como representações de objetos da forma como os conceitos de Deus são tradicionalmente entendidos, como servindo enquanto representações de objetos? A resposta a esta questão tem a ver com a forma como os objetos de representação são concebidos. Consideremos mais uma vez as linhas-chave do prefácio à segunda edição da *Crítica*. Deve-se notar que o que Kant faz aqui é contrastar um caso em que os conceitos se conformam aos seus objetos, com o caso em que os objetos, “ou, o que dá no mesmo, a experiência na qual somente eles podem ser conhecidos” (*KrV* B xvii), se conformem aos conceitos. Ele continua dizendo que neste segundo caso:

[...] assim vejo um modo mais simples de sair do embaraço. Com efeito, a própria experiência é uma forma de conhecimento que exige concurso do entendimento, cuja regra devo pressupor em mim antes de me serem dados os objectos, por consequência, *a priori* e essa regra é expressa em conceitos *a priori*, pelos quais têm de se regular necessariamente todos os objectos da experiência e com os quais devem concordar. (*KrV* B xvii-xviii)

Esta referência à experiência também é encontrada na parte da segunda edição da dedução, onde Kant discute possíveis teorias sobre a validade objetiva das categorias:

Mas há só duas vias pelas quais pode ser pensada a necessária concordância da experiência com os conceitos dos seus objectos: ou é a experiência que possibilita esses conceitos ou são esses conceitos que possibilitam a experiência. [...] Se entre os dois únicos caminhos mencionados alguém quisesse propor uma via intermédia, em que as categorias [...] [sejam] disposições subjectivas para pensar, implantadas em nós [...] de tal modo dispostas pelo nosso Criador que o seu uso coincidiria, rigorosamente, com as leis da natureza, segundo as quais se vai desenvolvendo a experiência. (*KrV* B 166-167)

O ponto importante sobre a teoria das categorias de Kant é este: tal como Platão e Malebranche, Kant considera que as categorias são objetivamente válidas em virtude do fato de os objetos concordarem com elas. No entanto, ao contrário de Platão e Malebranche, Kant considera que os objetos que se conformam às categorias são objetos na medida em que mantêm outra relação com o nosso ânimo, ou seja, objetos na medida em que são “objetos de experiência para nós”. Para ser claro, a afirmação de Kant é que se um objeto deve ser um objeto de experiência para nós ou “objetos para nós” (cf. *KrV* A 582 / B 610), então é necessário que esse objeto esteja em concordância epistemológica com as categorias. Segue-se daí que, se existem objetos de experiência, então existem objetos que estão numa relação de concordância necessária com as categorias. E isto é suficiente para mostrar que, se existem objetos de

experiência, então as categorias servem como representações desses objetos e, portanto, como objetivamente válidas. Se um objeto é válido como objeto de experiência para nós, então ele deve estar em concordância com as categorias. Em contraste, na teoria das categorias que Kant atribui a Platão e Malebranche, os objetos que se supõem estarem em concordância com as categorias não são simplesmente objetos de experiência para nós. Platão e Malebranche pensam que as “ideias” servem como representações dos objetos tais como eles “são em si mesmos”.

Nossa apresentação até agora baseia-se no pressuposto de que a questão que Kant levanta na sua carta a Herz é a mesma que ele se propõe a responder na sua dedução. Foi proposto, no entanto, que existem diferenças importantes entre estas duas questões. Longuenesse, por exemplo, argumentou que existe uma “transformação radical dos termos do problema geral proposto na *Carta a Herz*” (cf. 2019, p. 53). Ela observa, primeiro, que há uma mudança nos termos que Kant usa quando discute possíveis respostas à sua pergunta sobre as categorias. Enquanto na sua carta a Herz, Kant se refere à ideia de que uma representação pode ser causada por um objeto ou que pode ser a causa do próprio objeto. Na dedução, ele se refere à ideia de que um objeto pode tornar possível a representação. Longuenesse escreve que esta mudança de termos é “senão uma transformação mais fundamental” (2019, p.53). Ela continua:

[Kant não está mais examinando] a passagem de uma relação entre dois termos heterogêneos, um “interior” à representação, outro “exterior”, para uma relação entre dois termos, um e outro interiores ao que se poderia denominar campo da representação. Além disso, a nós se apresenta não mais uma alternativa entre duas relações causais de direções opostas, mas a conjugação de duas relações complementares, passíveis de constituir em conjunto a “relação de uma representação com seu objeto” (LONGUENESSE, 2019, p. 53).

O que Longuenesse argumenta aqui não é fácil de entender. Mas ela evidentemente considera que o que aconteceu no período entre a carta de Kant a Herz e a dedução é que Kant mudou de ideia sobre a natureza da relação entre uma representação e o seu objeto. E ela pensa que esta mudança de mentalidade é precisamente o que permite a Kant encontrar uma resposta à questão da validade objetiva das Categorias.

Consideramos que há boas razões para não concordarmos inteiramente com a análise de Longuenesse sobre a diferença entre a discussão de Kant acerca da validade objetiva das categorias na *Crítica* e na sua carta a Herz. Em primeiro lugar, não devemos concluir, a partir da mudança na linguagem que Kant utiliza para descrever as diferentes maneiras pelas quais um estado do ânimo pode servir como representação de um objeto, que ele reformulou a sua questão. Se olharmos cuidadosamente para as várias teorias das categorias que Kant menciona e critica na sua carta a Herz, descobriremos que estas teorias são facilmente

reformuladas em termos da linguagem de uma coisa que torna outra coisa possível. Indiscutivelmente, o que Kant fez na sua dedução das categorias serve apenas para expressar as diferentes maneiras pelas quais um estado do ânimo pode servir como representação de um objeto em termos mais claros e precisos.

Tomemos a teoria empirista, ou seja, a teoria de que as categorias servem como representações de objetos da mesma forma que, por exemplo, uma fotografia de uma bola de futebol serve como representação da própria bola de futebol. Quando Kant se refere, em sua carta a Herz, a estados do ânimo que servem como representações de objetos dessa maneira, ele os descreve como representações que são “causadas pelo objeto”, e que se conformam a um objeto “como um efeito está de acordo com sua causa” (*as an effect accords with its cause*) (KANT, 1999, p. 133 – tradução nossa). No entanto, não parece correto descrever a própria bola de futebol como a causa da fotografia. Para que um estado do ânimo sirva como representação empírica de um objeto, não é necessário que esse objeto seja a causa da representação. O que importa é apenas que o ânimo não seria determinado da maneira que é, se não fosse pelo fato de o objeto ser determinado da mesma maneira. O que importa é que o objeto – ou melhor, a forma que o objeto assume – é o que torna possível ao ânimo assumir essa mesma forma.

Por fim, quanto ao segundo ponto da Longuenesse, ela não nos dá uma boa razão para pensarmos, que o que ocorreu, entre a carta de Kant a Herz e a sua dedução, foi uma mudança radical na sua formulação do problema, em oposição a uma mudança na sua visão sobre a melhor maneira de resolver o problema. Longuenesse está certamente correta ao dizer que na dedução, Kant pensa nos objetos que são representados pelas categorias de uma maneira muito diferente. Em particular, Kant pensa que as categorias servem como representações de objetos apenas na medida em que são objetos de experiência para nós ou objetos para nós. Não há nenhum indício disso na carta de Kant a Herz. Contudo, não devemos concluir que Kant mudou de ideia sobre o que é necessário para que um estado do ânimo sirva como representação de um objeto. Pelo contrário, há evidências na *Crítica* de que Kant ainda assume que o que é necessário para que um estado do ânimo sirva como representação de um objeto é uma relação de concordância necessária entre os dois. O que importa é que deve haver uma relação de acordo entre o ânimo e o objeto, e que não deve ser por acaso que exista esta relação de acordo. Kant apenas mudou de ideia sobre a natureza dos objetos que estão nesta relação de necessária concordância. Ele decidiu que esses objetos só podem ser objetos na medida em que são objetos de experiência para nós. Desta forma, concluímos que a questão sobre as categorias ou

conceitos puros do entendimento que Kant se propõe a responder na sua dedução, é exatamente a mesma questão que ele levantou na sua famosa carta a Herz.

1.4 Teoria sobre o conceito de “representação” em Kant

No item 1.1, argumentamos que o objetivo de Kant na dedução é explicar como é que as categorias podem ser consideradas objetivamente válidas. E argumentamos que o que Kant quer dizer com validade objetiva de um conceito é o fato de que esse conceito serve como uma representação de um objeto. Finalmente, argumentamos que um conceito serve como uma representação de um objeto na medida em que, primeiro, ele está em uma relação de concordância com o objeto, e segundo, não é por acaso que ele está em uma relação de concordância com o objeto. Além disso, apresentamos que cada uma das três explicações da validade objetiva das categorias, que Kant considera e rejeita em sua famosa carta a Herz, é uma tentativa de especificar a relação de concordância necessária que se obtém entre as categorias e os objetos. No item 1.3, apresentamos uma afirmação adicional sobre o objetivo da dedução de Kant. Argumentamos que o que Kant quer mostrar com esse argumento, é que as categorias servem como representações de objetos, em virtude do fato de que é necessário que um objeto se conforme às categorias para ser um objeto de experiência para nós. Para colocar esse ponto de outra forma, as categorias servem como representações de objetos na teoria de Kant, em virtude do fato de que elas servem como modelos para um objeto de experiência.

Se nossa análise apresentada nos itens acima estiver correta, então uma das chaves para dar sentido à dedução de Kant é entender seu conceito de “representação”. A menos que percebamos que um estado do ânimo serve como uma representação de um objeto somente se ele estiver em uma relação de concordância necessária com um objeto, seremos incapazes de entender o que significa exigir uma explicação da validade objetiva das categorias ou conceitos puros do entendimento, e seremos incapazes de entender a teoria das categorias que Kant defende na própria dedução. Como Van Cleve (1999), por exemplo, parece não ter dado importância para o conceito de representação de Kant – porque ele interpreta o conceito de validade objetiva de Kant somente em termos de instanciação de um conceito por pelo menos alguns objetos da experiência – ele não explica por que Kant pensa que é necessário para uma

dedução das categorias mostrar não apenas que há objetos da experiência que estão em concordância com as categorias, mas também que a concordância dos objetos com as categorias é necessária.

Um comentarista que chamou nossa atenção para a importância do conceito de representação de Kant é Dickerson (2004). Ele também acredita que não podemos entender a dedução de Kant, a menos que percebamos exatamente o que Kant pensa ser necessário para que um estado do nosso ânimo seja como uma representação de um objeto. No entanto, a interpretação de Dickerson do conceito de representação de Kant é muito diferente daquela que mostramos no item 1.1. Nosso objetivo neste item é comparar essas duas interpretações. Dickerson parte da observação de que Kant é um “representacionalista” (*representationalist*) (cf. DICKERSON, 2004, p.5 – tradução nossa).

Com isso, ele quer dizer que Kant é alguém que considera que “os objetos imediatos da consciência são estados representativos internos” (DICKERSON, 2004, p.5 – tradução nossa)³⁷. E ele afirma que Kant é obrigado a explicar “como a consciência da mente de seus próprios estados internos pode ainda equivaler a, ou fornece a base para uma consciência de uma realidade independente” (DICKERSON, 2004, p.10 – tradução nossa)³⁸. Devemos entender isso da seguinte forma: Dickerson atribui a Kant a alegação de que, embora estejamos certamente cientes de uma realidade independente, nossa consciência dessa realidade é indireta no sentido de que estamos cientes dessa realidade apenas por meio da nossa consciência de estados do nosso próprio ânimo, que servem de alguma forma como representações dessa realidade. A questão que Kant precisa responder é como é que a consciência desses estados do nosso próprio ânimo pode nos permitir atingir uma consciência de uma realidade independente.

Dickerson escreve que há “pelo menos dois modelos familiares para entender [essa consciência indireta de uma realidade independente] na tradição representacionalista” (2004, p.10 – tradução nossa)³⁹. O primeiro é o que ele chama de modelo “realista indireto” (*indirect realist*), que ele define da seguinte forma:

Por ‘realismo indireto’ entendo uma posição que pensa que a representação de objetos envolve (i) um ato de consciência de uma ideia (ou representação, impressão, etc.) e

³⁷ No original: “the immediate objects of consciousness are internal representative states”

³⁸ No original: “how the mind’s awareness of its own internal states can yet amount to, or provide the basis for, an awareness of an independent reality”

³⁹ No original: “at least two familiar models for understanding in the representationalist tradition”

(ii) uma inferência à causa externa dessa ideia. (DICKERSON, 2004, p.10 – tradução nossa)⁴⁰

Nesse modelo, que Dickerson observa ser frequentemente associado a Locke e a Descartes (cf. DICKERSON, 2004, p.11), os estados do nosso ânimo servem como representações de objetos, porque eles “representam coisas externas por meio de uma relação de semelhança natural ou simbólica” (DICKERSON, 2004, p.10 – tradução nossa)⁴¹. A ideia aqui é que os objetos nos fazem ter estados ‘mentais’ específicos, ou seja, eles nos fazem ter estados ‘mentais’ que são de alguma forma semelhantes aos próprios objetos. Nós nos tornamos conscientes das propriedades dos objetos em virtude do fato de que, tiramos inferências para as propriedades desses objetos com base nas propriedades que eles inserem no nosso ânimo. Deve ficar claro que neste primeiro modelo, os estados do nosso ânimo servem como representações de objetos precisamente porque eles se conformam aos objetos, isto é, eles são capazes de servir como representações de objetos em virtude do fato de que é somente porque os objetos têm uma forma particular, que os estados do nosso ânimo têm essa mesma forma. A ideia é que os estados do nosso ânimo são como representações de objetos da mesma forma que um mapa da cidade serve como uma representação das ruas e avenidas de uma cidade.

O segundo modelo que Dickerson menciona em sua discussão do conceito de representação de Kant é o que ele chama de modelo “idealista”, que ele associa a Berkeley. Com isso ele quer dizer: “uma posição que pensa que a representação de objetos envolve (i) um ato de consciência de uma ideia e (ii) atos construtivos nos quais essa ideia está ligada a outras ideias” (DICKERSON, 2004, p.11 – tradução nossa)⁴². Neste modelo, não há realidade independente, além das ideias ou representações em nosso ânimo: “Em vez disso, as coisas do mundo externo são identificadas ou construídas a partir de ideias [...] e as percepções verídicas são aquelas matrizes complexas de ideias que obedecem a certas regras de coerência e consistência.” (DICKERSON, 2004, p.11 – tradução nossa)⁴³. Como Dickerson também afirma:

⁴⁰ No original: “By ‘indirect realism’ I mean a position that thinks of representing objects as involving (i) an act of awareness of an idea (or representation, impression, etc.) and (ii) an inference to the external cause of that idea.”

⁴¹ No original: “stand for external things via a relation of natural resemblance or symbolism”

⁴² No original: “a position that thinks of representing objects as involving (i) an act of awareness of an idea and (ii) constructive acts in which that idea is linked with other ideas.”

⁴³ No original: “Instead, the things of the external world are identified with or constructed out of ideas... and veridical perceptions are those complex arrays of ideas that obey certain rules of coherence and consistency”

Neste modelo [...] estar ciente da realidade não é uma questão de saltar além das próprias ideias através de uma inferência às suas causas [...]. Em vez disso, é uma questão de enriquecer o conteúdo das próprias ideias conectando-as umas com as outras.” (DICKERSON, 2004, p.11 – tradução nossa)⁴⁴.

É um pouco mais difícil ver como esse segundo modelo pode ser uma explicação da maneira como nosso ânimo serve como representação de objetos. O ponto chave, eu penso, é que os objetos que são representados pelos estados do nosso ânimo são eles próprios meras ideias ou representações, especificamente, são ideias complexas construídas a partir de outras ideias ou representações. E, vagamente, um estado do ânimo é capaz de servir como uma representação de um objeto na medida em que pode ser encaixado, isto é, pode-se tornar parte de uma dessas ideias complexas. Como esse modelo de representação envolve o conceito de construção (cf. DICKERSON, 2004, p.11, p.13), pode ser tentador associá-lo ao segundo modelo de representação que apresentamos da carta de Kant a Herz.

Este é o modelo no qual um estado do nosso ânimo é uma representação de um objeto da mesma forma que o projeto de uma casa serve como uma representação da própria casa, ou seja, em virtude do fato de que a casa foi construída de tal forma a garantir que esteja em conformidade com o projeto. Mas isso seria um erro. Primeiro, no modelo do projeto, o objeto que é representado por um estado do nosso ânimo não é em si um estado do nosso ânimo. Ou, de qualquer forma, não é necessário que seja um estado do nosso ânimo. Segundo, no modelo do projeto, o estado do ânimo e o objeto são entidades distintas que estão em algum tipo de relação de concordância um com o outro. O estado do ânimo não é uma parte do objeto. O objeto é construído em concordância com o estado do ânimo, mas o estado do ânimo não é uma das entidades das quais o objeto é construído.

Dickerson argumenta que nenhum desses modelos — o modelo realista indireto ou o modelo idealista — pode ser usado para entender o conceito de representação de Kant. Ele não acha que Kant pode estar comprometido com a afirmação de que um estado do nosso ânimo representa um objeto somente se ele estiver em concordância com um objeto, da mesma forma que um mapa da cidade representa as ruas e avenidas de uma cidade. Da mesma forma, ele não acha que Kant pode estar comprometido com a afirmação de que um estado do ânimo representa um objeto somente se ele puder ser encaixado de alguma forma em um coerente e consistente complexo de estados do nosso ânimo. E ele conclui com base nisso que precisamos encontrar alguma outra maneira de entender o conceito de representação de Kant. Agora,

⁴⁴ No original: “On this model [...] being aware of reality is not a question of leaping beyond one’s ideas through an inference to their causes [...]. Rather, it is a question of enriching the content of one’s ideas by connecting them with one another.”

Dickerson está certo em pensar que Kant não está comprometido com a primeira dessas afirmações. Se Kant estivesse comprometido com essa afirmação, ele não poderia permitir a possibilidade de quaisquer representações além das empíricas.

O que Dickerson não considera é que Kant não nega simplesmente que os estados do nosso ânimo são capazes de representar objetos da mesma forma que um mapa da cidade. A alegação de Kant é, antes, que nem todos os estados do nosso ânimo que servem como representações de objetos representam seus objetos dessa forma. Como Dickerson não sugere esse ponto, ele parece não perceber que estar num tipo de relação com um objeto especificado pelo modelo realista indireto, é apenas uma das várias maneiras pelas quais Kant pensa que um estado do ânimo pode se enquadrar no conceito de representação. E assim Dickerson não se pergunta quais são as características de um estado do ânimo que possam servir como uma representação de um objeto. Ele não vê que tal estado do ânimo serve como uma representação de um objeto em virtude do fato de que, primeiro, há uma relação de concordância entre o ânimo e o objeto e, segundo essa relação de concordância é necessária no sentido de que não é por acidente que o ânimo e o objeto se conformam um ao outro.

Então, como Dickerson entende o conceito de representação de Kant? Para ilustrar sua interpretação, ele chama a atenção para o fenômeno de “ver coisas em imagens” (*seeing things in pictures*) (DICKERSON, 2004, p.13 – tradução nossa). Suponha que eu possa ver na minha frente um pedaço de papel, sobre o qual há um conjunto de marcas pretas, especificamente, linhas e pontos. E suponha que eu interprete isso como uma imagem de um rosto sorridente. Dickerson pensa que o conjunto de marcas pretas pode servir como representação de um rosto sorridente. A questão é saber em que consiste a relação entre o rosto sorridente e as marcas pretas. O primeiro ponto de Dickerson é que “o rosto sorridente não é um objeto separado que se encontra ‘atrás’ ou ‘fora’ da configuração de pontos ou linhas” (DICKERSON, 2004, p.14 – tradução nossa)⁴⁵. A configuração de pontos e linhas não funciona “como um sinal que aponta para além de si próprio para um outro objeto [isto é, o rosto sorridente]” (DICKERSON, 2004, p.14 – tradução nossa)⁴⁶, nem é “como se fosse uma evidência ou um sinal natural do rosto sorridente” (DICKERSON, 2004, p.14 – tradução nossa)⁴⁷. No entanto — e este é o segundo ponto de Dickerson — o rosto sorridente também não é idêntico à configuração de linhas e pontos na folha de papel. Como observa Dickerson:

⁴⁵ No original: “the smiling face is not a separate object that lies ‘behind’ or ‘outside of’ the configuration of dots or lines”.

⁴⁶ No original: “like a signpost that points beyond itself to some further object”.

⁴⁷ No original: “as it were evidence for, or a natural sign of, the smiling face”.

“A configuração é composta por marcas de tinta no papel, mas o rosto não é composto por marcas de tinta no papel, é composto por olhos, um nariz e uma boca.” (DICKERSON, 2004, p.15 – tradução nossa)⁴⁸

O objeto da imagem, a que Dickerson chama o “objeto representado” (*depicted object*) (DICKERSON, 2004, p.15 – tradução nossa), é um objeto que é “visto em” e, nesse sentido, representado pela configuração de linhas e pontos na folha de papel, a que Dickerson chama o “meio de representação” (*representational medium*) (DICKERSON, 2004, p.13, p.15 – tradução nossa). Dickerson afirma que “[é] algo análogo a este ato de ‘ver em’ que é a chave para a explicação de Kant sobre a representação” (DICKERSON, 2004, p.17 – tradução nossa)⁴⁹. Dickerson pensa que um estado do nosso ânimo serve para nos representar um objeto no sentido que Kant considera, na medida em que, grosso modo, vemos um objeto nesse estado do nosso ânimo.

Dickerson fornece pouco apoio textual ao longo do texto para a sua interpretação do conceito de representação de Kant. Ele afirma que “[não] existem análises ou definições importantes na *Crítica* nas quais se possa basear uma interpretação da noção de representação de Kant” (DICKERSON 2004, p.4 – tradução nossa)⁵⁰, e conclui que, “tal interpretação deve, em vez disso, ser justificada pela sua capacidade de fornecer uma compreensão coerente do texto de Kant como um todo” (DICKERSON 2004, p.4 – tradução nossa)⁵¹. Dickerson tem toda a razão quando afirma que não existe uma definição específica do conceito de representação na *Crítica*. No entanto, como apresentamos nos itens acima, podemos ainda assim perceber o que Kant pensa ser necessário para que um estado do ânimo sirva como uma representação de um objeto, para isso precisamos olhar cuidadosamente para as diferentes formas como ele pensa que um estado do ânimo pode ser uma representação de um objeto. O que sugerimos é que um estado do ânimo serve como uma representação de um objeto, no sentido que Kant considera, na medida em que existe uma relação de concordância necessária entre o ânimo e o objeto.

⁴⁸ No original: “The configuration is composed of ink marks on paper, but the face is not composed of ink marks on paper, it is composed of eyes, a nose and a mouth.”

⁴⁹ No original: “something analogous to this act of ‘seeing in’ that is the key to Kant’s account of representation”.

⁵⁰ No original: “[...] are no key analyses or definitions in the *Critique* upon which an interpretation of Kant’s notion of representation can be grounded”.

⁵¹ No original: “such an interpretation must instead be justified by its capacity to provide a coherent understanding of Kant’s text as a whole”.

1.5 Conclusão do capítulo

Com razão, na construção complexa da filosofia transcendental de Kant apresentada na dedução, podemos observar que a articulação entre a faculdade do entendimento (*Verstandesvermögen*) e a garantia da validade objetiva das categorias emerge como um dos pilares fundamentais do seu pensamento. Para Kant, o conhecimento (*Erkenntnis*) não é um mero reflexo passivo de um mundo preexistente, mas sim o resultado de uma síntese ativa operada pelo sujeito cognoscente sobre a matéria-prima da experiência sensível.

Até aqui, podemos afirmar que a representação, em sua amplitude, abarca todo o conteúdo do ânimo, desde as intuições sensíveis até os conceitos mais abstratos. No entanto, para que uma representação possa aspirar ao estatuto de conhecimento no sentido forte, ou seja, para que possamos afirmar que ela se refere a algo real e compartilhado por todos os sujeitos racionais finitos, ela precisa ser subsumida sob as formas puras do entendimento, isto é, as categorias.

As categorias, como mencionamos são conceitos puros *a priori*, não derivam da experiência, mas são condições de possibilidade para que qualquer experiência possa ser pensada e compreendida como um objeto determinado. Elas são as regras pelas quais o entendimento ordena e unifica a multiplicidade das intuições sensíveis, conferindo-lhes estrutura e significado. A validade objetiva das categorias, portanto, não reside em uma correspondência imediata com uma realidade “em si” incognoscível, mas sim na sua necessidade transcendental para a constituição da própria experiência objetiva.

Em outras palavras, as categorias não descrevem um mundo independente do sujeito, mas sim tornam possível a nossa experiência de um mundo de objetos para nós. A sua validade é objetiva, porque são as condições universais e necessárias sob as quais qualquer intuição pode ser elevada ao nível de um juízo objetivo, isto é, um juízo que possui validade para todo e qualquer entendimento.

Na “dialética transcendental” (*KrV* A 293 / B 350), por exemplo, ao expor as ilusões inevitáveis da razão pura quando esta tenta transcender os limites da experiência possível, Kant reforça a importância da ancoragem das categorias no domínio da sensibilidade. A validade objetiva das categorias está intrinsecamente ligada à sua aplicação aos dados da intuição. Sobre isso escreve Kant:

Pensamentos sem conteúdo são vazios; intuições sem conceitos são cegas. Pelo que é tão necessário tornar sensíveis os conceitos (isto é, acrescentar-lhes o objecto na intuição) como tornar compreensíveis as intuições (isto é, submetê-las aos conceitos). (KrV B 75 / A 51)

Com efeito, Kant estabelece uma relação de interdependência essencial entre a representação e a validade objetiva das categorias. As representações sensíveis fornecem a matéria do conhecimento, enquanto as categorias do entendimento oferecem a forma necessária para que essas representações possam ser objetivamente válidas, constituindo assim o mundo fenomênico que podemos conhecer. A objetividade, para Kant, é uma função da estrutura transcendental do nosso entendimento, e as categorias são as chaves para desvendar essa estrutura e a forma como experienciamos o mundo. Neste sentido, vamos discutir no próximo capítulo acerca do conceito de conhecimento empírico, que se refere ao processo pelo qual apreendemos e processamos informações através da experiência sensorial. Ela é a forma fundamental da nossa interação cognitiva com o mundo. O conhecimento empírico envolve a recepção de impressões sensíveis (sensações), a organização dessas impressões no espaço e no tempo (formas puras da intuição) e, de forma fundamental, a sua subsequente compreensão através das categorias do entendimento.

Por conseguinte, como ponto importante da argumentação, vamos discutir o princípio da unidade sintética da apercepção, que em termos gerais, é a autoconsciência, o “eu penso”⁵² que deve poder acompanhar todas as minhas representações. A unidade sintética da apercepção é o princípio supremo de toda compreensão e de todo conhecimento objetivo. Ela afirma que todas as diversas representações que pertencem a uma consciência devem ser unificadas. Essa unidade não é dada empiricamente, mas é uma condição transcendental necessária para que a multiplicidade das intuições possa ser sintetizada e relacionada a um único sujeito cognoscente. Em outras palavras, para que eu possa ter uma experiência coerente de um objeto, minhas diversas percepções desse objeto (sua cor, forma, textura, etc.) precisam

⁵² Kant chama de “eu penso” a unidade da consciência ou da autoconsciência. “O eu penso deve poder acompanhar todas as minhas representações; se assim não fosse, algo se representaria em mim, que não poderia, de modo algum, ser pensado, que o mesmo é dizer, que a representação ou seria impossível ou pelo menos nada seria para mim”. (KrV, B 132). Kant afirma que com a variação das representações, mudaríamos com a mudança das próprias representações. O ponto no qual o múltiplo se modifica é a representação do “eu penso”, que não é, obviamente, o eu individual de cada sujeito empírico, mas a estrutura do pensar comum a todo sujeito empírico (aquilo pelo qual cada sujeito empírico é sujeito pensante e consciente). Desse modo temos a resposta para o problema geral da razão pura (KrV, B 19), “como são possíveis os juízos sintéticos *a priori*?” Eles são possíveis, além do fato que nós temos as formas puras da intuição do espaço e do tempo *a priori*, também pelo posterior fato de que nosso pensamento é atividade unificadora e sintetizadora, que se explica mediante as categorias e culmina na apercepção originária, que é princípio da unidade sintética originária, a forma mesma do entendimento. Kant concebeu o seu “eu penso”, como função, como atividade.

ser reconhecidas como pertencentes à minha representação desse objeto. Essa unificação é realizada como prova da validade objetiva das categorias em relação a intuição dada. Portanto, Kant pretende mediante a síntese do múltiplo das intuições na sensibilidade apresentar a validade das categorias no que concerne a determinação de todas as intuições sensíveis especificamente humanas e, como consequência, estabelecer a demonstração da necessidade destes conceitos puros do entendimento para o conhecimento de qualquer objeto.

CAPÍTULO 2

A ESTRATÉGIA DE KANT

Nossa proposta nesta parte é descrever com mais detalhes como Kant pretende explicar a validade objetiva das categorias. Nosso ponto de partida é o conceito de “experiência”⁵³ (*Erfahrung*) de Kant ou, em outras palavras, seu conceito de “conhecimento empírico”⁵⁴. Kant considera que um estado de conhecimento empírico tem dois componentes. Ele pensa que alguém alcançou um estado de experiência apenas se ele formou uma intuição (*intuitus*) empírica de um objeto e também um conceito (*conceptus*) de um objeto. A primeira alegação, que apresentamos neste segundo capítulo, é a seguinte: O que Kant considera que precisamos fazer para mostrar que as categorias são objetivamente válidas, é mostrar que é necessário que um objeto esteja em concordância com essas categorias, se for para ser considerado como um objeto de pensamento.

A outra afirmação que apresentamos nesta parte é uma reivindicação sobre o que Kant quer dizer com o pensamento de um objeto. Argumentamos que alguém formou um pensamento de um objeto, no sentido que Kant considera na dedução, isto é, ele fez uso da faculdade do entendimento, na medida em que ele fez um juízo sobre um objeto. Digamos, o juízo de que há nuvens sobre Uberlândia. Se essa reivindicação estiver correta, a estratégia de Kant na dedução é mostrar que existe uma ligação entre o ato de julgar e a concordância dos objetos nas categorias. Kant quer mostrar que, se quisermos fazer um juízo sobre um objeto, esse objeto deve estar em concordância com as categorias. Se ele mostrar isso, ele poderá concluir que há uma relação de concordância necessária entre as categorias e os objetos da experiência.

No início do item 2.1, nos concentramos na discussão de Kant sobre o princípio de uma dedução transcendental em geral, na passagem para a dedução transcendental das

⁵³ “A crítica da razão limita nosso conhecimento exclusivamente ao campo da experiência possível. A experiência não pode ser uma simples coleção de dados, ela supõe uma atividade do espírito, a experiência que temos é também a experiência que fazemos e as categorias são as condições *a priori* da possibilidade da experiência. Com o conhecimento empírico determinando um objeto mediante percepções, a experiência é um ato de determinação do dado perceptivo” (VAYSSE, 2012, pág. 31-32). Sobre isso, diz Kant: “Com efeito, a própria experiência é uma forma de conhecimento que exige concurso do entendimento, cuja regra devo pressupor em mim antes de me serem dados os objectos, por consequência, *a priori* e essa regra é expressa em conceitos *a priori*, pelos quais têm de se regular necessariamente todos os objectos da experiência e com os quais devem concordar.” (KrV B xviii).

⁵⁴ O conceito de conhecimento empírico em Kant está ligado ao modo como adquirimos conhecimento a partir da experiência sensível, ou seja, através da interação com o mundo ao nosso redor. Para Kant, todo o nosso conhecimento começa com a experiência, mas nem todo o conhecimento surge da experiência (cf. KrV B 1-2). Ele argumenta que o ânimo possui estruturas *a priori*, ou seja, anteriores à experiência, que moldam e organizam as informações sensoriais que recebemos. Dito isto, o conhecimento empírico para Kant é o conhecimento do mundo que adquirimos através da experiência sensorial, moldada e organizada pelas estruturas do nosso ânimo. É a base para o nosso conhecimento sobre o mundo natural e se distingue do conhecimento puramente racional ou metafísico. Portanto, o conhecimento empírico surge quando há uma intuição sensível (algo é percebido pelos sentidos) que é subsumida sob um conceito – formando uma representação –. Por exemplo: Quando você vê uma árvore (intuição empírica), seu entendimento aplica o conceito de “árvore” (categoria/conceito) para formar o conhecimento empírico: “isto é uma árvore”.

categorias. Argumentamos com base nessa passagem do texto, que a estratégia de Kant na dedução é mostrar que os objetos devem estar em concordância com as categorias, para que eles sejam válidos como objetos do entendimento. No restante do item 2.1, criticamos alguns dos argumentos que foram apresentados em nome da afirmação de que, segundo Kant, a concordância de um objeto com as categorias é necessária para a mera intuição de um objeto ou mesmo para a mera consciência de um objeto.

No item 2.2, apresentamos o conceito de Kant sobre o pensamento de um objeto. Argumentamos que alguém forma o pensamento de um objeto no sentido que Kant considera, na medida em que faz um juízo sobre um objeto. Nos itens 2.3 e 2.4, consideramos duas interpretações alternativas do conceito de conhecimento empírico de Kant. Na primeira interpretação, defendida por Kitcher (2011), o que Kant pensa ser necessário para alguém alcançar um estado de conhecimento empírico é que ela faça um juízo racional, ou seja, no sentido de que esteja consciente dos fundamentos que a possibilita julgar. Na segunda tese, veremos brevemente duas possibilidades interpretativas sobre o conceito de conhecimento empírico, daremos ênfase na interpretação defendida por Guyer e Ameriks e nas objeções feitas por Van Cleve. Por fim, no item 2.5, examinamos o princípio da unidade sintética da apercepção e sua relação com o ato de julgar.

2.1 O princípio da Dedução das Categorias de Kant

Kant afirma numa seção da dedução das categorias, que ele chama de “Passagem para a Dedução Transcendental das Categorias” (*KrV* A 92 / B 124) que:

A dedução transcendental de todos os conceitos *a priori* tem, pois, um princípio a que deve obedecer toda a subsequente investigação e que é o seguinte: esses conceitos têm de ser reconhecidos como condições *a priori* da possibilidade da experiência (quer seja da intuição que nela se encontra, quer do pensamento). (*KrV* A 94 / B 126)

O que Kant nos diz aqui, é o que temos de fazer se quisermos deduzir um conceito *a priori*, isto é, se quisermos explicar como um conceito *a priori* é capaz de servir como representação de um objeto. Deve-se notar, entretanto, que sua afirmação não diz respeito apenas à dedução das categorias. Quando Kant se refere a “todos os conceitos *a priori*”, ele tem em mente não apenas as categorias, isto é, os conceitos puros do entendimento, mas

também os conceitos de espaço e tempo. Este é um ponto importante a ter em conta, porque Kant contrasta normalmente os conceitos puros do entendimento com aquilo a que chama de intuições puras do espaço e do tempo, o que nos pode levar a concluir que o que ele quer dizer com “todos os conceitos *a priori*”, na passagem para a dedução transcendental das categorias, são todos os conceitos puros do entendimento.

Como sabemos que não é isso o que Kant quer dizer com “todos os conceitos *a priori*” neste contexto? Kant afirma que se quisermos deduzir um conceito *a priori*, então o que precisamos fazer é mostrar que este conceito serve como uma condição *a priori* da possibilidade da experiência. Como ele coloca um pouco mais adiante na passagem para a dedução transcendental das categorias: “Querendo saber então como são possíveis conceitos puros do entendimento, temos de investigar quais sejam as condições *a priori*, das quais depende a possibilidade da experiência [...]” (KrV A 95-96). E Kant afirma que há duas maneiras de mostrar que um conceito serve como condição *a priori* da possibilidade da experiência. Podemos mostrar que o conceito serve como uma condição *a priori* da possibilidade da “intuição que se encontra na [experiência]” (cf. KrV A 95-96), ou podemos mostrar que o conceito serve como uma condição *a priori* da possibilidade do “pensamento”, que se encontra na experiência. Kant faz esta segunda afirmação pela seguinte razão. Ele define a experiência como um tipo particular de conhecimento, ou seja, o “conhecimento empírico”:

[...] as categorias não nos concedem por meio da intuição nenhum conhecimento das coisas senão através da sua aplicação possível à intuição empírica [*empirische Anschauung*], isto é, servem apenas para a possibilidade do conhecimento empírico [*empirischer Erkenntnis*]. A este, porém, chama-se experiência [*Erfahrung*]. (KrV B 147)

Kant considera que o conhecimento tem dois componentes. Inclui a intuição de um objeto e também um conceito correspondente de um objeto:

Pensar um objecto e conhecer um objecto não é, pois, uma e a mesma coisa. Para o conhecimento são necessários dois elementos: primeiro o conceito, mediante o qual é pensado em geral o objecto (a categoria), em segundo lugar a intuição, pela qual é dado (KrV B 146)

Podemos afirmar que o conhecimento empírico é uma condição de experiência, na medida em que, a intuição que está envolvida neste estado de conhecimento é ela mesma empírica: “Ora, toda a experiência contém ainda, além da intuição dos sentidos, pela qual algo é dado, um conceito de um objecto, que é dado na intuição ou que aparece” (KrV A 93 / B 126). De acordo com Kant, alguém só tem experiência se satisfazer duas condições. Primeiro, ela

deve ter formado uma intuição empírica de um objeto e, segundo ela deve ter formado um pensamento correspondente de um objeto. E assim parece que se um conceito *a priori* deve servir como condição da possibilidade da experiência, isso deve ser porque serve ou como condição da possibilidade da intuição que é a experiência encontrada, isto é, como condição da possibilidade da intuição empírica, ou como condição da possibilidade do pensamento que se encontra na experiência.

Contudo, mesmo antes de Kant ter alcançado a passagem para a dedução transcendental das categorias, ele se comprometeu com a afirmação de que os conceitos puros do entendimento, não servem como condições de possibilidade da intuição que se encontra na experiência. Ele escreve algumas páginas antes disso:

As categorias do entendimento [...] de modo algum apresentam as condições em que os objectos nos são dados na intuição; por conseguinte, podem-nos sem dúvida aparecer objectos, que se não relacionem necessariamente com as funções do entendimento. (KrV A 89 / B 122)

Ele também escreve que “nossa intuição, [...] não carece, de modo algum, das funções do pensamento.” (KrV A 91 / B 123). Por outro lado, Kant deixou claro que os conceitos de espaço e tempo podem ser deduzidos mostrando que servem como condições *a priori* da possibilidade da intuição empírica: “em relação aos conceitos de espaço e de tempo, como, sendo eles embora conhecimentos *a priori*, se deviam, contudo, referir necessariamente a objectos” (KrV A 89 / B 121). Portanto, devem ser considerados os conceitos de espaço e tempo, que Kant tem em mente quando admite a possibilidade de que um conceito *a priori* possa ser deduzido, mostrando que eles servem como condições *a priori* da possibilidade da intuição empírica. Sua afirmação sobre o princípio da dedução transcendental de todos os conceitos *a priori* deve ter como objetivo abranger os conceitos de espaço e tempo, bem como os conceitos puros do entendimento.

Se nossa apresentação até agora estiver correta, podemos tirar à seguinte conclusão fundamental da afirmação de Kant sobre o princípio da dedução transcendental de todos os conceitos *a priori*. Kant considera que se quisermos deduzir as categorias, o que precisamos fazer é mostrar que esses conceitos servem como condições *a priori* da possibilidade do pensamento, isto é, do pensamento de um objeto, que é encontrado na experiência. E há muitas evidências que corroboram com essa conclusão. Kant comenta um pouco antes na passagem para a dedução transcendental das categorias: “É caso para perguntar agora se não há também

anteriormente conceitos *a priori*, como condições pelas quais algo não é intuído, mas é pensado como objecto em geral” (KrV A 93). Ele também escreve que:

[...] a validade objectiva das categorias como conceitos *a priori*, deverá assentar na circunstância de só elas possibilitarem a experiência (quanto à forma do pensamento). Sendo assim, as categorias relacionam-se necessariamente e *a priori* com os objectos da experiência, pois só por intermédio destas em geral é possível pensar qualquer objecto da experiência. (KrV A 93 / B 126)

Na primeira edição (1781) da dedução, Kant afirma que:

[...] as categorias [...] não são outra coisa que as condições do pensamento numa experiência possível, tal como o espaço e o tempo encerram as condições da intuição para essa mesma experiência. Portanto [...] são também conceitos fundamentais para pensar objectos em geral [...] (KrV A 111).

Devemos também considerar a descrição de Kant do seu objetivo na seção da *Crítica* que contém a dedução, ou seja, a “Análítica dos Conceitos” (KrV A 65 / B 90):

Por analítica dos conceitos entendo não a análise dos mesmos ou o processo corrente em investigações filosóficas, de decompor, segundo o seu conteúdo, os conceitos que se oferecem e classificá-los, mas a decomposição, ainda pouco tentada, da própria faculdade do entendimento, para examinar a possibilidade dos conceitos *a priori*, | procurando-os somente no entendimento como seu lugar de origem [...]. (KrV A 65-66 / B 90).

O objetivo de Kant na analítica dos conceitos é analisar uma faculdade particular do ânimo, ou seja, a faculdade do entendimento, com o objetivo de mostrar que pode haver conceitos *a priori* de objetos. Agora, Kant define a faculdade do entendimento como a faculdade de pensar em objetos ou formar conceitos de objetos:

Pelas condições da nossa natureza a intuição nunca pode ser senão sensível, isto é, contém apenas a maneira pela qual somos afectados pelos objectos, ao passo que o entendimento é a capacidade de pensar o objecto da intuição sensível. (KrV A 51 / B 75). Nenhuma destas qualidades tem primazia sobre a outra. Sem a sensibilidade, nenhum objecto nos seria dado; sem o entendimento, nenhum seria pensado. Pensamentos sem conteúdo são vazios; intuições sem conceitos são cegas. (KrV A 51 / B 75)

Com efeito, quando Kant se refere a uma análise da faculdade do entendimento, o que ele considera é uma análise do ânimo que é responsável pelo pensamento e, portanto, pelo pensamento que é um ingrediente essencial no conhecimento empírico. Seu objetivo na analítica dos conceitos, na seção da *Crítica* que contém sua dedução, é examinar

cuidadosamente o que é necessário para que façamos uso da nossa faculdade de pensar sobre objetos e, desta forma, abordar a questão de como pode haver conceitos que sejam considerados objetivamente válidos, apesar de serem conceitos puros *a priori*.

Será útil neste ponto resumir os resultados da nossa apresentação sobre a afirmação de Kant acerca do princípio de uma dedução transcendental. Argumentamos que o que Kant considera que precisamos fazer se quisermos explicar como as categorias podem ser objetivamente válidas, é examinar as condições que devem ser satisfeitas se quisermos pensar ou formar um conceito de um objeto da intuição, isto é, se quisermos fazer uso da nossa faculdade do entendimento. Lembre-se, de que o objetivo de Kant na dedução é mostrar que as categorias servem como representações de objetos. E como apresentamos no item 1.3, a sua teoria é que as categorias servem como representações de objetos em virtude do fato de que é necessário que um objeto se conforme às categorias, para valer como um objeto de experiência para nós. Dito de outra forma, Kant quer mostrar que é uma condição da possibilidade de um objeto da experiência que ele esteja em concordância com os conceitos puros do entendimento.

Ora, para Kant um objeto é válido como objeto da experiência ou conhecimento empírico apenas se satisfazer duas condições: Primeiro, este objeto deve ser um objeto da intuição empírica. Em segundo lugar, este objeto deve ser um objeto de pensamento, isto é, deve ser um objeto do qual formamos um conceito. Mas, Kant não afirma que seja uma condição da possibilidade de um objeto da intuição empírica que ele esteja em concordância com os conceitos puros do nosso entendimento. Então, ele considera que o que precisamos fazer se quisermos mostrar que é uma condição da possibilidade de um objeto da experiência que ele esteja em concordância com os conceitos puros do nosso entendimento e, desta forma, mostrar que os conceitos puros do entendimento servem como representações de objetos, é mostrar que é condição da possibilidade de um objeto de pensamento que ele se conforme a estes conceitos

É amplamente debatido e aceito que a estratégia de Kant na dedução é investigar as condições que devem ser satisfeitas se quisermos alcançar um estado de experiência ou conhecimento empírico (cf. KITCHER, 2011, pág.85-86 e pág.89). Van Cleve, por exemplo, escreve que: “A estratégia argumentativa de Kant é um exemplo paradigmático daquilo que hoje em dia é frequentemente chamado de ‘prova transcendental’: ele argumenta que se as categorias não fossem objetivamente válidas, a experiência seria impossível”. (1999, p.73 –

tradução nossa)⁵⁵. Da mesma forma, Ameriks pensa que a dedução de Kant está estruturada em torno da afirmação de que: “o conhecimento empírico (“experiência”) só é possível se [...] conceitos puros tiverem validade [...]” (1978, p.276 – tradução nossa)⁵⁶.

Deve-se notar, aliás, que Van Cleve e Ameriks atribuem a Kant a afirmação de que, para que um objeto seja válido como um objeto da experiência, esse mesmo objeto deve estar em concordância com as categorias. Em outras palavras, atribuem a Kant a afirmação de que para que possamos ter experiência de um objeto, isto é, para que haja um objeto de experiência para nós, deve haver um objeto que esteja em concordância com as categorias. Observe também que o que Van Cleve e Ameriks afirmam ser uma condição da possibilidade da experiência é a validade objetiva das categorias. Considerando o que apresentamos até aqui, Kant pensa que é a concordância do objeto com as categorias à condição da possibilidade da experiência desse objeto. Agora, como explicamos no primeiro capítulo do trabalho, na perspectiva de Van Cleve, o que significa dizer que as categorias são objetivamente válidas é dizer que alguns objetos se conformam com elas ou, para ser claro, que alguns objetos se enquadram nelas.

Portanto, Van Cleve aceitaria a afirmação que apresentamos. Contudo, se a interpretação da validade objetiva que mostramos na primeira parte estiver correta, a validade objetiva das categorias não consiste simplesmente no fato de existirem objetos que se enquadram nestes conceitos. Pelo contrário, consiste no fato de que a concordância de um objeto com as categorias é necessária, digamos, necessária para que este objeto seja válido como um objeto da experiência. Desta forma, se a nossa apresentação estiver correta, então o objetivo de Kant na dedução não é mostrar que a validade objetiva das categorias é uma condição da possibilidade da experiência. Pelo contrário, o seu objetivo é mostrar que a concordância dos objetos com as categorias é uma condição da possibilidade da nossa experiência desses objetos. Mostrar isso é mostrar que as categorias são objetivamente válidas.

Há evidências textuais em apoio a esta afirmação. A certa altura da segunda edição (1787) na dedução, Kant escreve:

[...] toda a síntese [...] está submetida às categorias; e como a experiência é um conhecimento mediante percepções ligadas entre si, as categorias são condições da possibilidade da experiência e têm, pois, também validade *a priori* em relação a todos os objectos da experiência. (*KrV* B 161)

⁵⁵ No original: “Kant’s argumentative strategy is a paradigm instance of what is nowadays often called “transcendental proof”: he argues that if the categories were not objectively valid, experience would be impossible”.

⁵⁶ No original: “empirical knowledge (“experience”) is possible only if [...] pure concepts have validity [...]”

A afirmação de Kant aqui, é que as categorias são válidas para objetos da experiência em virtude do fato de servirem como condições da possibilidade da nossa experiência de objetos. A afirmação não é que a validade objetiva das categorias seja uma condição da possibilidade da nossa experiência dos objetos.

O que é menos aceito pelos comentaristas é a afirmação de que a estratégia de Kant na dedução é investigar as condições que devem ser satisfeitas se quisermos nos engajar no pensamento que está envolvido na experiência, isto é, se quisermos fazer uso da nossa faculdade do entendimento. Alguns comentadores sustentam que há razões para negar que o que Kant pensa que precisamos fazer para deduzir as categorias, é mostrar que um objeto deve conformar-se às categorias se quisermos considerar como um objeto do pensamento. Um exemplo é Van Cleve. Van Cleve pensa que há evidências conclusivas de que a estratégia de Kant na dedução ou, pelo menos, a sua estratégia nas seções que se seguem à passagem para a dedução transcendental das categorias, é investigar as condições que devem ser satisfeitas se quisermos ter qualquer consciência, ou seja, se quisermos ter experiência num sentido fraco. A conclusão do argumento de Kant, de acordo com Van Cleve é que “a consciência sem as categorias é impossível”, ou que “[as] categorias se aplicam a todas as representações das quais estou consciente” (1999, p.79 – tradução nossa)⁵⁷.

O que Van Cleve considera ser a evidência, de que a estratégia de Kant na dedução é mostrar que as categorias servem como condições da possibilidade da consciência em geral? Ele cita a frase final da seguinte passagem:

A experiência real, que se compõe da apreensão, da associação (da reprodução) e, por fim, da reconhecimento dos aparecimentos [*Erscheinungen*], contém neste momento último e supremo (reconhecimento dos elementos simplesmente empíricos da experiência) conceitos, que tornam possível a unidade formal da experiência, e com ela toda a validade objectiva (verdade) do conhecimento empírico. Estes princípios da reconhecimento do diverso, na medida em que dizem respeito meramente à forma de uma experiência em geral, são as categorias [...] só mediante esses elementos podem pertencer ao conhecimento e, em geral, à nossa consciência e, portanto, a nós próprios. (*KrV* A 124-125).

Van Cleve insiste que a frase final desta passagem mostra conclusivamente que Kant considera as categorias como condições da possibilidade da consciência, e não apenas como condições da possibilidade de pensar ou formar um conceito de um objeto (cf. 1999, p.79). Ele admite que Kant em determinado momento considerou tentar mostrar que as

⁵⁷ No original: “consciousness without the categories is impossible”. ou que, “categories apply to all representations of which I am conscious”.

categorias constituem condições de possibilidade do pensar, mas, afirma que, nas linhas que acabamos de citar, Kant “repudia evidentemente” (*evidently repudiates*) esta estratégia (cf. 1999, p.79 – tradução nossa).

É intrincado explicar exatamente por que a leitura de Van Cleve da passagem citada acima é difícil e nos parece incorreta. Os pontos importantes são os seguintes: Primeiro, deve-se notar que Kant conecta as categorias ao último e mais elevado dos elementos empíricos da experiência, ou seja, a “reconhecimento” (*Rekognition*). As categorias são, diz-nos Kant, os fundamentos do reconhecimento do múltiplo e, portanto, condições da possibilidade da experiência. Desta forma, nos parece que Kant considera que há uma ligação estreita entre o ato de reconhecimento e o ato de formar um conceito. Para Kant, um ato de reconhecimento constitui um conceito (cf. *KrV* A 103-104). Com efeito, mesmo na passagem que Van Cleve cita como prova conclusiva de que Kant abandonou a sua afirmação de que as categorias servem como condições da possibilidade de pensar ou formar um conceito de um objeto, Kant reafirma o seu compromisso com esta consideração. Em segundo lugar, podemos admitir que a estratégia de Kant é mostrar que as categorias servem como condições da possibilidade de um tipo de consciência, sem abandonar a afirmação de que a sua estratégia é mostrar que as categorias servem como condições da possibilidade de pensar. Desta forma, Kant identifica a nossa faculdade do entendimento com a nossa capacidade de alcançar um tipo especial de consciência que ele chama de “apercepção transcendental” (*transzendente Apperzeption*) (cf. *KrV* A 107) ou “apercepção original” (*ursprüngliche Apperzeption*) (cf. *KrV* A 112).

Com efeito, a maneira mais simples de conciliar a afirmação de Kant na frase citada acima com a evidência sobre a sua estratégia na passagem para a dedução transcendental das categorias é aceitar que quando ele escreve que: “É somente porque refiro todas as percepções a uma consciência (à apercepção originária) que posso dizer de todas as percepções que tenho consciência delas” (*KrV* A 122), o que ele realmente quer dizer é que é somente por meio das categorias que as percepções ou *Erscheinungen* (aparecimentos)⁵⁸, podem manter uma certa relação com a nossa apercepção original e, portanto, com a nossa faculdade do entendimento. Este é um movimento razoável a ser feito tendo em vista o fato de que, primeiro, Kant muitas vezes se refere à nossa faculdade de apercepção transcendental ou original simplesmente como

⁵⁸ Há duas formas de compreender o objeto na medida em que nos aparece (*erscheint*) para a nossa faculdade de conhecer. A primeira forma chama-se “aparecimento” (*Erscheinung*), e a segunda forma chama-se “fenômeno” (*Phaenomenon*). A primeira é elaborada na sensibilidade, a segunda forma é elaborada pela relação da sensibilidade com o entendimento. Para saber mais a respeito desta distinção, consultar o artigo “A distinção kantiana entre aparecimento e fenômeno” de Calábria (2006).

nossa faculdade de apercepção (por exemplo, cf. *KrV* B 153), e segundo, Kant tende a usar os termos “apercepção” e “consciência” indistintamente (por exemplo, cf. *KrV* B 139-140).

Isto basta para a afirmação de que a estratégia de Kant na dedução é investigar as condições da possibilidade da consciência em geral, em oposição às condições da possibilidade do pensamento. Alguns outros comentadores sustentam que a estratégia que Kant adota na dedução é mostrar que as categorias servem como condições da possibilidade da intuição empírica. Um exemplo proeminente aqui é Allison (2004). Allison pensa que a preocupação básica que Kant quer abordar na dedução é que os conceitos que não podemos evitar de usar se quisermos formar pensamentos ou juízos sobre objetos, isto é, as categorias ou conceitos puros do entendimento, podem acabar por não ser instanciados por nenhum dos objetos da intuição sensível ou, como ele diz, “que os produtos da sensibilidade podem não corresponder às regras *a priori* do pensamento” (2004, p.160 – tradução nossa)⁵⁹. E Allison escreve que o que Kant tenta fazer na parte da dedução que aborda esta preocupação é “estabelecer a aplicabilidade das categorias a tudo o que é dado sob as condições da sensibilidade humana”(2004, p. 162 – tradução nossa)⁶⁰, para demonstrar “que as categorias [...] têm uma função não discursiva como condições sob as quais tudo o que é dado [...] pode entrar na consciência empírica” (2004, p. 162 – tradução nossa)⁶¹, “para ligar as categorias [...] à percepção e não apenas ao pensamento dos objetos” (2004, p.162 – tradução nossa).⁶²

Kant quer realmente mostrar que as categorias servem como condições da possibilidade da intuição dos objetos, por meio dos sentidos? Isto não parece correto, tendo em vista algumas observações que já citamos:

As categorias do entendimento [...] de modo algum apresentam as condições em que os objectos nos são dados na intuição; por conseguinte, podem-nos sem dúvida aparecer objectos, que se não relacionem necessariamente com as funções do entendimento. (*KrV* A 89 / B 122)

Kant também escreve que mesmo que os *Erscheinungen* não estivessem em conformidade com as categorias, eles: “Nem por isso [...] deixariam de apresentar objectos à nossa intuição, pois esta não carece, de modo algum, das funções do pensamento.” (*KrV* A 90-91 / B 123). Mas há também algumas passagens de texto que, à primeira vista, podem parecer

⁵⁹ No original: “that the deliverances of sensibility might not correspond to the *a priori* rules of thought”.

⁶⁰ No original: “establish the applicability of the categories to whatever is given under the conditions of human sensibility”.

⁶¹ No original: “that the Categories [...] have a non-discursive function as conditions under which whatever is given [...] can enter empirical consciousness”.

⁶² No original: “to link the Categories [...] to the perception rather than merely the thought of objects”.

apoiar fortemente a afirmação de que a estratégia de Kant na dedução é mostrar que as categorias servem como condições da possibilidade da intuição empírica. No §26 da segunda edição na dedução, Kant chama a atenção para um ato especial do ânimo, que ele chama de “a síntese da apreensão”, que ele define como: “entendo por *síntese da apreensão* a reunião do diverso numa intuição empírica pela qual é tornada possível a percepção, isto é, a consciência empírica desta intuição (como aparecimento [*Erscheinung*])”. (KrV B 160).

Suponhamos que assumimos que o que Kant entende por percepção neste contexto, refere-se à intuição empírica. Nesse caso, a afirmação de Kant implica aqui, que a síntese da apreensão é um ato do ânimo que serve como condição da possibilidade da intuição empírica. Agora, Kant prossegue dizendo nesta passagem que, “uma ligação com a qual deve estar conforme tudo o que tem de ser representado de uma maneira determinada no espaço e no tempo, como condição da síntese de toda a apreensão, é dada já *a priori*, simultaneamente com [...] essas intuições” (KrV B 161), e ele conclui neste raciocínio que, “a categoria à qual deverá portanto ser totalmente conforme esta síntese da apreensão, isto é, a percepção” (KrV B 162).⁶³ Em outras palavras, “toda síntese”, através da qual a própria percepção se torna possível, está sob as categorias.

Kant parece afirmar neste ponto que as categorias servem como condições da possibilidade da síntese da apreensão. E se as categorias servem como condições da possibilidade da síntese da apreensão, então segue-se, presumivelmente, que elas servem como condições da possibilidade de tudo o que a síntese da apreensão organiza. Mas, a síntese da apreensão serve como condição da possibilidade da intuição empírica. Segue-se, assim, que as categorias servem como condições da possibilidade da intuição empírica. Como Kant coloca mais tarde no §26:

[...] toda a percepção possível depende da síntese da apreensão e esta mesma, a síntese empírica, depende da síntese transcendental e, conseqüentemente, das categorias, todas as percepções possíveis e, portanto, também tudo o que porventura possa atingir a consciência empírica, isto é, todos os aparecimentos [*Erscheinungen*] da natureza, quanto à sua ligação, estão sob a alçada das categorias [...]. (KrV B 164-165)⁶⁴

⁶³ “Desta maneira fica provado que a síntese da apreensão, que é empírica, tem que ser necessariamente conforme à síntese da apercepção, que é intelectual e está inteiramente contida *a priori* na categoria”. (KrV B 162).

⁶⁴ Alguns intérpretes (por exemplo, cf. Heidegger, *KMP*, p. 139) têm defendido que a “síntese da apreensão” apresentada por Kant na primeira edição da dedução das categorias (1781), (cf. KrV A 98), não é subsumida pelas categorias, isto significa dizer que a síntese da apreensão - capacidade da faculdade da imaginação de exercer uma ligação dos múltiplos dados sensoriais em um conteúdo ou imagem (*Bild*) na sensibilidade - não está subsumida ao entendimento, quando realiza a sua atividade de síntese do diverso da intuição.

É claro que estes trechos do texto não são nada claros à primeira vista e requerem uma análise cuidadosa e detalhada para não serem mal compreendidos. Contudo, penso que há boas razões para duvidar que elas forneçam um apoio óbvio para a atribuição à Kant da afirmação de que as categorias servem como condições da possibilidade da intuição empírica. Vejamos as últimas linhas que citamos. A afirmação de Kant aqui é que “todas as percepções possíveis [...] quanto à sua ligação, estão sob a alçada das categorias” (*KrVB* 164-165).

Um ponto importante aqui, diz respeito à qualificação “quanto à sua ligação”. No §15 da segunda edição da dedução, Kant atribui o ato de ligação à faculdade do entendimento. Ele escreve que “toda a ligação, acompanhada ou não de consciência, quer seja ligação do diverso da intuição ou de vários conceitos, quer, no primeiro caso, seja uma intuição sensível ou não sensível, é um acto do entendimento” (*KrV B* 130). Isto torna razoável interpretar a afirmação de Kant da seguinte forma: Todas as percepções possíveis estão sob as categorias na medida em que exercemos a nossa faculdade do entendimento em relação a elas. Podemos sugerir que o que Kant entende como percepção seja também uma intuição empírica. Afinal, Kant nos diz que uma percepção se torna possível por meio da ligação do múltiplo numa intuição empírica. Se esta ligação é um ato do entendimento, então talvez o que Kant entende por percepção seja uma espécie de representação que surge quando exercitamos a nossa faculdade do entendimento em relação a uma intuição empírica.

Por fim, na primeira metade deste item argumentamos com base no que Kant afirma na passagem para a dedução transcendental das categorias, que o que ele considera que precisamos fazer se quisermos mostrar que as categorias são objetivamente válidas é mostrar que um objeto deve estar em concordância com as categorias se quisermos considerá-lo como um objeto do pensamento, isto é, se quisermos pensar ou formar um conceito sobre esse objeto. O nosso objetivo neste segundo capítulo é examinar algumas das considerações textuais que foram apresentadas em apoio à afirmação de que não é isto que Kant realmente faz na dedução. Consideramos algumas evidências de que a estratégia de Kant é mostrar que as categorias servem como condições da possibilidade da consciência em geral, e consideramos algumas evidências de que a sua estratégia é mostrar que as categorias servem como condições da possibilidade da intuição empírica. O que tentamos mostrar é que esta evidência não é suficientemente forte para derrubar a presunção em favor da interpretação que apresentamos na primeira metade do item.

2.2 Conhecimento empírico e o ato de julgar

O que Kant quer dizer quando se refere ao pensamento como um processo essencial para o conhecimento empírico? O que ele nos diz sobre a nossa faculdade do entendimento? É importante para nós esclarecermos estas questões. Uma maneira de entender o conceito de pensamento de Kant é quando ele se refere à faculdade do entendimento como nossa capacidade de pensar. O que ele quer dizer com a afirmação que a nossa faculdade do entendimento é a nossa capacidade de pensar que, por exemplo, há nuvens sobre Uberlândia, ou que o sol nascerá amanhã? No primeiro capítulo da *Analítica dos Conceitos*, Kant diz o seguinte: “Podemos [...] reduzir a juízos todas as acções do entendimento, de tal modo que o *entendimento* em geral pode ser representado como uma *faculdade de julgar* [*Vermögen zu urteilen*]” (KrV A 69 / B 94). O que isso sugere é que, de acordo com Kant, todo ato de pensar é um ato de julgar. O entendimento é, Kant afirma: “uma faculdade de julgar” (KrV A 69 / B 94), e “pensar é conhecer por conceitos.” (KrV A 69 / B 94). Desta forma, o entendimento não pode fazer outro uso de conceitos senão o de julgar por meio deles (cf. KrV A 68 / B 93).

Dois pontos devem ser observados sobre essa leitura do conceito de pensamento de Kant. O primeiro é que, se estiver correto, nem todo ato do ânimo que estaríamos preparados para chamar de ato de pensamento é válido como pensamento no sentido que importa para Kant na dedução. O segundo ponto que deve ser notado sobre essa leitura é o seguinte: se eu fizer um juízo sobre alguma coisa, isto é, se eu decidir sobre a natureza de alguma coisa, é bem possível que minha decisão acabe sendo errada. Meus juízos podem ser e muitas vezes são incorretos. Posso pensar que algo é de uma forma determinada mesmo quando não é de fato o caso. Se essa primeira leitura do conceito de pensamento de Kant estiver correta, então pensar no sentido que Kant considera não é factível.

Há evidências textuais substanciais para apoiar a alegação de que um juízo no sentido que Kant apresenta na *Crítica* pode ser falso ou incorreto. Uma das alegações que Kant faz tanto na *Crítica* quanto nos *Prolegômenos* é que é somente na medida em que fazemos um juízo sobre objetos, que nosso estado de espírito pode ser avaliado quanto à verdade ou falsidade. No início da “Dialética Transcendental” (KrV A 293 / B 350), Kant escreve que:

[...] a verdade ou a aparência não estão no objecto, na medida em que é intuído, mas no juízo sobre ele, na medida em que é pensado. Pode-se pois dizer que os sentidos não erram, não porque o seu juízo seja sempre certo, mas porque não ajuízam de modo algum. Eis porque só no juízo, ou seja, na relação do objecto com o nosso

entendimento, se encontram tanto a verdade como o erro e, portanto, também a aparência. (KrV A 293 / B 350).

Aqui, Kant parece traçar um contraste entre as intuições que adquirimos por meio de nossos sentidos e os juízos que fazemos por meio da nossa faculdade do entendimento. O contraste é que, enquanto nossos juízos podem ser verdadeiros ou falsos, isto é, corretos ou incorretos, as intuições dos nossos sentidos não podem ser nem verdadeiras nem falsas. Isto é importante, porque Kant parece permitir aqui juízos incorretos ou errôneos, feitos por meio do nosso entendimento. E isso parece contar a favor da nossa primeira leitura do conceito de pensamento de Kant. Kant considera o mesmo ponto no final da primeira seção dos *Prolegômenos* onde ele escreve que não há “nem verdade nem falsidade” (*Prol: 04, 64*) na representação dos sentidos.

Um comentarista que entende o conceito de pensamento de Kant dessa forma é Van Cleve. De acordo com Van Cleve, Kant adota duas estratégias muito diferentes no curso da sua dedução. A estratégia eventual de Kant é construir um argumento para a validade objetiva das categorias que começa a partir da concepção tênue de experiência como consciência, que mencionamos acima. Mas, antes que Kant perceba que esta é a única maneira de deduzir as categorias, ele tenta uma estratégia diferente que envolve argumentar pela validade objetiva das categorias com base em uma concepção de experiência como envolvendo dois elementos, a saber, “um componente intuitivo (por exemplo, sentir uma extensão de vermelho)”⁶⁵ (1999, p.77 – tradução nossa), e também “um componente conceitual (por exemplo, acreditar que o conceito de maçã se aplica ao que se está experimentando)”⁶⁶ (1999, p.77 – tradução nossa). Quando Kant se propõe a deduzir as categorias dessa forma, de acordo com Van Cleve, seu objetivo é mostrar que elas servem como condições da possibilidade do componente conceitual da experiência. Agora, Van Cleve raciocina que, uma vez que, de acordo com Kant “usar quaisquer conceitos é julgar” (1999, p.77 – tradução nossa)⁶⁷, “o componente conceitual de um estado da experiência deve ser um estado de julgamento, ou crença” (1999, p.76 – tradução nossa)⁶⁸. Ele observa que “[não] parece importar para o argumento se a crença é justificada ou verdadeira” (1999, p.77-78 – tradução nossa).⁶⁹

Allison é outro comentarista que interpreta o conceito de pensamento de Kant dessa forma. Allison leva Kant a identificar o pensamento ou, como Allison gosta de dizer, o

⁶⁵ No original: “an intuitional component”.

⁶⁶ No original: “a conceptual component”.

⁶⁷ No original: “to use any concepts is to judge”.

⁶⁸ No original: “the conceptual component of a state of experience must be a state of judging, or believing”.

⁶⁹ No original: “does not seem to matter to the argument whether the belief is either justified or true”.

“conhecimento discursivo” (*discursive cognition*), com a faculdade de julgar (cf. 2004, p.82). E ele claramente pensa que um juízo no sentido que Kant expõe na *Crítica* é algo que pode ser verdadeiro ou falso. Em relação à afirmação de Kant na segunda edição da dedução de que todos os juízos têm a propriedade de validade objetiva, ele escreve:

Se esta afirmação fizer algum sentido, a validade objetiva não pode ser equiparada à verdade; caso contrário, Kant estaria comprometido com o absurdo de que todo juízo é verdadeiro, simplesmente em virtude de ser um juízo. (ALLISON, 2004, p.88 – tradução nossa)⁷⁰

Parece que Allison lê a afirmação de Kant de que todos os juízos são objetivamente válidos como a afirmação de que “todo juízo faz uma reivindicação à verdade” (2004, p.88 – tradução nossa)⁷¹. E isso parece confirmar que é a primeira leitura do conceito de pensamento de Kant que Allison considera.

No entanto, há também uma objeção a essa interpretação do conceito de Kant do pensamento de um objeto. Essa objeção tem a ver com o conceito de Kant de conhecimento. Há boas evidências de que, para que alguém alcance o conhecimento de um objeto no sentido que Kant apresenta na *Crítica*, ele não apenas deve fazer um juízo sobre um objeto, mas esse juízo também deve ser verdadeiro. Considere, por exemplo, a famosa refutação do idealismo de Kant, o objetivo de Kant na refutação é provar que realmente temos experiência, isto é, conhecimento empírico de objetos no espaço. Como Kant escreve: “A prova exigida deverá [...] mostrar que temos também experiência e não apenas *imaginação* das coisas exteriores” (*KrV B 275*).

O que Kant quer dizer aqui com “coisas exteriores”, são apenas objetos no espaço. Agora, o idealista que Kant se propôs a refutar nesta seção da *Crítica* é alguém que duvida ou nega a existência de objetos no espaço. O que esse idealista duvida ou nega é que qualquer um dos juízos que nos comprometem com a existência de objetos no espaço, digamos, o juízo de que há um livro na mesa na minha frente, ou o juízo de que há cinco moedas no meu bolso, são verdadeiros. O que o idealista não duvida ou nega é que realmente fazemos juízos que nos comprometem com a existência de objetos no espaço.

Então, quando Kant escreve que sua refutação do idealismo deve mostrar que temos experiência de objetos no espaço, isto é, conhecimento empírico de objetos no espaço, ele não pode querer dizer simplesmente que fazemos juízos que nos comprometem com a existência

⁷⁰ No original: “If this claim is to make any sense, objective validity cannot be equated with truth; otherwise, Kant would be committed to the absurdity that every judgment is true, simply in virtue of being a judgment.”

⁷¹ No original: “every judgment makes a claim to truth”.

de objetos no espaço. Isso não seria suficiente para refutar o idealista. Equivaleria a provar algo que o idealista nunca duvidou. O que Kant quer dizer quando se refere a um estado de experiência de objetos no espaço, deve ser um estado que envolve julgar, e, além disso, julgar corretamente que há objetos no espaço. E então parece que, o que Kant quer dizer com conhecimento de um objeto na refutação do idealismo é um estado factível do ânimo.

Há também o que parece ser evidência textual direta para essa afirmação. Kant deixa claro em vários pontos da *Crítica* que ele considera que o conhecimento é, como tal, objetivamente válido. Por exemplo, ele escreve na segunda edição da dedução que “a unidade de consciência é o que por si só constitui a relação das representações a um objecto, a sua validade objectiva portanto, aquilo que as converte em conhecimentos” (*KrV B 137*). Essa implicação aqui é o fato de uma representação ter validade objetiva que a faz ser considerada como um estado de conhecimento. No entanto, também há lugares na dedução de Kant onde ele identifica claramente o conceito de validade objetiva com o conceito de verdade, ele escreve:

A experiência real [...] contém neste | momento último e supremo (reconhecimento dos elementos simplesmente empíricos da experiência) conceitos, que tornam possível a unidade formal da experiência, e com ela toda a validade objectiva (verdade) do conhecimento empírico (*KrV A 124-125*).

E ele escreve na doutrina transcendental do método que: “só quando um objecto, mediante a lei da causalidade, vem determinado pelo conceito, tem o acontecimento representado validade objectiva, isto é, verdade.” (*KrV A 788 / B 816*). Se Kant pensa que uma representação é considerada objetivamente válida na medida em que é verdadeira, então parece que o que ele tem em mente quando nos diz que o conhecimento é, como tal, objetivamente válido, é a ideia de que o conhecimento é, como tal, verdadeiro.

Entretanto, como mencionamos mais acima. Kant considera que um estado de conhecimento em geral tem dois componentes. Ele envolve, primeiro, a intuição de um objeto, e segundo o conceito de um objeto. Como Kant escreve:

Para o conhecimento são necessários dois elementos: primeiro o conceito, mediante o qual é pensado em geral o objecto (a categoria), em segundo lugar a intuição, pela qual é dado; porque, se ao conceito não pudesse ser dada uma intuição correspondente, seria um pensamento, quanto à forma, mas sem qualquer objecto e, por seu intermédio, não seria possível o conhecimento de qualquer coisa [...] (*KrV B 146*).

Com efeito, até aqui, dissemos muito pouco sobre o conceito de intuição de Kant. Mas é razoável supor que, de acordo com ele, alguém alcança uma intuição empírica de um objeto, isto é, o tipo de intuição de um objeto que é necessária para o conhecimento empírico, na medida em que ele vê, ou toca, ou de alguma outra forma percebe um objeto por meio de seus sentidos. Suponha que isso esteja correto. E suponha que a interpretação do conceito de pensamento de Kant que apresentamos acima também esteja correta. Nesse caso, pode-se argumentar que Kant deve pensar que o conhecimento é o estado em que uma pessoa está quando ela vê, ou toca, ou de alguma outra forma percebe um objeto por meio de seus sentidos e também faz um juízo sobre esse objeto, digamos, o juízo de que esse objeto é redondo ou que está em cima de uma mesa. Mas, nesse caso, um estado de conhecimento não pode ser um estado do ânimo legítimo. Pois é inteiramente possível que alguém faça um juízo falso sobre um objeto que ele vê ou toca etc. Então, uma vez que Kant considera que o conhecimento é um estado do ânimo, nos parece que a interpretação do conceito de pensamento ou juízo de Kant apresentada no início deve ser falsa.

Em apoio a essa objeção, podemos considerar um exemplo famoso que Kant usa em suas aulas de lógica para ilustrar a diferença entre a mera intuição de um objeto e o conceito ou pensamento de um objeto. Kant escreve:

Por exemplo: se um silvícola vê de longe uma casa, cujo uso não conhece, tem, no entanto, representado diante de si precisamente o mesmo objeto (*Object*) que o que sabe tratar-se de uma morada edificada para o homem. Mas esse conhecimento de um só e mesmo objeto é, em um caso e no outro, diverso pela forma: mera intuição, em um caso, intuição e conceito ao mesmo tempo, no outro. (*Log*: 09, 33).

Tanto o homem selvagem (silvícola), quanto o homem civilizado alcançaram a intuição da casa. Pois ambos podem ver a casa. No entanto, o homem civilizado alcançou algo a mais do que o homem selvagem. Ele também formou um conceito da casa. E o resultado disso é que ele alcançou um conhecimento sobre a casa. No entanto, o que Kant parece querer dizer com isso é que o homem civilizado reconheceu que o objeto que ele pode ver é uma casa, o que quer dizer que é “uma habitação estabelecida para os homens”. A representação do homem selvagem serve como uma mera intuição, porque, embora este homem possa ver a casa, ele não sabe o que é. Parece ser fundamental para o exemplo de Kant que o homem civilizado não tenha apenas julgado que o objeto que ele pode ver é uma casa, mas tenha julgado corretamente que o objeto que ele pode ver é uma casa. E então é tentador concluir que o que significa para alguém formar um pensamento ou conceito de um objeto não é apenas para ele

fazer um juízo sobre este objeto. Este juízo também deve ser verdadeiro. Não é mera intuição, mas intuição e conceito ao mesmo tempo.

O problema com essa objeção é que ela se baseia em uma parte de um raciocínio falacioso. Kant certamente pensa que a intuição de um objeto e o pensamento de um objeto são as duas partes ou componentes de um estado de conhecimento. E há boas evidências de que Kant pensa que um estado de conhecimento é um estado factível do ânimo. Mas não se segue que um dos dois estados mentais dos quais um estado de conhecimento é composto deve ser ele próprio um estado factível do ânimo. Pois é inteiramente possível que um estado de conhecimento seja o estado do ânimo que surge quando duas partes ou componentes, a saber, a intuição do objeto e o conceito do objeto são combinados da maneira correta. Para colocar essa resposta de forma um pouco diferente, a objeção se baseia em uma interpretação errônea das alegações de Kant sobre o estado de experiência. Kant certamente afirma que um estado de conhecimento tem duas partes, a saber, a intuição de um objeto e o conceito de um objeto. Mas, não decorre desta afirmação que se alguém alcançou tanto a intuição de um objeto como o conceito de um objeto, que ele tenha alcançado um estado de conhecimento.

Há alguma evidência textual direta de que, de acordo com Kant é necessário mais para atingirmos um estado de conhecimento empírico. Em sua carta de 20 de janeiro de 1792 a Jacob Sigismund Beck, ele escreve:

Começo [minha carta] definindo “experiência” em termos de *conhecimento empírico* [...] Dois tipos de representações são necessários para o conhecimento: 1) intuição, por meio da qual um objeto é dado, 2) conceito, por meio do qual ele é pensado. Para fazer um único conhecimento a partir dessas duas *partes de conhecimento*, uma atividade adicional é necessária: a composição do *múltiplo dado na intuição* em conformidade com a unidade sintética da consciência, que é expressa pelo conceito. (KANT, 1999, p. 420 – tradução nossa)⁷²

Evidentemente, Kant pensa que a intuição empírica de um objeto e o conceito desse objeto são individualmente necessários, mas não conjuntamente suficientes para o conhecimento empírico. Ele pensa que para o conhecimento é necessário mais do que a intuição empírica e o conceito de um objeto. O que é necessário é um ato adicional do ânimo através do qual estas “duas partes de conhecimento” são combinadas. Concluo que, mesmo que Kant define um estado de conhecimento como um estado legítimo do ânimo, isto não coloca

⁷² No original: “I begin by defining “experience” in terms of *empirical cognition* [...] Two sorts of representations are needed for cognition: 1) intuition, by means of which an object is given, 2) concept, by means of which it is thought. To make a single cognition out of these two *pieces of cognition* a further activity is required: the composition of the *manifold given in intuition* in conformity with the synthetic unity of consciousness, which is expressed by the concept.”

problemas para a afirmação de que o que ele quer dizer com um caso em que formamos o pensamento ou conceito de um objeto, é um caso em que fazemos um juízo acerca de um objeto.

2.3 Teoria sobre o conceito de “conhecimento empírico” em Kant

Até agora, neste capítulo, argumentamos que a estratégia de Kant na dedução é mostrar que há uma ligação entre as categorias e o uso da nossa faculdade do entendimento, isto é, uma ligação entre as categorias e o pensamento de um objeto, neste sentido, apresentamos uma interpretação do conceito de Kant acerca do pensamento de um objeto. Descrevemos que alguém faz uso da faculdade do entendimento no sentido que Kant considera na dedução, na medida em que faz um juízo acerca de um objeto, por exemplo, o juízo de que há nuvens sobre Uberlândia ou de que o sol nascerá amanhã. O nosso objetivo neste item é discutir uma interpretação diferente da estratégia de Kant na dedução, defendida por Kitcher (2011).

Kitcher escreve:

O conhecimento que é o tópico da Dedução das Categorias de Kant não é meramente empírico [...]. É também conceitual e para Kant isso significa que é uma questão de ‘notas’ ou fundamentos de conhecimento que são reconhecidos como tais. (KITCHER, 2011, p.121 – tradução nossa)⁷³

Kitcher chama o tipo de conhecimento que Kant expõe na dedução de “conhecimento empírico racional” (*rational empirical cognition*) (cf. 2011, p.121 – tradução nossa). A chave para a sua leitura é o conceito de “notas” (*mark*). De acordo com Kitcher, um conceito F serve de nota para outro conceito G, desde que duas condições sejam satisfeitas. A primeira condição é que o conceito G contém o conceito F. F é, como Kitcher escreve, “parte do conteúdo de” G (cf. 2011, p.120). Para tomar alguns dos exemplos de Kitcher, o conceito de corpo contém o conceito do que é impenetrável e o conceito do que é extensão, e o conceito

⁷³ No original: “The cognition that is the topic of Kant's Deduction of the Categories is not merely empirical [...] It is also conceptual and for Kant that means that it is a matter of ‘marks’ or grounds of cognition that are recognised as such.”

de cobre contém o conceito do que é metálico. A segunda condição, que tem de ser satisfeita para que um conceito F sirva de nota para outro conceito G, é que alguém tome o fato de um objeto se enquadrar em F como uma razão para acreditar que esse objeto se enquadra em G, Kitcher comenta:

[...] para que uma representação seja uma nota, deve ser considerada como tal [...] [os cognoscentes] devem reconhecer que uma nota - digamos, “impenetrável” - é um fundamento parcial para a sua aplicação do conceito de “corpo”. É parte da razão pela qual chamam a algo um “corpo” ou parte do que pressupõem ao chamar a algo um “corpo”. (KITCHER, 2011, p.120 – tradução nossa)⁷⁴

Suponhamos que chego à conclusão de que o objeto que vejo ao longe é um restaurante. E suponhamos que faço este juízo com base no fato de o objeto que vejo ao longe ter uma porta por cima da qual está pendurado um letreiro colorido. Ou seja, julgo que o objeto que consigo ver se enquadra no conceito do que tem uma porta por cima da qual está pendurado um letreiro colorido, e deduzo que o objeto que consigo ver também se enquadra no conceito de restaurante. Chego a esta conclusão, porque parte do que me ocorre quando penso num restaurante é um objeto que tem uma porta por cima da qual está pendurado um letreiro colorido. Nesse caso, o meu juízo conta como um juízo racional no sentido que Kitcher considera. E se o meu juízo for também empírico, como é o caso, então atingi aquilo a que Kitcher chama “conhecimento empírico racional”. Se Kitcher estiver certa, então alguém alcançou a experiência, isto é, alcançou o conhecimento empírico racional, apenas se tiver julgado que um objeto se enquadra num conceito, ou seja, tiver julgado que o objeto se enquadra no conceito com base no fato de se enquadrar num outro conceito, e estiver consciente de que parte da razão pela qual julgou que o objeto se enquadra no primeiro conceito, é porque julgou que se enquadra no segundo conceito.

Kitcher considera que a estratégia de Kant na dedução é investigar as condições que devem ser satisfeitas para que alguém atinja um estado em que esteja consciente de fazer um juízo sobre um objeto com base em razões. É precisamente esta consciência dos fundamentos do nosso conhecimento que Kitcher pensa servir como a ligação fundamental entre um estado de conhecimento empírico e as categorias. Kitcher não pensa que a estratégia de Kant na dedução seja apenas investigar as condições que devem ser satisfeitas para que

⁷⁴ No original: “for a representation to be a mark, it must be considered as such [...] [cognizers] must recognize that a mark - say, ‘impenetrable’ - is a partial ground for their application of the concept ‘body’. It is part of why they call something a ‘body’ or part of what they presuppose in calling something a ‘body’.”

alguém possa fazer um juízo sobre um objeto, por exemplo, o juízo de que há nuvens sobre Uberlândia ou de que o sol nascerá amanhã de manhã.

Por que é que Kitcher atribui a Kant esta concepção da experiência como conhecimento empírico racional? Ela refere-se, à seguinte passagem da transcrição de Jaesche das aulas de lógica de Kant:

Pelo lado do intelecto, o conhecimento humano é discursivo, e por isso ocorre, por representações que fazem do que é comum a várias coisas, um fundamento de conhecimento, isto é, o conhecimento ocorre por notas (*Merkmale*) como tais. Portanto, só conhecemos as coisas por notas, e reconhecer significa precisamente isso, por provir de conhecer. Uma nota é o que constitui, numa coisa, uma parte de seu conhecimento, ou, o que é o mesmo, é uma representação parcial, considerada fundamento do conhecimento de uma representação total. Todos os nossos conceitos são, portanto, notas, e todo pensar não é senão representar por notas. (*Log*: 09, 58)

Esta passagem mostra claramente que, segundo Kant, o conhecimento discursivo, ou seja, o tipo de conhecimento que envolve o uso da nossa faculdade do entendimento, é o conhecimento por meio de notas, onde uma nota é uma representação que é parte de outra representação. Kitcher também pensa que, de acordo com Kant, uma nota é algo geral, ou seja, uma representação que é parte de um número de representações distintas (cf. Smit, 2000). E ela entende que o que Kant quer dizer nesta passagem, por um caso em que eu alcanço conhecimento por meio de uma nota, é um caso em que eu julgo que uma representação, digamos, a representação do homem que eu posso ver na minha frente, se enquadra em um conceito, isto é, o conceito de ser um homem, com base no fato de que esta representação tem como parte uma representação que é comum a um número de outras representações, por exemplo, a representação de ter olhos.

Há, contudo, outras formas de compreender a afirmação de Kant de que o conhecimento discursivo é conhecimento por meio de uma nota. Uma leitura possível é sugerida pelas afirmações de Kant sobre a natureza do juízo na *Crítica*. Aqui Kant escreve:

O juízo é [...] o conhecimento mediato de um objecto, portanto a representação de uma representação desse objecto. Em cada juízo há um conceito válido para diversos conceitos e que, nesta pluralidade, compreende também uma dada representação, referindo-se esta última imediatamente ao objecto. Assim, neste juízo, por exemplo, todos os corpos são divisíveis, o conceito de divisível refere-se a diversos outros conceitos; entre eles refere-se aqui, particularmente, ao conceito de corpo, e este, por sua vez, a certos aparecimentos [*Erscheinungen*] que se apresentam a nós. | Estes objectos são, pois, apresentados mediamente pelo conceito de divisibilidade. (*KrV* A 68-69 / B 93-94).

A afirmação de Kant parece ser a de que o que faz com que um juízo seja considerado uma forma mediata ou indireta de conhecimento é o fato de, num juízo, em vez de atribuirmos um conceito, no exemplo de Kant, o conceito de divisibilidade, diretamente a um objeto, por exemplo, ao livro que está na mesa à minha frente, o atribuimos a outro conceito, no exemplo de Kant, o conceito de corpo, cujo conceito já está relacionado com o objeto.

O problema com esta leitura é que ela assume que aquilo que pode ser uma característica accidental do exemplo de Kant, é essencial para o argumento que ele está a defender, ou seja, que o conceito de divisibilidade está relacionado com outro conceito, e não com, digamos, uma intuição de um objeto. Mas, há razões para pensar, que esta não é a intenção de Kant. Pouco antes de afirmar que o juízo é “o conhecimento mediato de um objeto”, Kant escreve: “Como nenhuma representação, excepto a intuição, se refere imediatamente ao objecto, um conceito nunca é referido imediatamente a um objecto, mas a qualquer outra representação” (*KrV* A 68 / B 93).

Isto sugere, que Kant permite um juízo em que começamos com a mera intuição de um objeto, digamos, a intuição do livro na mesa à minha frente e pensamos na ligação desta intuição a um conceito, por exemplo, o conceito de um corpo. Tal juízo é válido como um conhecimento mediado de um objeto, em virtude do fato de o objeto ser conhecido por meio da representação de que existe uma ligação entre uma representação deste objeto, isto é, a intuição do livro na mesa à minha frente, e outra representação, neste caso, o conceito de corpo. Se isto estiver correto, então podemos entender o que Kant diz de forma mais simples sobre a afirmação de que o conhecimento discursivo é conhecimento por meio de uma nota.

Nesta leitura, o que Kant quer dizer com um caso em que alcanço o conhecimento por meio de uma nota é apenas um caso em que julgo que uma representação, digamos, a representação do homem que consigo ver à minha frente, tem como parte uma representação que é comum a várias outras representações, por exemplo, como já mencionamos, a representação de ter olhos. O conhecimento discursivo não exige mais do que o juízo. Mesmo um juízo arbitrário conta como conhecimento por meio de uma nota nesta leitura, uma vez que é o conhecimento que envolve um conceito e um conceito é uma nota, isto é, uma representação do que é comum a muitas coisas.

2.4 Teorias sobre o conceito de “conhecimento empírico” e a fundamentação epistemológica do conhecimento empírico de Kant

Com razão, há na literatura que investiga a epistemologia de Kant, interpretações modelares importantes, que nos orientam e nos prestam apoio para a compreensão do seu pensamento sobre o conceito de conhecimento empírico. Neste item, nossa proposta é analisar e discutir brevemente algumas dessas interpretações alternativas e apresentar a fundamentação epistemológica de Kant para o conhecimento empírico.

Por um lado, temos alguns comentadores (cf. Allison, 2004; Kitcher, 1990), que defendem a tese de que há “duas etapas cognitivas interdependentes”⁷⁵, que possibilitam a elaboração da experiência, a saber: a “cognição empírica (*empirical cognition*), e o conhecimento empírico (*empirical knowledge*)”⁷⁶. Esta “interpretação”⁷⁷ afirma que a cognição empírica, enquanto processo primário de apreensão sensorial, designa a faculdade pela qual o

⁷⁵ É importante notar que a terminologia precisa pode variar entre os comentadores, mas a ideia de um processamento da experiência que envolve uma etapa inicial de organização sensorial e uma etapa subsequente de conceitualização pelo entendimento é uma interpretação comum e amplamente defendida da filosofia kantiana.

⁷⁶ Embora o termo exato *empirical cognition* seja uma tradução moderna do conceito kantiano (*empirische Erkenntnis*) para o inglês, a formulação precisa dessas duas palavras juntas não aparece textualmente na edição original alemã da *Crítica da Razão Pura* (*Kritik der reinen Vernunft*). Ao ler traduções para o inglês, podemos encontrar a ideia de *empirical cognition* expressa de diversas maneiras ao longo do texto. Por um lado, há tradutores que usam termos como *empirical knowledge*, *knowledge from experience*, *empirical apprehension*. Por outro lado, há alguns tradutores que fazem até uma citação direta de Kant com essa exata formulação em inglês, por exemplo, a edição inglesa da *Crítica* publicada pela Cambridge (1999), sob a supervisão editorial de importantes comentadores da obra de Kant. Cito a passagem: “*On the difference between pure and empirical cognition*”. No original “*Von dem Unterschiede der reinen und empirischen Erkenntnis*” (da diferença entre conhecimento puro e conhecimento empírico) (cf. KrV B 1). Nessa interpretação, o termo *empirical knowledge* é traduzido da palavra alemã *Wissen*. Neste sentido, há uma distinção conceitual entre os termos *Wissen* e *empirische Erkenntnis*.

⁷⁷ As diferenças elencadas nessa interpretação defendida pelos comentadores sobre os conceitos de cognição empírica e conhecimento empírico, residem principalmente no seu escopo e no nível de elaboração conceitual envolvido. Embora interligados, eles representam estágios distintos no processo de aquisição de saber sobre o mundo através da experiência. Cognição empírica envolve um nível inicial de organização e estruturação da experiência através das formas puras da sensibilidade e das categorias. Enquanto que o conhecimento empírico requer uma elaboração conceitual mais explícita e consciente. Formular um juízo como “O sol esquentará a pedra” implica uma reflexão sobre a relação entre duas representações e a aplicação da categoria de causalidade de maneira mais deliberada. O conhecimento empírico envolve a articulação dessas relações em proposições que podem ser comunicadas e avaliadas quanto à sua verdade. Em suma, enquanto a cognição empírica descreve o processo fundamental de como a experiência é recebida, organizada e apreendida pelo nosso aparato cognitivo, o conhecimento empírico representa o resultado desse processo, formalizado em juízos que afirmam relações objetivas sobre o mundo experimentado. O conhecimento empírico pressupõe e se fundamenta na cognição empírica, mas vai além dela ao envolver uma elaboração conceitual mais explícita e uma formulação em forma de juízo.

sujeito epistêmico recebe e organiza as informações provenientes do mundo externo, inicialmente estruturadas pelas formas *a priori* da sensibilidade (espaço e tempo). Este estágio fundamental implica uma receptividade passiva aos dados sensíveis, concomitantemente a uma organização estrutural inerente à arquitetura cognitiva do sujeito. O conhecimento empírico, por sua vez, ultrapassa a mera recepção e organização sensorial, configurando-se como o produto de uma elaboração conceitual ativa por parte do entendimento. Ele emerge através da aplicação das categorias do entendimento sobre o diverso (*manifold*) da intuição sensível, culminando na formulação de juízos sintéticos *a posteriori*. Tais juízos, cuja validade é dependente da experiência, estabelecem relações objetivas entre conceitos e representações, constituindo o corpo do saber empírico.

Por outro lado, temos outros comentadores (cf. Guyer, 1987; Ameriks, 1978), que defendem a interpretação de que o que Kant considera como sendo cognição empírica (*empirical cognition*), deve ser entendido como sendo o mesmo que conhecimento empírico (*empirical knowledge*). A tese defendida, centra-se na afirmação de que, para Kant, não existe uma distinção cognitiva relevante entre os termos. Em outras palavras, esses comentadores argumentam que os dois termos são, na prática, utilizados por Kant como sinônimos ou que um implica necessariamente o outro no processo de compreensão da experiência. Com base nessa perspectiva comentadores como Guyer (1987) e Ameriks (1978) desafiam uma possível leitura que estabeleceria uma hierarquia ou separação entre os dois conceitos no sistema kantiano. Ao defenderem que o que Kant denomina conhecimento empírico já implica ou é sinônimo de cognição empírica, esses intérpretes sugerem que o processo de conhecer empiricamente o mundo já é, intrinsecamente, uma forma de conhecimento estabelecido.

Essa interpretação tem implicações importantes para a compreensão da epistemologia kantiana. Se não há uma distinção cognitiva significativa entre os dois termos, então a formação do conhecimento empírico não seria um processo posterior ou derivado de uma cognição empírica não conceitualizada, como sugere a primeira interpretação. Em vez disso, a própria apreensão da experiência sensível já estaria imbricada com as estruturas cognitivas que possibilitam o conhecimento. Essa leitura pode reforçar a ideia de que as categorias do entendimento, são constitutivas da própria experiência inteligível, moldando a forma como apreendemos e conhecemos o mundo empírico desde o início. Portanto, a tese defendida por Guyer e Ameriks aponta para uma visão mais integrada do processo cognitivo em Kant, onde a experiência e o entendimento estão intrinsecamente ligados na gênese do conhecimento empírico, não há uma etapa cognitiva intermediária que possa ser claramente distinguida como uma mera cognição desprovida de implicações para o conhecimento.

Com efeito, para o estudo aprofundado da epistemologia kantiana e suas implicações, consideramos importante a compreensão das duas teses sobre a constituição do conhecimento empírico. Nesse sentido, dedicaremos especial atenção às possíveis objeções à interpretação defendida por Guyer e Ameriks. Consideramos que ao argumentarem pela indistinção cognitiva entre conhecimento empírico e cognição empírica em Kant, esses autores conferem uma importância fundamental à interpretação do pensamento kantiano. Sua perspectiva desafia modelos como de Allison e Kitcher, que sugerem uma recepção passiva dos dados sensoriais, enfatizando, em contrapartida, o papel ativo e constitutivo do entendimento desde o momento inicial da experiência. Ao postular que a própria apreensão empírica já está intrinsecamente ligada à aplicação das categorias, essa leitura reforça a ideia de uma síntese originária e necessária entre sensibilidade e entendimento, lançando luz sobre como a estrutura do nosso ânimo molda fundamentalmente a nossa experiência do mundo e o próprio conhecimento que podemos ter dele. Por essa razão, a análise das críticas a essa visão se revela essencial para uma compreensão mais completa da dinâmica entre sensibilidade e entendimento.

Certamente, há algumas objeções (p.ex. Allison, 2004; Kitcher, 1990; Strawson, 1966) possíveis à afirmação de que o que Kant quer dizer com conhecimento empírico seja o mesmo que cognição empírica. Uma dessas objeções tem a ver com a ligação entre um estado de conhecimento e a sua “justificação”⁷⁸. Se Ameriks (cf. 1978, p. 273) e Guyer (cf. 1987, p. 85), postulantes dessa segunda tese tiverem razão, então Kant considera que atingimos um estado de conhecimento empírico apenas se estivermos justificados em pensar que algo é uma coisa e não outra. Pois só sei que algo é, se estiver justificado em pensar que é. Em outras palavras, se a interpretação de Guyer e Ameriks for correta, então, para Kant, atingir um estado de conhecimento empírico implica estar justificado em pensar que algo é de determinada maneira, ou seja, ter conhecimento significaria ter razões ou fundamentos para pensar o que se pensa.

O problema com essa interpretação, de acordo com a objeção, é que há indícios no pensamento kantiano de que as considerações acerca das razões ou justificativas para o pensamento são irrelevantes para a questão de se um estado de conhecimento foi ou não atingido no sentido que Kant tem em mente. Essas considerações seriam relevantes apenas para

⁷⁸ A teoria de Guyer e Ameriks estabelece uma interpretação que unifica “cognição empírica” e “conhecimento empírico” no sistema kantiano, destacando as amplas implicações dessa visão para a compreensão da epistemologia de Kant, especialmente no que tange ao papel ativo do entendimento na constituição da experiência. A crítica a essa interpretação, por sua vez, levanta uma objeção substancial a essa unificação, apontando para a possível desconexão entre o ato de conhecer (cognição/conhecimento) e a exigência de justificação.

uma questão muito diferente, sugerindo que a justificação pode não ser um requisito intrínseco para o fato de conhecer no sentido de ter uma cognição, segundo Kant.

Para ver porque é que isto é verdade, é necessário olhar para uma passagem de texto no final da *Crítica*, na “doutrina transcendental do método”. Aqui, Kant distingue três estados de espírito em que podemos nos encontrar. Ele escreve:

A crença ou a validade subjectiva do juízo [...] apresenta os três graus seguintes: *opinião* [Meinen], *fé* [Glauben] e *ciência* [Wissen]. A *opinião* é uma crença, que tem consciência de ser insuficiente, *tanto* subjectiva *como* objectivamente. Se a crença apenas é subjectivamente suficiente e, ao mesmo tempo, é considerada objectivamente insuficiente, chama-se *fé*. Por último, a crença, tanto objectiva como subjectivamente suficiente, recebe o nome de *saber* [Wissen]. A suficiência subjectiva designa-se por *convicção* (para mim próprio); a suficiência objectiva, por *certeza* (para todos). (KrV A 822 / B 850)⁷⁹

Podemos dizer que, o que Kant considera aqui é a seguinte distinção: Se eu penso que algo é, digamos, se penso que há nuvens sobre Uberlândia, uma questão que posso colocar é porque é que penso que seja assim. Como Kant diz a certa altura, posso perguntar quais são as “causas subjectivas” desta “ocorrência no [meu] entendimento” (KrV A 820 / B 848). Agora suponhamos que penso, por exemplo, que o futebol brasileiro é mais agradável de assistir do que o futebol espanhol. E suponhamos que nem sequer tenho consciência das razões pelas quais penso que isto é verdade, e muito menos tenho consciência de que estas considerações me justificam a pensar que isto é verdade.

Nesse caso, o fato de eu considerar que isto é verdade é um caso de mera “opinião” no sentido de Kant. Se, no entanto, estou perfeitamente consciente das razões pelas quais penso que o futebol brasileiro é mais agradável de ver do que o futebol espanhol, mas ainda não estou consciente de que estas considerações me justificam a pensar que isto é verdade, o fato de eu tomar isto como verdade é uma questão de “acreditar”. Nos termos de Kant, o fato de eu tomar isto como verdade é subjetivamente suficiente, mas objetivamente insuficiente. Por fim, se estou consciente das razões pelas quais penso que o futebol brasileiro é mais agradável do que o futebol espanhol e que estas razões são suficientes para justificar pensar nesta comparação, o fato de eu tomar isto como verdadeiro é um caso de “saber” no sentido de Kant.

⁷⁹ No original: Das Fürwahrhalten, oder die subjektive Gültigkeit des Urteils, in Beziehung auf die Überzeugung (welche zugleich objektiv gilt), hat folgende drei Stufen: Meinen, Glauben und Wissen. Meinen ist ein mit Bewußtsein sowohl subjektiv, als objektiv unzureichendes Fürwahrhalten. Ist das letztere nur subjektiv zureichend und wird zugleich für objektiv unzureichend gehalten, so heißt es Glauben. Endlich heißt das sowohl subjektiv als objektiv zureichende Fürwahrhalten das Wissen. Die subjektive Zulänglichkeit heißt Überzeugung (für mich selbst), die objektive, Gewißheit (für jedermann).

Se nossa leitura da distinção tripla de Kant entre saber, acreditar e ter uma opinião estiver correta, há razões para questionar a afirmação ou a interpretação de que um estado de conhecimento empírico seja o mesmo que um estado de cognição empírica para Kant. O conceito que Kant seleciona através da palavra alemã “*Wissen*”, parece estar muito próximo do nosso conceito comum de conhecimento. No entanto, não há provas de que Kant trate a palavra “*Wissen*” como sinónimo de “*Erkenntnis*”⁸⁰, ou seja, como conhecimento. Kant parece tratar estes conceitos como inteiramente distintos.

Van Cleve levantou uma objecção diferente à interpretação defendida por Ameriks e Guyer. Esta objecção baseia-se no que Kant nos diz sobre o conceito de verdade na introdução à lógica transcendental. Aqui, Kant refere-se à “velha e famosa pergunta pela qual se supunha levar à parede os lógicos, tentando forçá-los a enredar-se em lamentável dialelo ou a reconhecer a sua ignorância e, por conseguinte, a vaidade de toda a sua arte, é esta: *Que é a verdade?*” (*KrV* A 57-58 / B 82).

A definição nominal do que seja a verdade, que consiste na concordância do conhecimento com o seu objecto, admitimo-la e pressupomo-la aqui; pretende-se, porém, saber qual seja o critério geral e seguro da verdade de todo o conhecimento. (*KrV* A 58 / B 82).

A maioria dos comentadores assume que esta definição nominal de verdade é aquela em que o próprio Kant está empenhado. Isto não é óbvio com base nas linhas que acabamos de citar. A afirmação de Kant aqui é que a definição de verdade como o acordo do conhecimento com o seu objeto é pressuposta por aqueles que tentam embaraçar os lógicos perguntando-lhes o que é a verdade. Kant é igualmente descomprometido mais tarde, na mesma seção da *Crítica*, onde escreve:

Se a verdade consiste na concordância de um conhecimento com o seu objecto, esse objecto tem, por isso, de distinguir-se de outros; pois um conhecimento é falso se não concorda com o objecto a que é referido, embora contenha algo que poderia valer para outros objectos. (*KrV* A 58 / B 82).

No entanto, há provas suficientes para atribuir esta definição nominal de verdade ao próprio Kant. Na “Segunda Analogia” (*KrV* A 189 / B 232) da experiência ele escreve:

⁸⁰ Para Caygill, a distinção de Kant entre *Erkenntnis*, *Wissen* e *Denken*, não tem sido sempre respeitada pelos seus tradutores, nem ocasionalmente pelo “próprio Kant” (2000, p.68). O termo *Erkenntnis* pode ser traduzido tanto como conhecimento quanto como cognição do alemão para o português, dependendo do contexto e da ênfase que se deseja dar. Não há uma diferença marcante entre os termos no português, que justifique usá-los para designar duas etapas cognitivas distintas, ou que façam referência a termos distintos no original, do mesmo modo que é defendido pelos comentadores citados no texto.

“Logo se vê que, sendo a verdade o acordo do conhecimento com o objecto, aqui apenas se podem indagar as condições formais da verdade empírica” (*KrV* A 191 / B 236).

E no Apêndice à dialética transcendental escreve:

[...] as últimas [Categorias] [levam] à verdade, isto é, à concordância dos nossos conceitos com o objecto, enquanto as primeiras [as ideias transcendentais] produzem uma simples aparência, embora inevitável, cujo engano mal se pode afastar pela crítica mais penetrante. (*KrV* A 642 / B 670).

Van Cleve argumenta que a aceitação por Kant desta definição de verdade, cria um problema para aqueles que interpretam o seu conceito de conhecimento empírico, como sendo o mesmo que um conceito de cognição empírica. Ele escreve que “se por [conhecimento na sua definição de verdade] ele [isto é, Kant] quisesse dizer crença verdadeira justificada, esta definição seria circular” (1999, p.77 – tradução nossa)⁸¹. A ideia aqui é a seguinte: Se o que Kant quer dizer com conhecimento fosse o mesmo que cognição, então a cognição seria um estado do ânimo que requer uma crença verdadeira e justificada. Mas, nesse caso, Kant subscreveu uma definição de verdade como a concordância de um tipo particular de estado do ânimo verdadeiro com o seu objeto. E assim o conceito de verdade está presente na própria definição de verdade de Kant, o que significa que a definição parece circular.

Consideramos que estas objeções nos dão boas razões para rejeitar a interpretação apresentada acima de que o que Kant quer dizer com conhecimento empírico seja o mesmo que um estado de cognição empírica. Com razão, não devemos assumir que a estratégia de Kant na dedução é investigar as condições que devem ser satisfeitas se quisermos alcançar um estado de conhecimento empírico. Pelo contrário, o que Kant pensa que temos de fazer para levar a cabo uma dedução das categorias é mostrar que a concordância de um objeto com as categorias é necessária se quisermos estabelecer uma relação com esse objeto, ou seja, se quisermos fazer um juízo de experiência sobre esse objeto. Isso implica que a validade objetiva das categorias não se fundamenta em uma descrição de como o conhecimento empírico de fato ocorre, mas sim nas condições que tornam possível a própria atividade de julgar do entendimento e, portanto, de conhecer objetos de forma determinada e objetiva. A dedução, portanto, busca estabelecer que as categorias são constitutivas da própria objetividade dos objetos da experiência, na medida em que são as regras *a priori* que governam a síntese da multiplicidade

⁸¹ No original: “if by he meant justified true belief, this definition would be circular”.

da intuição, possibilitando a unidade da apercepção e a formação de juízos com validade universal e necessária.

2.5 A unidade da apercepção e o ato de julgar

Até agora nesta pesquisa, apresentamos pontos importantes sobre o objetivo e a estratégia da dedução de Kant. No primeiro capítulo, argumentamos que o que Kant está tentando fazer na dedução é explicar como é que as categorias ou conceitos puros do entendimento são capazes de servir como representações de objetos. Mostramos que um conceito serve como uma representação de um objeto no sentido que Kant considera, na medida em que está em uma relação de concordância necessária com um objeto. Finalmente, argumentamos que Kant pensa que as categorias estão em uma relação de concordância necessária com os objetos, porque é necessário que um objeto esteja em concordância com as categorias para ser um objeto de experiência.

Por conseguinte, até aqui neste segundo capítulo, argumentamos que Kant pensa que é necessário que um objeto esteja em concordância com as categorias para ser um objeto de experiência, precisamente, porque ele considera que é necessário que seja um objeto do pensamento. Explicamos que o que Kant quer dizer com um caso em que alguém alcançou o pensamento de um objeto, isto é, o que ele quer dizer com um caso em que alguém exerceu sua faculdade do entendimento em relação a um objeto, significa que essa pessoa fez um juízo sobre um objeto, digamos, o juízo de que há nuvens sobre Uberlândia. Se o que apresentamos no primeiro capítulo e até aqui neste segundo estiver correto, o objetivo de Kant na dedução das categorias, é estabelecer que é necessário que um objeto esteja em concordância com as categorias se quisermos fazer um juízo sobre ele. Ele considera que se investigarmos as condições que devem ser satisfeitas para que alguém faça um juízo sobre um objeto, descobriremos que essas condições incluem a concordância desse objeto com as categorias.

Pois bem, neste item, nos concentramos no que é para nós, sem dúvida, a afirmação mais importante no argumento de Kant, a saber, a afirmação que ele chama de “Princípio da Unidade Sintética Originária da Apercepção” (cf. *KrV* B 137). A primeira conclusão a que chegamos neste item é que o princípio da unidade sintética originária da apercepção, é uma afirmação sobre as condições que devem ser satisfeitas se quisermos fazer um juízo sobre um

objeto, isto é, uma afirmação sobre as condições que devem ser satisfeitas se quisermos fazer uso da nossa faculdade do entendimento. A segunda conclusão a que chegamos neste item é que o princípio da unidade sintética originária da apercepção, consiste na afirmação de que se formos fazer um juízo sobre um objeto, se, isto é, formos fazer uso da nossa faculdade do entendimento, então essas condições devem ser satisfeitas se formos atingir um tipo muito especial de consciência, em particular, a consciência de que conectamos uma série de nossas representações de uma forma que era necessário para nós conectá-las. Nossa terceira e última conclusão neste item é que Kant identifica um conceito puro do entendimento com a consciência de que conectamos uma série de nossas representações.

Podemos afirmar que o princípio da unidade sintética originária da apercepção de Kant, pode ser entendido precisamente como uma afirmação sobre o que consiste o ato de juízo, isto é, sobre a definição determinada de um juízo em geral. É a afirmação de que, como Kant coloca no §19 da segunda edição da dedução, “um juízo mais não é do que a maneira de trazer à unidade *objectiva* da apercepção” (KrV B 141). Tudo o que é necessário para completar a dedução das categorias, uma vez que esta afirmação tenha sido estabelecida, é notar que é por meio das categorias que as representações dadas são trazidas à “unidade objetiva” ou, em outras palavras, à unidade sintética originária da apercepção.

Começamos por dizer que, apresentamos neste item o que Kant nos diz nos §17 e §19 da segunda edição da dedução, para justificar nossa conclusão de que o princípio da unidade sintética originária da apercepção é uma afirmação sobre as condições que devem ser satisfeitas se quisermos fazer um juízo sobre um objeto, isto é, se quisermos exercer nossa faculdade do entendimento. Mostramos que essa conclusão é apoiada por evidências textuais na primeira edição da dedução. Finalmente, apresentamos que essa consideração é consistente com as afirmações de Kant na passagem do texto que está intimamente associada mais do que qualquer outra com o princípio da unidade sintética originária da apercepção, isto é, o início do §16 da segunda edição da dedução. No restante do item, voltamos para a questão de como o conceito de Kant da unidade sintética originária da apercepção deve ser entendido. Nos concentramos no conceito de apercepção em geral de Kant, e em seu conceito de apercepção original em particular. Argumentamos que o que Kant quer dizer com apercepção é a consciência de um estado do ânimo como aquele que serve como representação de um objeto, e que o que ele quer dizer com apercepção original é a consciência de um estado do ânimo como aquele que serve como representação de um objeto *a priori*, isto é, em virtude do fato de que o objeto se conforma ao estado do ânimo

Com efeito, o título do §17 da segunda edição da dedução é: “O Princípio da Unidade Sintética da Apercepção é o Princípio Supremo de todo o uso do Entendimento” (*KrV* B 136). A seção começa:

O princípio supremo da possibilidade de toda a intuição, relativamente à sensibilidade, era, segundo a estética transcendental, o seguinte: que todo o diverso da intuição estivesse submetido às condições formais do espaço e do tempo. O princípio supremo desta mesma possibilidade em relação ao entendimento é que todo o diverso da intuição esteja submetido às condições da unidade sintética originária da apercepção. Ao primeiro destes princípios estão submetidas todas as representações diversas da intuição, na medida em que nos são *dadas*; ao segundo, na medida em que têm de poder ser *ligadas* numa consciência; de outro modo, nada pode, com efeito, ser pensado ou conhecido, porque as representações dadas, não tendo em comum o acto de apercepção *eu penso* não estariam desse modo reunidas numa autoconsciência (*KrV* B 136-137).

Lembre-se de que na passagem para a dedução transcendental das categorias, Kant especifica duas condições que devem ser satisfeitas para que alguém alcance um estado de conhecimento empírico. Primeiro, essa pessoa deve adquirir uma intuição empírica de um objeto e, segundo ela deve pensar ou formar um conceito do objeto dessa intuição empírica (cf. *KrV* A 92-93 / B 125-126). Para colocar o ponto de outra forma, essa pessoa deve fazer uso da sua “faculdade da sensibilidade” (*Vermögen der Sinnlichkeit*) e deve fazer uso da sua faculdade do entendimento.

Agora, o princípio que Kant menciona na primeira frase do §17 é uma afirmação sobre as condições que devem ser satisfeitas por uma intuição se ela for adquirida por meio da nossa sensibilidade. Desta forma, é a afirmação de que essa intuição deve ser uma intuição de um objeto no espaço ou no tempo. O princípio que Kant menciona na segunda frase do §17, por outro lado, é uma afirmação sobre as condições que devem ser satisfeitas por uma intuição se alguém pensar ou formar um conceito do objeto dessa intuição. Especificamente, é a afirmação de que essa intuição deve satisfazer as condições da unidade sintética originária da apercepção. Se as intuições falham em satisfazer as condições da unidade sintética originária da apercepção, então elas não têm ou, melhor, não podem ter, o ato de apercepção que penso em comum, do que se segue que nada pode ser pensado ou conhecido por meio delas (cf. *KrV* B 137).

Para colocar esse ponto de outra forma, a afirmação de Kant na segunda frase do §17 é que se alguém fizer uso da faculdade do entendimento, ela deve adquirir uma intuição de um objeto que satisfaça as condições da unidade sintética originária da apercepção. Podemos concluir, que neste sentido este princípio de Kant é uma afirmação sobre as condições que

devem ser satisfeitas por uma intuição se quisermos fazer uso da nossa faculdade do entendimento, em relação à intuição de um objeto.

Esta conclusão é corroborada pelo que Kant nos diz no §19 da segunda edição da dedução. Esta é a seção da dedução onde Kant chega mais perto de cumprir sua observação feita nos *Primeiros Princípios Metafísica da Ciência da Natureza*, de que o problema como a experiência é possível por meio das categorias: “pode levar a cabo mediante uma única conclusão a partir da definição exatamente determinada de um juízo em geral (de uma ação pela qual as representações dadas se tomam, em primeiro lugar, conhecimentos de um objeto).” (MAN: 04, 21).

No início do §19, Kant faz duas críticas ao que ele chama de definição de juízo dos lógicos:

Nunca me pude contentar com a explicação que os lógicos dão de um juízo em geral; é, segundo dizem, a representação de uma relação entre dois conceitos. Sem entrar em disputa sobre o errôneo da explicação (embora deste engano proviessem consequências nefastas para a lógica), porquanto apenas serve para os juízos *categóricos*, mas não para os juízos hipotéticos e disjuntivos (que não contém uma relação de conceitos, mas sim de juízos), apenas farei notar que aí se não determina em que consiste essa *relação*. (KrV B 140-141).

A primeira crítica de Kant, é que a definição de juízo dos lógicos não abrange juízos hipotéticos e juízos disjuntivos. O que Kant quer dizer com um juízo categórico é um juízo sobre a forma: (A é B). Juízos desse tipo incluem o juízo de que Sócrates é mortal e o juízo de que todos os homens são mortais. O que Kant quer dizer com um juízo hipotético é um juízo sobre a forma: (Se A então B). Um exemplo de um juízo hipotético que Kant fornece na *Crítica* é: “Se houver justiça perfeita, o mau obstinado será castigado” (KrV A 73 / B 98). Finalmente, o que Kant quer dizer com um juízo disjuntivo é um juízo sobre a forma: (Ou A, ou B, ou C etc). (e não A e B e C etc.). O exemplo de Kant de um juízo disjuntivo é: “o mundo existe por cego acaso, ou por necessidade interior ou por causa exterior” (KrV A74 / B 99).

Agora, Kant pensa que um juízo hipotético consiste na representação de uma relação entre dois juízos, digamos, entre o juízo de que há justiça perfeita e o juízo de que o mau obstinado será castigado. Ele pensa que um juízo disjuntivo consiste na representação de uma relação entre dois ou mais juízos. E então ele rejeita a definição de um juízo como a representação de uma relação entre dois conceitos.

Aqui pode surgir uma objeção ao que Kant disse até agora no §19. Ele alegou que um juízo hipotético consiste na representação de uma relação entre dois juízos. Se ele estiver correto, então o que é para mim julgar que, se há justiça perfeita, então o mau obstinado será

castigado, é para mim representar uma relação entre o juízo de que há uma justiça perfeita e o juízo de que o mau será castigado. Mas, isso sugere que não posso julgar que o mau será castigado, a menos que eu julgue que há uma justiça perfeita, e que o mau obstinado será castigado. Pois parece que posso representar uma relação entre esses juízos somente se eu puder representar os juízos em si. E posso representar os juízos em si somente se, eu realmente fizer esses juízos.

Para avaliar essa objeção, é necessário que tenhamos em mente o conceito de Kant sobre a modalidade de juízos. Kant pensa que um juízo pode ter a modalidade “Problemáticos”, “Assertóricos” ou “Apodícticos” (cf. *KrV* A 70 / B 95). Ele escreve:

Juízos problemáticos são aqueles em que se atribui à afirmação ou negação um valor apenas *possível* (arbitrário); *assertóricos* são os juízos em que esse valor é considerado *real* (verdadeiro); *apodícticos* aqueles em que se considera esse valor *necessário*. (*KrV* A 75 / B 100)

Kant claramente pensa que é importante que, quando formamos o juízo hipotético de que se há justiça perfeita então o mau obstinado será castigado, os juízos que representamos como relacionados uns aos outros são juízos problemáticos. Como ele mesmo coloca:

Assim, ambos os juízos que constituem a relação do juízo hipotético [...] são apenas problemáticos [...]. No exemplo acima, a proposição: Há uma justiça perfeita não é afirmada assertoricamente, é pensada como um juízo a decidir, que é possível alguém admitir, e só a consequência é assertórica. (*KrV* A 75 / B 100).

Não está imediatamente claro como essa resposta à objeção deve ser entendida. Como a objeção tem pouca relação com nossos objetivos neste item, vamos deixá-las de lado.

O aspecto mais importante da discussão de Kant no §19, no que diz respeito a esta pesquisa é sua segunda crítica à definição de juízo dos lógicos. Kant observa que, em que consiste esta relação, ou seja, em que consiste a relação entre dois conceitos, ou dois ou mais juízos que é representada em um juízo, não é aqui determinado (cf. *KrV* B 141). Desta vez, a objeção de Kant é que a definição dos lógicos é muito ampla. Kant considera que há algo distintivo sobre a relação entre conceitos ou juízos que é representada em um juízo. E ele pensa que uma definição adequada de um ato de julgar deve incluir uma resposta à questão de qual é essa relação. Tal definição deve distinguir o tipo de relação que é representada em um juízo do tipo de relação que é representada em outros estados do ânimo. É precisamente neste sentido que uma definição adequada de juízo deve determinar a relação que é representada em um ato de julgar.

A própria resposta de Kant à questão em que consiste esta relação fica clara nas próximas linhas do §19. Aqui ele escreve:

Quando, porém, atento com mais rigor na relação existente entre os conhecimentos dados em cada juízo e a distinção, como pertencente ao entendimento, da relação segundo as leis da imaginação reprodutiva (que apenas possui validade subjectiva), encontro que um juízo mais não é do que a maneira de trazer à unidade *objectiva* da apercepção conhecimentos dados [cognição]. A função que desempenha a cópula “é” nos juízos visa distinguir a unidade objectiva de representações dadas da unidade subjectiva. Com efeito, a cópula indica a relação dessas representações à apercepção originária e à sua *unidade necessária* [...]. (KrV B 141 -142)

A alegação de Kant, nessas linhas, é que o que é distintivo sobre um ato de julgar é o fato de que as representações – pelas quais Kant quer dizer os conceitos ou juízos – que são unidas em um ato de julgar estão relacionadas de alguma forma à unidade objetiva da apercepção ou, em outras palavras, à “apercepção originária” e sua “unidade necessária”. No título do §19, Kant coloca o ponto da seguinte forma: “A Forma Lógica de Todos os Juízos Consiste na Unidade Objectiva da Apercepção dos Conceitos aí Contidos” (KrV B 140).

Agora, é razoável supor que o que Kant quer dizer com a unidade necessária da apercepção original, no §19, é o mesmo que ele quer dizer com a unidade sintética originária da apercepção no §17. Se isso estiver correto, então a afirmação de Kant no §19 é que há uma conexão importante entre o ato de julgar e a unidade sintética originária da apercepção. No entanto, Kant pensa que é somente por meio do ato de julgar que fazemos uso da nossa faculdade do entendimento, “o *entendimento* em geral”, ele escreve, “pode ser representado como uma *faculdade de julgar* [*Vermögen zu urteilen*]” (cf. KrV A 69 / B 94).

Então, a afirmação de Kant no §19 da segunda edição da dedução das categorias, também pode ser expressa como uma afirmação sobre o uso da faculdade do entendimento. É a afirmação de que, o que é essencial para o uso da faculdade do entendimento é uma relação entre nossos conceitos ou juízos e a unidade sintética originária da apercepção. Então, aqui, como no §17, o conceito da unidade sintética originária da apercepção é introduzido no argumento de Kant, no contexto de uma afirmação sobre a faculdade do entendimento. A afirmação é que se olharmos cuidadosamente para o que está envolvido em fazer uso do entendimento, descobrimos que envolve a unidade sintética originária da apercepção. E é um corolário dessa afirmação que se formos fazer uso do nosso entendimento em relação à nossa intuição de um objeto, então essa intuição deve satisfazer as condições da unidade sintética originária da apercepção.

Esta afirmação acerca da posição do conceito de Kant da unidade sintética originária da apercepção na dedução das categorias é controversa. Compare as interpretações defendidas por dois comentaristas. Guyer pensa que Kant adota uma série de estratégias diferentes no decorrer da dedução. Uma destas estratégias é mostrar que as categorias são objetivamente válidas, investigando as condições que devem ser satisfeitas se quisermos fazer uso da nossa faculdade do entendimento, isto é, se quisermos fazermos juízos. Guyer afirma que:

[...] a tática para a dedução em que Kant obviamente se sentiu mais confiante nos anos imediatamente seguintes à publicação da *Crítica* [...] é o argumento que, a própria ideia de julgamento, implica conhecimento de uma conexão necessária e universal, que só pode ser explicada pela suposição de que temos conhecimento *a priori* das categorias em termos das quais tais julgamentos são feitos (GUYER, 1987, p.94 – tradução nossa)⁸²

Com efeito, a conexão “necessária e universal” que Guyer menciona não tem nada a ver com a unidade sintética originária da apercepção. Guyer afirma claramente que “a unidade da autoconsciência como tal não desempenha qualquer papel no argumento” (cf. 1987, p.95 – tradução nossa)⁸³. Por outro lado, Guyer escreve que:

[...] em cada uma das duas edições da *Crítica*, Kant também tenta deduzir nosso conhecimento *a priori* da validade objetiva das categorias a partir de uma concepção de apercepção como uma forma cognitivamente significativa de autoconsciência que não é, pelo menos imediatamente, simplesmente identificada com julgamentos sobre objetos que reivindicam a verdade necessária (GUYER, 1987, p.131 – tradução nossa)⁸⁴

Desta vez, a linha de argumento que Guyer encontra na dedução de Kant, parte da afirmação de que existe um tipo especial de consciência que de fato alcançamos, especificamente, uma consciência da necessária identidade do eu. A estratégia de Kant, pensa Guyer, é mostrar que as categorias são objetivamente válidas, investigando as condições que devem ser satisfeitas se quisermos alcançar esta consciência da necessária identidade do eu.

⁸² No original: “the tactic for the deduction in which Kant obviously felt the most confidence in the years immediately following the publication of the *Critique* [...] is the argument that the very idea of judgment itself implies knowledge of a necessary and universal connection, which can be explained only by the supposition that we have a priori knowledge of the categories in terms of which such judgments are made”.

⁸³ No original: “the unity of self- consciousness as such plays no role whatever in the argument”.

⁸⁴ No original: “in each of the two editions of the *Critique* Kant does also attempt to deduce our a priori knowledge of the objective validity of the categories from a conception of apperception as a cognitively significant form of self-consciousness which is not, at least immediately, simply identified with judgments about objects claiming necessary truth”.

Assim, Guyer não pensa que Kant introduz a unidade sintética originária da apercepção no seu argumento no contexto de uma afirmação sobre o uso da faculdade do entendimento. Ele não considera que o conceito da unidade sintética originária da apercepção, desempenhe qualquer papel na tentativa de Kant de mostrar que as categorias são objetivamente válidas, através de uma análise da nossa faculdade do entendimento.

Van Cleve, interpreta o papel da unidade sintética originária da apercepção da mesma forma que Guyer. Como já mencionamos, Van Cleve encontra na dedução dois argumentos para a validade objetiva das categorias. O primeiro argumento, Van Cleve chama de “dedução objetiva” (*objective deduction*) (cf. 1999, p.76), ele é elaborado para mostrar que as categorias devem ser objetivamente válidas se quisermos atingir um estado de conhecimento empírico. Em particular, ele é elaborado para mostrar que há uma conexão entre a validade objetiva das categorias e o que Van Cleve chama de “componente conceitual” (*conceptual component*) de um estado de conhecimento empírico (cf. 1999, p.77). Com razão, não há referência neste argumento à unidade da apercepção. Van Cleve pensa que a unidade da apercepção se torna relevante apenas quando nos voltamos para o argumento que ele chama de “dedução subjetiva” (*subjective deduction*) (cf. 1999, p.79). Este argumento para a validade objetiva das categorias, parte da premissa de que “[todas] as representações das quais estou consciente têm unidade de apercepção” (cf. 1999, p.79 – tradução nossa)⁸⁵, que é como Van Cleve interpreta o princípio da unidade sintética originária da apercepção.

Por que Guyer e Van Cleve não consideram que Kant introduz o conceito da unidade sintética originária da apercepção no contexto de uma afirmação sobre as condições que devem ser satisfeitas, se quisermos fazer uso da nossa faculdade do entendimento? Por que eles tomam o argumento de Kant para a validade objetiva das categorias ou, pelo menos, o argumento para a validade objetiva das categorias que gira em torno de uma afirmação sobre a unidade sintética originária da apercepção, para começar com a afirmação de que a unidade sintética originária da apercepção é algo que de fato alcançamos ou que é de fato uma característica de nossas representações? Pensamos que a razão tem a ver com o que Kant diz em uma passagem da *Crítica* que é quase sempre discutida neste contexto, a saber, §16 da segunda edição da dedução. Sobre a “Unidade Originariamente Sintética da Apercepção” (*KrV* B 131). Esta seção começa:

O eu penso deve poder acompanhar todas as minhas representações; se assim não fosse, algo se representaria em mim, que não poderia, de modo algum, ser pensado,

⁸⁵ No original: “representations of which I am conscious have unity of apperception”.

que o mesmo é dizer, que a representação ou seria impossível ou pelo menos nada seria para mim. A representação que pode ser dada antes de qualquer pensamento chama-se *intuição*. Portanto, todo o diverso da intuição possui uma relação necessária ao *eu penso*, no mesmo sujeito em que esse diverso se encontra. (KrV B 131-132).

O que Kant tem em mente quando se refere ao “eu penso”, na primeira frase desta passagem é uma representação especial e, em particular, um tipo especial de consciência do eu, que ele chama de *apercepção original*. Isso fica claro na quarta frase do §16:

Esta representação, porém, é um acto da *espontaneidade*, isto é, não pode considerar-se pertencente à sensibilidade. Dou-lhe o nome de *apercepção pura*, para a distinguir da *empírica* ou ainda o de *apercepção originária*, porque é aquela autoconsciência que, ao produzir a representação *eu penso*, que tem de poder acompanhar todas as outras, e que é una e idêntica em toda a consciência, não pode ser acompanhada por nenhuma outra. (KrV B 131).

Van Cleve, comenta essas passagens, ele escreve que:

A primeira coisa que deve ser percebida sobre a frase recém citada [isto é, a primeira afirmação da primeira frase do §16] é que Kant quer dizer mais do que “O *eu penso* deve *poder* acompanhar todas as minhas representações.” O ‘Eu penso’ deve conectar às minhas representações conjuntamente. (VAN CLEVE, 1999, p.80 – tradução nossa)⁸⁶

Suponha que você tenha exatamente três representações x, y e z. Na visão de Van Cleve, quando Kant afirma que o eu penso deve ser capaz de acompanhar todas as minhas representações, o que ele quer dizer não é que o eu penso deve ser capaz de acompanhar x, e que ele deve ser capaz de acompanhar y, e que ele deve ser capaz de acompanhar z. O que ele quer dizer é que deve ser possível para x, y e z serem “presentes à consciência” (*compresent to consciousness*) (cf. VAN CLEVE, 1999, p.81 – tradução nossa).

Qual razão há para aceitar a interpretação de Van Cleve? Ele chama a atenção para as seguintes linhas da mesma seção da segunda edição da dedução: “A [...] relação [...] [relação com a identidade do sujeito] ainda não acontece por eu acompanhar cada representação com consciência, mas sim por eu adicionar uma representação à outra e estar consciente de sua síntese.” (KrV B 133 – tradução nossa).⁸⁷

⁸⁶ No original: “The first thing that must be realized about the sentence just quoted is that Kant means more than “it must be possible for each of my representations to be accompanied by an ‘I think’.” The ‘I think’ must attach to my representations conjointly”

⁸⁷ No original: “The [...] relation [...] does not yet come about by my accompanying each representation with consciousness, but rather by my adding one representation to the other and being conscious of their synthesis.” Versão da publicação da Cambridge, 1998, página 247.

Na leitura de Van Cleve, o que Kant afirma na primeira frase é que é insuficiente para a unidade sintética originária da apercepção que o eu penso acompanhe cada uma das minhas representações. Mas, esta interpretação da frase gira em torno da suposição de que quando Kant se refere ao fato de que eu penso acompanha cada representação com consciência, o que ele tem em mente é o fato de que eu acompanho cada representação com o eu penso, isto é, com a representação que Kant também chama de “apercepção pura” ou “apercepção originária” (*KrV* B 131). Mas, este não é o caso. Considere as duas frases anteriores do §16:

Acontece que esta identidade total da apercepção de um diverso dado na intuição contém uma síntese das representações e só é possível pela consciência desta síntese. Com efeito, a consciência empírica que acompanha diferentes representações é em si mesma dispersa e sem referência à identidade do sujeito. (*KrV* B 133)

O que Kant afirma aqui é que se levarmos em conta apenas a consciência empírica que acompanha diferentes representações, não encontraremos nenhuma unidade da consciência, ou seja, nenhuma identidade da apercepção. Isso torna razoável considerar a primeira parte da afirmação de Kant na próxima frase do §16 da seguinte forma: A identidade da apercepção não ocorre em virtude do fato de que cada representação é acompanhada pela consciência empírica. E se isso estiver correto, então o que Kant nos diz neste ponto do texto não apoia a interpretação de Van Cleve acerca da primeira afirmação da frase do §16. A afirmação de Kant não é que é insuficiente para a unidade sintética originária da apercepção que cada uma das minhas representações seja acompanhada pela apercepção original, isto é, pelo eu penso; mas sim que é insuficiente para a unidade sintética originária da apercepção que cada uma das minhas representações seja acompanhada pela consciência empírica. Portanto, ainda é razoável interpretar a primeira afirmação da frase do §16, como a alegação de que a representação que penso deve ser capaz de acompanhar cada uma das minhas representações.

Agora, uma das alegações que Kant faz sobre esta afirmação é que ela é analítica. Ele escreve no curso do §16 que: “Este princípio da unidade necessária da apercepção é, na verdade, em si mesmo, idêntico, por conseguinte uma proposição analítica [...]” (*KrV* B 135). E acrescenta no §17, que “esta última proposição”, pela qual ele entende o princípio da unidade sintética originária da apercepção, “é, como dissemos, analítica [...] com efeito, apenas afirma que todas as *minhas* representações, em qualquer intuição dada, têm de obedecer à condição pela qual, enquanto *minhas* representações, somente posso atribuí-las ao eu idêntico [...]” (*KrV* B 138).

Kant nos diz que, o que ele quer dizer com uma proposição analítica é uma proposição onde “[...] o predicado B pertence ao sujeito A como algo que está contido (implicitamente) nesse conceito A, ou B está totalmente fora do conceito A, embora em ligação com ele” (*KrV* A 6 / B 10), ou, em outras palavras, uma proposição onde “[...] a ligação do sujeito com o predicado é pensada por identidade” (*KrV* A7 / B 10). Com efeito, o conceito de analiticidade com referência à distinção entre um caso em que alguém faz uma nova descoberta, isto é, vem a saber algo que não sabia antes, e um caso em que se torna consciente de algo que já sabia. Ao estabelecer uma proposição analítica, digamos, a proposição de que todos os corpos são extensos, eu me torno consciente de algo que já estava contido, ainda que implicitamente, em um dos meus conceitos.

Então, o que Kant quer dizer quando afirma que o princípio que ele introduziu no início do §16, é analítico ou idêntico? A resposta é a seguinte: Parte do que é pensar em uma representação que conte como uma das minhas, é pensar em uma representação que pode ser acompanhada pela representação “eu penso”. O conceito daquilo que pode ser acompanhado pelo eu penso, está contido no conceito de uma representação que seja válida como uma das minhas. Neste sentido, Kant escreve, por exemplo, que:

[...] as diversas representações, que nos são dadas em determinada intuição, não seriam todas representações *minhas* se não pertencessem na sua totalidade a uma autoconsciência; quer dizer, enquanto representações minhas [...] têm de ser necessariamente conformes com a única condição pela qual se *podem* encontrar reunidas numa autoconsciência geral, pois não sendo assim, não me pertenceriam inteiramente. (*KrV* B 132-133)

A ênfase de Kant no pronome – e também na afirmação final da frase – deixa claro que, na sua visão, a menos que uma representação possa ser acompanhada pelo eu penso, ela não conta como uma minha. Em outro lugar no §16, Kant escreve: “O pensamento de que estas representações dadas na intuição *me* pertencem todas equivale a dizer que eu as uno em uma autoconsciência ou pelo menos posso fazê-lo” (*KrV* B 134).

Com esses pontos em mente, podemos começar a ver porque comentaristas como Guyer e Van Cleve, não consideram que o conceito da unidade sintética originária da apercepção é introduzido no argumento de Kant, no contexto de uma afirmação sobre o uso da nossa faculdade do entendimento. O princípio da unidade sintética originária da apercepção é a afirmação de que “todas as *minhas* representações, em qualquer intuição dada, têm de obedecer à condição pela qual, enquanto *minhas* representações, somente posso atribuí-las ao

eu idêntico.” (KrV B 138). É a afirmação de que se uma representação é minha, então eu devo ser capaz de acompanhá-la com a apercepção original ou “eu penso”.

E essa afirmação deve ser analítica. Porque, faz parte do conceito de uma representação que seja válida como uma minha, que eu seja capaz de acompanhá-la com a apercepção originária ou eu penso. No entanto, não há menção óbvia da faculdade do entendimento nesta afirmação. O princípio da unidade sintética originária da apercepção de Kant não parece, à primeira vista, ser uma afirmação sobre as condições que devem ser satisfeitas para que alguém faça uso da faculdade do entendimento ou faça um juízo sobre um objeto. Parece, em vez disso, ser uma afirmação sobre o que deve ser verdade de uma representação para que ela conte como uma das minhas.

No entanto, há uma maneira de evitar essa conclusão. A questão fundamental é esta: O que faz Kant considerar que o princípio da unidade sintética originária da apercepção é verdadeiro? Podemos responder a essa pergunta se olharmos novamente para a segunda metade da primeira frase do §16. Aqui está a frase completa:

O *eu penso* deve *poder* acompanhar todas as minhas representações; se assim não fosse, algo se representaria em mim, que não poderia, de modo algum, ser pensado, que o mesmo é dizer, que a representação ou seria impossível ou pelo menos nada seria para mim. (KrV B 131-132)

O que Kant faz na segunda metade desta frase é descrever as consequências se houver uma representação em mim que não possa ser acompanhada pelo eu penso. A primeira afirmação que ele faz é que se houver tal representação, então há uma representação em mim — presumivelmente, a mesma representação — que não pode ser pensada de forma alguma. A segunda afirmação é um pouco mais difícil de entender, Kant sugere que se deve dizer que se uma representação minha não pode ser pensada de forma alguma, então isso é o mesmo que dizer que é impossível, ou se deve dizer que, se uma representação minha não pode ser pensada de forma alguma, então isso é o mesmo que dizer que não é uma representação minha, afinal.

Agora, o que exatamente Kant quer dizer com uma representação que não pode ser pensada de forma alguma? Na próxima frase do §16, ele escreve: “A representação que pode ser dada antes de qualquer pensamento chama-se *intuição*”. (KrV B 132). Com efeito, Kant quer dizer com “pensamento” nesta frase é a atividade da faculdade do entendimento, em contraste com a “intuição”, que é a atividade da faculdade da sensibilidade (por exemplo, KrV A 51 / B 75). Portanto, é razoável supor que o que Kant quer dizer com a palavra “pensamento” na primeira frase do §16 é a atividade da faculdade do entendimento.

Nesse caso, a afirmação de Kant de que, “se assim não fosse, algo se representaria em mim, que não poderia, de modo algum, ser pensado, que o mesmo é dizer, que a representação ou seria impossível ou pelo menos nada seria para mim” (*KrV* B 131-132), deve ser entendida da seguinte forma: Se uma representação minha não pode ser acompanhada pelo eu penso, então não é uma em relação à qual eu possa fazer uso da minha faculdade do entendimento. Pois parte do que é fazer uso da minha faculdade do entendimento em relação a uma representação, é acompanhar esta representação com o eu penso ou a apercepção original. Mas, se uma representação não é uma que eu possa acompanhar com o eu penso, então ela não é válida como uma das minhas representações. Pois parte do que é para uma representação contar como uma minha é que ela seja uma, em relação à qual eu possa fazer uso da minha faculdade do entendimento. Então, uma representação minha que não pode ser acompanhada pelo eu penso é impossível.

Se esta afirmação da primeira frase do §16 estiver correta, então a afirmação de Kant de que o eu penso deve ser capaz de acompanhar todas as minhas representações é, na verdade, uma consequência de duas afirmações. A primeira é uma afirmação sobre o que é para uma representação contar como uma das minhas, e a segunda é uma afirmação sobre o que deve ser verdade de uma representação, se ela deve ser uma representação em relação à qual eu posso fazer uso da minha faculdade do entendimento. Com efeito, a segunda afirmação sugere que eu posso fazer uso da minha faculdade do entendimento em relação a uma representação, somente se eu puder acompanhá-la com o eu penso. É a afirmação que Kant expressa na dialética transcendental da seguinte forma: “a proposição *eu penso* [...] contém a forma de todo o juízo do entendimento em geral e acompanha todas as categorias [...]” (*KrV* A 348).

Em suma, parece que o que Kant nos diz no início do §16 não é tão diferente do que ele nos diz nos §17 e §19. Como nos §17 e §19, a ligação entre a apercepção original e o uso da faculdade do entendimento é absolutamente necessária. No §19, a afirmação é que a relação das representações com a apercepção original é essencial para o uso da faculdade do entendimento, o que significa que é essencial para o ato de julgar. No §17, a afirmação que Kant identifica como o Princípio da Unidade Sintética Original da Apercepção é que, se uma intuição deve ser aquela em relação à qual fazemos uso da faculdade do entendimento, ela deve satisfazer as condições da unidade sintética original da apercepção. Portanto, a apercepção original, como a autoconsciência transcendental unificadora de toda representação, emerge como a condição fundamental para que qualquer intuição possa ser subsumida sob os conceitos do entendimento e, conseqüentemente, tornar-se objeto de juízo. Essa subsunção, mediada

pelas categorias, é precisamente o que confere validade objetiva às nossas representações. Um conceito adquire validade objetiva ao demonstrar sua conexão necessária com a estrutura da nossa própria capacidade de pensar e julgar objetos da experiência, uma capacidade radicada na unidade sintética da apercepção. Em outras palavras, a possibilidade de representar um objeto (a função do conceito) está intrinsecamente ligada à necessidade de que essa representação possa ser integrada na unidade da nossa autoconsciência através do ato de julgar, um ato que só é possível mediante a aplicação das categorias, cuja legitimidade transcendental é garantida por sua relação essencial com a apercepção original.

2.6 Conclusão do capítulo

Neste capítulo, aprofundamos a compreensão de que a legitimidade das categorias não é meramente accidental, mas estabelecida por sua necessidade intrínseca para a própria possibilidade de pensar ou fazer um juízo sobre um objeto da experiência. Essa abordagem se destaca por ir além de uma condição genérica para o conhecimento em geral (cf. *KrV* B 23-24), focando especificamente no ato conceitual do juízo. Este, por sua vez, está profundamente enraizado no princípio da unidade sintética originária da apercepção, isto é, a capacidade fundamental do ânimo de unificar diversas representações.

As categorias, portanto, adquirem validade objetiva precisamente, porque constituem as condições *a priori* sob as quais os objetos podem ser não apenas percebidos, mas conhecidos. Dessa forma, elas se tornam o arcabouço conceitual que permite aos objetos serem reconhecidos como objetos de conhecimento empírico para o sujeito racional finito. Sem essas estruturas conceituais, a experiência não poderia ser organizada em algo inteligível.

Dessa forma, o cerne deste capítulo reside na afirmação de que, para deduzir e justificar a existência das categorias, Kant deve demonstrar que esses conceitos universais e necessários servem como condições *a priori* da possibilidade do pensamento. Mais especificamente, são as condições para o pensamento de um objeto que encontramos na experiência. A ênfase na necessidade das categorias para o juízo é fundamental para uma compreensão precisa do projeto kantiano.

Essa especificidade se alinha perfeitamente com o objetivo primordial de Kant na *Crítica*, ou seja, de explicar como são possíveis os juízos sintéticos *a priori*. Com efeito, Kant não está interessado somente em como “sentimos” ou “percebemos”, mas em como

construímos proposições sobre o mundo que possuem validade objetiva, isto é, universal e necessária, além de expandir nosso conhecimento sobre ele. Como dito, as categorias fornecem os conceitos puros do entendimento que tornam possível a síntese das intuições sensíveis em juízos. Por certo, ao focar no juízo, destacamos que Kant fundamenta a validade objetiva das categorias no próprio ato de formular proposições para o conhecimento. Portanto, isso revela a precisão e a profundidade do projeto kantiano, demonstrando que seu sistema se ocupa fundamentalmente das condições de possibilidade do conhecimento.

A relação entre esses elementos é inegável: sem as categorias, não há juízos, elas fornecem a forma lógica para que nossas intuições se conectem e façam sentido. Consequentemente, sem juízos, não há pensamento de um objeto, pois o pensamento, em sua acepção kantiana, é fundamentalmente uma atividade de julgar. E, por fim, sem pensamento, a possibilidade de conhecimento é anulada. Se não podemos pensar sobre os objetos e formular juízos sobre eles, não podemos alcançar conhecimento empírico válido.

Em resumo, de acordo com Kant, as categorias não são meras abstrações ou invenções arbitrárias; elas são o alicerce indispensável que capacita a mente humana a organizar a experiência, formular juízos e, finalmente, construir o conhecimento. Em essência, são as condições transcendentais (cf. *KrV* B 25), que tornam a própria experiência inteligível e possível.

Conclusão

Nesta pesquisa, exploramos diversas interpretações na literatura sobre o texto da dedução transcendental das categorias de Kant, apresentamos semelhanças e divergências significativas em pontos importantes. A rica discussão sobre as alegações e conceitos centrais da dedução demonstra a profundidade e a persistente relevância sobre o tema. As diferentes suposições sobre o objetivo e a estratégia argumentativa, bem como os comentários sobre os aspectos da teoria do entendimento que merecem atenção, enriquecem nossa compreensão da *Crítica da Razão Pura*.

Por esta razão, demos destaque em algumas partes do texto para algumas das principais discussões na literatura sobre o texto da dedução. No primeiro capítulo, nos concentramos no objetivo de Kant na dedução. Em particular, nos concentramos na questão do que significa demonstrar e explicar a validade objetiva das categorias. Argumentamos que, para Kant, a validade objetiva de um conceito reside em sua capacidade de servir como representação de um objeto. Avançamos a tese de que essa função representacional, na acepção kantiana, depende da satisfação de duas condições interligadas: uma relação de concordância entre o conceito e o objeto, e a não-acidentalidade dessa relação, isto é, sua concordância necessária. A análise de teorias criticadas por Kant em sua correspondência com Marcus Herz ilustrou essa concepção específica de representação.

Esse estudo acerca do conceito da validade objetiva das categorias de Kant apresenta o diálogo com comentadores como Longuenesse e Van Cleve, revelando diferentes nuances na interpretação desse conceito fundamental. Longuenesse, por exemplo, pensa que um conceito é objetivamente válido na medida em que está relacionado a um objeto, mas ela não detalha explicitamente em que essa relação com um objeto deve consistir (cf. 2017, p.17). Os comentaristas que deixam claro o que entendem por validade objetiva de um conceito, como Van Cleve (1999), tendem a interpretá-lo em termos de mera instanciação.

No segundo capítulo, argumentamos que Kant considera que a concordância de um objeto com as categorias é necessária para que esse objeto conte como um objeto de experiência, porque ele pensa que a concordância de um objeto com as categorias é necessária para que esse objeto seja um objeto de pensamento, isto é, um objeto da nossa faculdade do entendimento. Concluímos com base nisso que a estratégia da dedução de Kant é investigar a necessidade das categorias como condições de possibilidade de toda experiência e

conhecimento objetivo, a fim de mostrar que essas condições incluem a concordância do objeto com as categorias.

Evidentemente, muitos comentaristas não aceitam essas conclusões, o que só enriquece o debate. Alguns pensam que a estratégia de Kant na dedução é mostrar que há uma conexão entre as categorias e a mera intuição de um objeto (por exemplo, Allison, 2004), enquanto outros pensam que o que Kant quer fazer é mostrar que as categorias são necessárias em algum sentido para a consciência em geral. No entanto, observamos uma crescente inclinação entre os comentadores (por exemplo, Kitcher, 2011), que aceitam a estratégia de Kant na dedução, como sendo de investigar as condições que devem ser satisfeitas, para que alguém alcance um estado de conhecimento empírico, isto é, um estado de experiência, onde esse estado é entendido em um sentido bastante amplo como envolvendo o uso da faculdade do entendimento.

Por fim, encerrando este estudo, apresentamos no item 2.5, o que consideramos ser o ponto chave da estratégia de Kant, para a prova da validade objetiva das categorias, com isso, investigamos o princípio da unidade sintética originária da apercepção de Kant. Consideramos que esse princípio é uma afirmação sobre as condições que devem ser satisfeitas se quisermos conhecer em um objeto, isto é, se quisermos fazer uso da nossa faculdade do entendimento. E argumentamos que esse princípio consiste na afirmação de que se quisermos fazer uso da nossa faculdade do entendimento, então, essas condições devem ser satisfeitas se quisermos atingir um tipo especial de consciência. Argumentamos então que a consciência especial em questão é a consciência — por meio da nossa faculdade de apercepção original — de um ato de síntese que é necessário no sentido de que o realizamos sempre que conectamos qualquer uma de nossas representações.

Com efeito, acreditamos que o princípio da unidade sintética originária da apercepção descrito no §16 da segunda edição da dedução das categorias, nos esclarece sobre a estrutura do argumento de Kant, então é crucial reconhecermos que a afirmação de Kant, no início desta seção, é uma afirmação sobre as condições que devem ser satisfeitas se quisermos conhecer um objeto, isto é, as condições que devem ser satisfeitas se quisermos fazer uso da nossa faculdade do entendimento. E este é um ponto que, acreditamos, não pode ser negligenciado para a compreensão das alegações de Kant que justificam o uso das categorias.

Bibliografia

* Obras citadas no corpo do texto:

ALLISON, H.E. **Kant's Transcendental Idealism: An Interpretation and Defense**. Yale University Press, New Haven CT, 2004.

AMERIKS, K. **Kant's Transcendental Deduction as a Regressive Argument**. Kant- Studien 69:2 (pp.273-287), 1978. <https://doi.org/10.1515/kant.1978.69.1-4.273>

AQUINO, ST. **Suma Teológica. Pars Prima**, Questões 14 e 15. <https://sumateologica.wordpress.com/wp-content/uploads/2017/04/suma-teolc3b3gica.pdf>

BENNETT, Jonathan. **Kant's Analytic**. Cambridge University Press, 1966, p. 71-138. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511554506>

CALÁBRIA. **A distinção kantiana entre aparecimento e fenômeno**. Kant e-Prints, [S.l.], v.1, n.1, p.119 -126, 2006. <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/kant/article/view/8672564>

CAYGILL, Howard. **Dicionário Kant**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

DESCARTES, R. **Meditações sobre Filosofia Primeira**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

DEKENS, Olivier. **Compreender Kant**. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

DICKERSON, A.B. **Kant on Representation and Objectivity**. Cambridge: University Press, 2004. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511487163>

GOMES, Anil. **Is Kant's transcendental deduction of the categories fit for purpose?**. Kantian Review 15 (2):118-137 (2010). <https://doi.org/10.1017/S1369415400002466>

GUYER, P. **Kant and the Claims of Knowledge**. Cambridge University Press, Cambridge, 1987. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511624766>

GUYER, P. **The Transcendental Deduction of the Categories in Guyer, P.** The Cambridge Companion to Kant. Cambridge: University Press, 1992. <https://doi.org/10.1017/CCOL0521365872>

HATFIELD, Gary. **What Were Kant's Aims in the Deduction?** Philosophical Topics Vol. 31, No. 1/2, Modern Philosophy (SPRING AND FALL 2003), p. 165-198 <https://www.jstor.org/stable/43154412>

HEIDEGGER, Martin. **Kant e o problema da metafísica**. Rio de Janeiro: Via Verita, 2019.

HENRICH, D. **The Proof-Structure of Kant's Transcendental Deduction**. The Review of Metaphysics 22:4 (pp.640-659), 1969. <https://www.jstor.org/stable/20124942>

HENRICH, D. **Kant's Notion of a Deduction and the Methodological Background of the First Critique**. Stanford University Press. p. 27-46, 1988. <https://doi.org/10.1515/9781503621619-006>

HÖFFE, Otfried. **Immanuel Kant**. São Paulo: Martins fontes, 2005.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2018.

_____. **Critique of Pure Reason**. Cambridge, 1999.

_____. **Correspondence**. The Cambridge edition of the works of Immanuel Kant, 1999.

_____. **Manual dos cursos de Lógica Geral**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

_____. **Prolegômenos a qualquer metafísica futura que possa apresentar-se como ciência**. São Paulo: Estação Liberdade, 2014.

_____. **Primeiros Princípios Metafísicos da Ciência da Natureza**. Lisboa: Edições 70, 2019.

KITCHER, P. **Kant's Thinker**, Oxford University Press, Oxford, 2011.
<https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199754823.001.0001>

_____. **Kant's Transcendental Psychology**. (1990). <https://philpapers.org/rec/KITKTP>

LONGUENESSE, B. **Kant e o poder de julgar**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2019.

LOPARIC, Zeljko. **A Semântica Transcendental de Kant**. DWWeditorial, 2023.
<https://doi.org/10.1515/9783111422879>

PATON, H.J. **Kant's Metaphysic of Experience: A Commentary on the First Half of Kant's Kritik der Reinen Vernunft**. London: George Allen & Unwin Ltd., 1936.
<https://philpapers.org/rec/PATKMO-10>

PERIN, Adriano. **Sobre o argumento da dedução transcendental na segunda edição da Crítica da razão pura**. Studia Kantiana, volume 6, p. 83-120, 2008.
<https://revistas.ufpr.br/studiakantiana/article/view/88496>

REALE, G. **Filosofia: Antiguidade e Idade Média. Vol. 1**. São Paulo: Paulus, 2017.

REALE, G. **Filosofia: Idade Moderna. Vol. II**. SP: Paulus, 2017.

ROHDEN, Valério. **O sentido do termo "Gemüt" em Kant**. Revista Analytica, v. 1, n. 1, 1993. <https://revistas.ufrj.br/index.php/analytica/article/view/637>

SMIT, H. (2000) **Kant on Marks and the Immediacy of Intuition**. Philosophical Review 109:2 (p.235-266). <https://doi.org/10.1215/00318108-109-2-235>

STRAWSON, P.F. **The Bounds of Sense**. London: Methuen, 1966. p. 72-117.
<https://philpapers.org/rec/STRBOS>

VAN CLEVE, J. **Problems from Kant**. Oxford: University Press, 1999.
<https://doi.org/10.1093/oso/9780195083224.001.0001>

VAYSSE, Jean-Marie. **Vocabulário de Immanuel Kant**. Editora WMF Martins Fontes, 2012.

*** Obras complementares lidas, mas não citadas:**

CALÁBRIA, Olavo. **A imaginação de Kant e os dois objetos para nós: e ainda, a propósito da doutrina do Esquematismo e das duas Deduções das categorias**. UFMG, 2011.
<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-99BFJZ>

CASSIRER, Ernst. **Kant Vida e doutrina**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021.

_____. **A Filosofia do Iluminismo**. Campinas: Unicamp, 1992.

COPLESTON, Frederick. **Uma história da filosofia. Vol. III - do Iluminismo francês a Nietzsche**. Editora Vide, 2022.

DUTRA, Luiz H. A. **Introdução à Epistemologia**. São Paulo: UNESP, 2010.

KUEHN, Manfred. **Kant A Biography**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

LEBRUN, Gérard. **Kant e o fim da Metafísica**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MORENTE, Manuel Garcia. **Fundamentos de Filosofia**. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1970.

RORTY, Richard. **Strawson's objectivity argument**. The Review of Metaphysics 24, 1970, p. 207-244. <https://www.jstor.org/stable/20125764>

SHADDOCK, Justin B. Kant's Transcendental Idealism and his Transcendental Deduction. **Kantian Review** 20 (2): p. 265-288 (2015). <https://doi.org/10.1017/S1369415415000047>

SCHAPER, Eva. **Arguing transcendentally**. Kant-Studien, 63, 1972, p. 101-116.
<https://doi.org/10.1515/kant.1972.63.1-4.101>

WALSH, W.H. **Kant's Criticism of Metaphysics**. Edimburgo: Edinburgh University Press, 1975. p. 35-96. <https://archive.org/details/kantscriticismof0000wals/page/n9/mode/2up>